



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

7

Desde os primeiros dias de 2013, a prefeitura adotou como regra de ouro o alcance e a manutenção do equilíbrio fiscal. Gastar menos para investir mais, destinando o maior volume dos recursos às obras e aos serviços em benefício da população e menos para o custeio da máquina pública, foi a diretriz da gestão municipal durante os últimos oito anos.

Os esforços levaram Salvador a liderar o ranking de gestão fiscal da Firjan, em 2019, após ter ocupado o 24º lugar em 2012. Como resultado da seriedade e credibilidade obtidas pelo município, foi possível contratar financiamentos para a execução de obras e de programas fundamentais para o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade como o BRT, o Salvador Social, o Proquali, o Prodetur e a reurbanização do Mané Dendê, entre vários outros.

A modernização da máquina pública, através do desenvolvimento de sistemas e implementação de ferramentas, também foi priorizada como forma de aprimorar cada vez mais os serviços públicos ofertados, proporcionando mais agilidade e eficiência no dia a dia do cidadão.

Neste Eixo, Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão, estão as atividades realizadas pelo Gabinete do Prefeito (GABP), Gabinete do Vice-Prefeito (GABVP), Casa Civil, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (Arsal), Ouvidoria Geral do Município (OGM), Controladoria Geral do Município (CGM), Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGMS), Companhia de Governança Eletrônica do Salvador (Cogel) e pelas Secretarias Municipais da Fazenda (Sefaz), de Gestão (Semge) e de Comunicação (Secom).

GABINETE DO PREFEITO (GABP)

O Gabinete do Prefeito (GABP) tem por finalidade assistir ao Chefe do Poder Executivo Municipal no desempenho de suas atribuições legais, especialmente no relacionamento com o cidadão e com os segmentos da sociedade civil, além de planejar, coordenar e executar a política de descentralização administrativa. Também é responsável por mobilizar e articular esforços para a administração municipal executar seus projetos.

Dentre as principais atividades da área institucional está o encaminhamento de mensagens e publicação de convênios, decretos e leis aprovadas pelo poder executivo de Salvador. Nos últimos oito anos, foram 7.896 decretos, 880 leis, 17 leis complementares e 163 projetos de lei.

ENCAMINHAMENTOS GABP

	 Decretos	 Leis	 Leis Complementares	 Projetos de Lei
2013	1.006	156	1	26
2014	719	147	3	21
2015	846	191	1	17
2016	1.439	216	1	17
2017	1198	9	5	27
2018	1.124	76	2	15
2019	937	57	1	21
2020	627	28	3	19
TOTAL	7.896	880	17	163

Em 2020, devido à pandemia da COVID-19, desde março, a maior parte dos decretos, mensagens e leis trataram de medidas de prevenção e controle do vírus. Entre as principais iniciativas adotadas no enfrentamento ao Coronavírus estão a decretação de estado de emergência no município, o Auxílio Salvador por Todos (Lei nº 9.517, de 30/02/2020), a concessão de benefícios fiscais, o auxílio financeiro

para hospedagem nos Centros de Acompanhamento Clínico do Estado da Bahia, a antecipação dos feriados municipais, a criação do Centro de Operações de Emergências para Resposta ao Novo Coronavírus (COE-nCoV), além de medidas restritivas em vários locais do município, interdição de praias, criação de protocolos de reabertura das atividades econômicas e de equipamentos públicos e privados.

GABINETE DO VICE-PREFEITO (GBVP)

O Gabinete do Vice-Prefeito (GABVP) é responsável por manter o diálogo direto com a população para atender às suas solicitações. Também responde pelo fortalecimento da relação com os vereadores e os diversos segmentos sociais e representantes da sociedade civil.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E VEREADORES

O atendimento aos moradores de diversos bairros, representantes de associações, grupos culturais, organizações não governamentais, instituições e profissionais de segmentos diversos é realizado pelo GABVP que encaminha e acompanha o andamento das reivindicações.

As diversas demandas solicitadas pelos vereadores são também recebidas, encaminhadas aos órgãos competentes e acompanhadas pelo GABVP que fornece o retorno aos solicitantes.

VISITA AOS BAIRROS

Ao longo do ano, são realizadas visitas técnicas pela equipe do GABVP a diversos bairros para um levantamento das necessidades da população. É feito

o acompanhamento das obras desde a sua ordem de serviço até a inauguração.

Participam dos esforços os programas: Tô na Área, Morar Melhor e Iluminando Nosso Bairro, realizando o acompanhamento do progresso das comunidades, oferecendo qualidade de vida com o desenvolvimento de serviços urbanos, dentre eles de saúde, infraestrutura, educação e apoio social ao cidadão em todos os âmbitos.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Como representante da Prefeitura Municipal, o Gabinete do Vice-Prefeito participa de eventos locais voltados para a promoção de bem-estar social, cultura, saúde, educação e lazer em prol da população de Salvador, apoiando políticas de controle e combate a doenças, qualificação profissional, entre outros.

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

A Ouvidoria Geral do Município (OGM) está vinculada ao Gabinete do Prefeito (GABP) com subordinação direta ao Chefe do Executivo. Tem como principal finalidade, aproximar o cidadão da administração pública, através da avaliação das manifestações registradas sobre o serviço público municipal e encaminhá-los aos órgãos competentes. É responsável ainda por acompanhar e cobrar soluções rápidas e efetivas às instâncias municipais para garantir informações e respostas ágeis ao cidadão.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A OGM desenvolve ações voltadas para a melhoria nos índices de resolução das demandas registradas na Plataforma Integrada de Relacionamento com o Cidadão – Fala Salvador. O programa, implantado em 2014, visa estabelecer um padrão de atendimento único, no qual todos os órgãos da prefeitura estão integrados num só canal, possibilitando fazer e acompanhar registros, solicitar serviços, obter informações, fazer elogios, reclamações e sugestões.

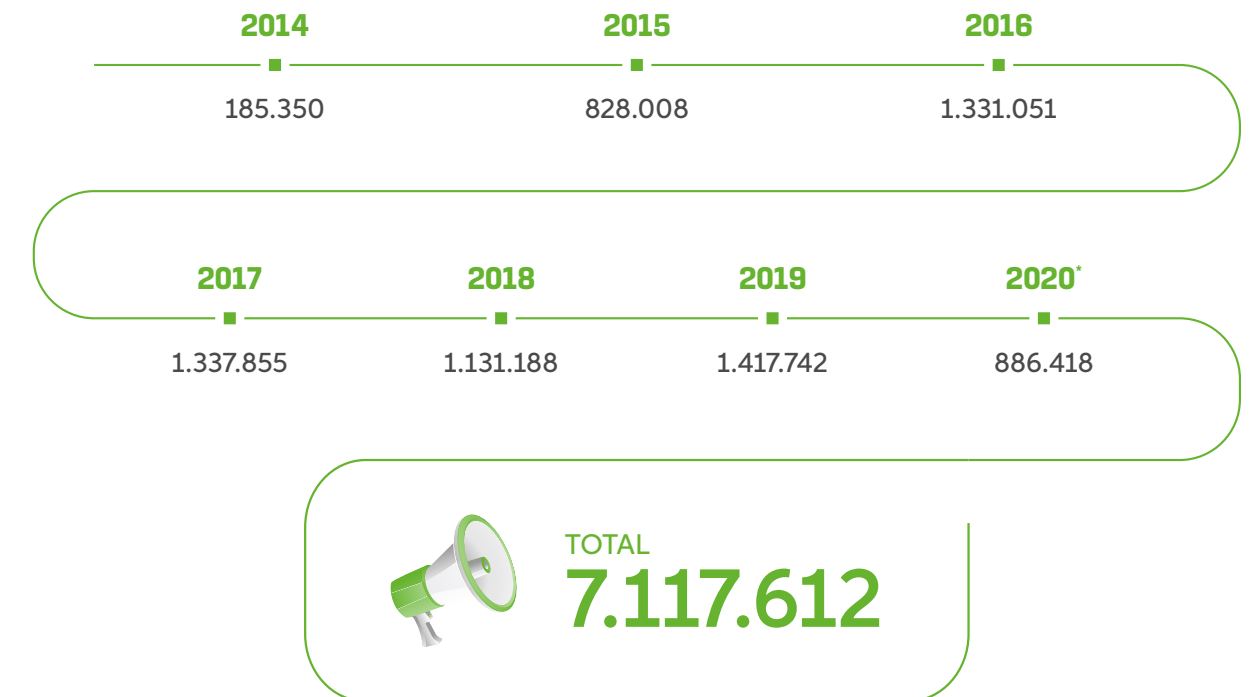
Conta com equipes nas áreas administrativa, operacional, jurídica, central de atendimento, Coordenadoria de Marketing e Comunicação (CMC), Coordenadoria de Pesquisa (CP), Coordenadoria de Precursão e Monitoramento (CPM), Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento à Comunidade



A central Disque Salvador 156, nos últimos oito anos já atendeu mais de quatro milhões de pessoas. O programa Fala Salvador integra todos os canais de atendimento, centraliza o registro de demandas e permite um melhor acompanhamento e resolução. Desde sua criação, atendeu mais de sete milhões de solicitações.



EVOLUÇÃO DA DEMANDA DO FALA SALVADOR



*Projeção até dezembro/2020.

FALE COM A OUVIDORIA

PROCURE POR NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

CENTRAL DISQUE SALVADOR 156
PORTAL FALA SALVADOR
PRESENCIAL NA SEDE DO ÓRGÃO

www.falasalvador.ba.gov.br

[f/OuvidoriadeSalvador](https://www.facebook.com/OuvidoriadeSalvador) [@OuvidoriaGeraISSA](https://twitter.com/OuvidoriaGeraISSA)

Em 2020, houve uma variação nos valores de demandas registradas, devido à suspensão dos atendimentos nas Prefeituras-Bairro durante a pandemia da COVID-19, reduzindo a quantidade de demandas cadastradas na Plataforma Integrada de Relacionamento com o Cidadão (PIRC).

A OGM desenvolveu nos últimos anos, diversas parcerias com os demais órgãos e entidades municipais, fortalecendo as relações institucionais a fim de melhor atender o cidadão. Participou de ações como a Operação Chuva, através de atendimento emergencial especializado através do 199, Prefeitura-Bairro Itinerante, Tô na Área, Gabinete da Prefeitura em Ação, Morar Melhor, Minha Casa Minha Vida, Primeiro Passo, entre outras.

REDE DE OUVIDORES

Ao longo dos últimos anos, a OGM investiu na capacitação e treinamento de pessoal do Fala Salvador e dos operadores da Central Disque Salvador 156. A Rede de Ouvidores, composta por 30 ouvidorias e 55 ouvidores, tem sua atuação acompanhada constantemente para aperfeiçoar mais o seu atendimento. Através da Coordenação de Monitoramento, é acompanhada e agilizada a resolução dos registros encaminhados aos órgãos. Também assegura o cumprimento dos prazos das demandas, baseadas na Lei de Acesso à Informação (LAI), assegurando a resposta e qualidade das informações fornecidas aos requerentes.

PORTAL OGM

Em 2013, o Portal da Ouvidoria foi 100% reestruturado dentro dos padrões da nova marca da prefeitura, possibilitando ao cidadão acompanhar todas as notícias do órgão, assim como, de outros setores da PMS. Os usuários passaram a acessar o link do Fala Salvador através do portal, uma forma de facilitar o registro das solicitações e estimular o acesso.

A OGM participou, ainda, da ajuda à população mais vulnerável no contexto da COVID-19 e se tornou o principal canal de comunicação para informações,

solicitação de fiscalização e denúncias para qualquer descumprimento relativo aos decretos municipais.

REDES SOCIAIS

O Instagram tem sido porta de entrada para muitos soteropolitanos que procuram por informações sobre a PMS. Hoje, em função das denúncias da pandemia, a página passou de 537 seguidores para 4.960. A fanpage da OGM no Facebook possui 4.323 curtidores e, em pouco mais de um ano, houve um acréscimo de, aproximadamente, 58% no aumento de curtidas. Cada publicação atinge cerca de 2.800 visualizações e a taxa de resposta é de 83% por dia.

ENFRENTAMENTO À COVID-19

Em 2020, por conta da pandemia da COVID-19, a Central Municipal de Teleatendimento começou a receber denúncias sobre descumprimentos dos decretos publicados pela Prefeitura de Salvador. Para atender às novas demandas, novos serviços foram incorporados no Catálogo de Serviços Municipais, como a implantação do Disque Coronavírus 160. Os registros feitos pela Central permitiram maior efetividade na fiscalização das medidas restritivas.

Também o Fala Salvador sofreu mudanças e passou a ter uma equipe própria de desenvolvimento, o que possibilitou a realização de mudanças necessárias e as integrações com os demais sistemas dos órgãos municipais, padronizando e fortalecendo o sistema como ferramenta tecnológica essencial da prefeitura durante a pandemia. Foram lançados ainda novos aplicativos como App Cidadão e o App Executor que possibilitaram maior agilidade no atendimento ao cidadão e maior facilidade de acompanhamento das demandas por parte dos órgãos.

Ampliou os canais de atendimento e disponibilizou ao cidadão um e-mail exclusivo para essa comunicação, além do Disque Coronavírus 160 e das redes sociais da OGM. Os dados acumulados das denúncias recebidas foram divulgados à imprensa diariamente.

SECRETARIA GERAL DE ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PREFEITURAS-BAIRRO (SACPB)

A Secretaria Geral de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro (SACPB) é responsável pela interlocução das Prefeituras-Bairro e suas comunidades. Tem por finalidade, de forma articulada com aos demais órgãos públicos municipais, o atendimento ao cidadão, a fiscalização da execução dos serviços públicos como também a garantia da participação da comunidade na gestão pública.

ATENDIMENTOS

A implantação das Prefeituras-Bairro teve início em 2014, com a inauguração das unidades: Centro/Brotas, Subúrbio/Ilhas, Cajazeiras, Itapuã, Cidade Baixa e Cabula/Tancredo Neves. Posteriormente, foram estabelecidas as unidades de Pau da Lima, em 2015, e Liberdade/São Caetano, Barra/Pituba e Valéria, em 2016.

As Prefeituras-Bairro contam com sistema interligado de informações sobre os serviços prestados pelos diferentes órgãos municipais, facilitando o atendimento e o acesso regionalizado dos serviços municipais prestados à população.

Desde sua implantação, as Prefeituras-Bairro já realizaram mais de 10 milhões de atendimentos. Em 2020, com a ocorrência da pandemia e necessidade de isolamento social, os atendimentos presenciais foram realizados entre janeiro e março e retomados em setembro. Apenas o serviço de dispensação de medicamentos não sofreu interrupção ao longo do ano e continuou a ser realizado na Prefeitura-Bairro de Valéria.

A retomada dos serviços presenciais implicou na adaptação física das sedes e no desenvolvimento de plano estratégico de agendamento dos atendimentos para atender aos protocolos e garantir a segurança sanitária dos atendentes e da população. As dez Prefeituras-Bairro foram desinfetadas e marcações no chão passaram a indicar o distanciamento necessário entre as pessoas, assim como as cadeiras na recepção. Nos guichês, foram instaladas barreiras de PVC

acrílico para reduzir o risco de contaminação durante o atendimento.

AGENTE DE EMPREENDEDORISMO

O programa Agente de Empreendedorismo, desenvolvido pela prefeitura em parceria com o Parque Social, faz parte do Negócio Pop, do Eixo de Inclusão Econômica do Programa Salvador 360.



Lançado em março de 2019, a iniciativa busca fomentar o desenvolvimento socioeconômico, por meio do estímulo ao empreendedorismo.

A tecnologia para o desenvolvimento do programa foi concebida pelo Parque Social, que também é responsável pela sua cogestão. A linha de atuação inclui capacitação, conhecimento do ambiente de trabalho e da comunidade, mobilização, potencialização da ação empreendedora, monitoração e avaliação das ações, realização de oficinas e palestras em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As equipes do programa são formadas por estagiários de administração e economia do 2º ao 6º semestre, matriculados em curso noturno ou EAD, com disponibilidade de cumprir 30 horas semanais de carga horária e ser residente na comunidade onde irá atuar. Os agentes ficam alocados nas 10 Prefeituras-Bairro, em 71 escolas municipais e na rede SIMM.

PREFEITURA-BAIRRO ITINERANTE

O programa consiste na articulação e reunião itinerante de diversos órgãos municipais para a execução de serviços como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Primeiro Passo, além de serviços de saúde como consultas médicas e vacinação, em localidades mais afastadas dos bairros.

A iniciativa ocorre em horário alternativo ao do funcionamento das Unidades, especialmente aos sábados, com a escolha de um bairro/comunidade de uma das dez regiões administrativas para o evento. O atendimento ocorre das 8h às 12h e nesse período é possível atender até 1,6 mil pessoas.

Com 5.037 atendimentos realizados no ano de sua implantação, em 2018, o programa teve um crescimento de 1.037% e, em 2019, foram 52.665 atendimentos. Já, em 2020, ocorreram 1.370 atendimentos nas seis edições do programa, que teve suas atividades suspensas a partir de março em decorrência da pandemia da COVID-19.

OUVINDO NOSSO BAIRRO

Lançado em 2015, o Programa Ouvindo Nosso Bairro tem o objetivo de compreender os anseios da população para eleger as ações prioritárias em cada comunidade. A partir de 2017, em parceria com a Cogel, a iniciativa passou a contar com um sistema de votação *on-line*, permitindo o acesso tanto pelo site quanto por aplicativo.

As obras realizadas pelo projeto abrangem área de lazer, com construções de quadras e campos de futebol, além de parques infantis, transporte, mediante recapeamentos asfálticos e construção de abrigos de ponto de ônibus, saúde, através de limpeza de canais e construção de academias ao ar livre, e segurança, com melhoria de iluminação pública, construção de geomantas e urbanização em torno de campos de futebol.

O programa resultou na aprovação do projeto de Lei nº 355/2017, que instituiu o Ouvindo Nosso Bairro, garantindo a continuidade da iniciativa em gestões futuras.

PROGRAMA “TÔ NA ÁREA”

Com o objetivo de aproximar-se do cidadão, para identificar e satisfazer suas necessidades, a Secretaria de Articulação Geral e Prefeituras-Bairro também coordena o projeto “Tô na Área”. Lançado em agosto de 2019, a iniciativa consiste na realização de ações estratégicas de manutenção dos serviços públicos essenciais, relacionados à manutenção urbana dos bairros. Dentre os serviços prestados, estão a poda de árvores, limpeza de vias e bueiros, operação tapa buraco e melhoria de iluminação pública. O programa já foi realizado em 12 bairros, desde sua criação, tendo suas atividades interrompidas, em 2020, em função da pandemia.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O projeto destina R\$ 1 milhão para a execução de serviços e obras de infraestrutura em cada Prefeitura-Bairro. As comunidades apresentam suas demandas de maneira priorizada e, a partir disso, é definido, em

conjunto com a administração pública, a aplicação do recurso. Como consequência da pandemia foi necessário a interrupção das obras, em 2020, sendo finalizadas apenas aquelas já iniciadas.

ENFRENTAMENTO À COVID-19

Salvador entrou em Estado de Emergência em 18 de março de 2020, devido à pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Em consequência desta situação, a Secretaria Geral de Articulação e Prefeituras-Bairro (SACPB) suspendeu as atividades das dez unidades, e executou alguns projetos do programa Salvador por Todos.

Em parceria com a Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) a SACPB identificou o público-alvo e articulou a execução da entrega de cestas básicas. Com o apoio das Forças Armadas e demais secretarias, foram disponibilizadas mais de 68,1 mil cestas, para a população em situação de maior vulnerabilidade, selecionada de acordo com o cadastro do CAdÚnico, entre aqueles que percebiam até R\$ 89,00 de renda mensal per capita.

Os contemplados foram informados através de ligação e SMS, sobre a data e o local de retirada, com a possibilidade de agendar o horário para recebimento. Em cada etapa, foram disponibilizadas 22.712 cestas básicas em 12 pontos de entrega, divididos nas dez Regionais das Prefeituras-Bairro. Os locais foram definidos de acordo com a maior concentração da população contemplada e de forma a evitar aglomeração de pessoas.

Já a distribuição de cestas básicas em comunidades de extrema vulnerabilidade social, identificadas pela Sempre, levou as equipes da SACPB a se deslocarem até o local, realizando cadastramento prévio dos moradores beneficiários, e em seguida, a entrega das cestas. No total foram mais de 15.400 famílias beneficiadas em 72 comunidades carentes de Salvador. Simultaneamente, também foram entregues, cerca de um milhão de máscaras de proteção pelas unidades das Prefeituras-Bairro.



Prefeitura-Bairro Liberdade/São Caetano

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

A Controladoria Geral do Município (CGM) é responsável pelo planejamento, coordenação e a execução de políticas, normas relacionadas à defesa do patrimônio público, controle interno, auditoria, e transparência da gestão pública municipal. A partir de 2019, passou a integrar a estrutura organizacional da Prefeitura como Secretaria do Município, cabendo-lhe auxiliar diretamente o Prefeito na consolidação dos programas correspondentes às suas funções.

CONTROLE E MONITORAMENTO

Ao longo dos últimos oito anos, a CGM deu continuidade ao processo de aprimoramento dos procedimentos de controle interno, especialmente aqueles voltados ao acompanhamento e à avaliação da gestão financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades da administração pública, bem como a regular prestação de contas por parte dos gestores municipais.

A regularidade dos procedimentos de autorização de viagens e concessão de diárias, adiantamentos confiados a servidores municipais, bem como dos repasses, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, feitos às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) foram verificados. Ao todo foram analisados 4.195 processos de recursos OSCs, dos quais 460 somente em 2020.

A CGM deu seguimento às ações voltadas ao monitoramento da prestação de contas mensais e anual dos gestores municipais. As medidas de controle implementadas asseguraram o envio dos documentos exigidos para estes fins dentro dos critérios e prazos estabelecidos na Constituição Federal e nas normas e orientações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Além disso, as medidas de controle têm ampliado a eficiência dos procedimentos voltados à cobrança de multas e ressarcimentos imputados a gestores e a ex-gestores municipais. Outra ação a ser destacada se refere à tarefa realizada com o objetivo de verificar a existência de servidores da PMS que tenham sido indevidamente contemplados com o Auxílio Emergencial Federal, instituído pela Lei Federal

nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Os testes foram realizados a partir das informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal (Dados Abertos). Os servidores identificados foram comunicados da ocorrência para que apresentassem os esclarecimentos pertinentes ou efetuassem a devolução das parcelas recebidas indevidamente. O resultado do trabalho foi comunicado ao Ministério da Cidadania, órgão gestor do programa, para adoção das medidas cabíveis.

CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES EMERGENCIAIS (COVID-19)

Diversas ações foram desenvolvidas com o objetivo de reforçar a estrutura de atendimento à população, durante a pandemia, em diversas áreas de atuação. Esta situação levou à contratação de serviços e profissionais, aquisição de medicamentos, equipamentos e demais insumos indispensáveis ao enfrentamento da doença em caráter emergencial.

Para orientar os gestores quanto às contratações de serviços e aquisições de bens, medicamentos e insumos necessários ao enfrentamento da COVID-19, foi editado o Guia de Procedimentos e Gestão de Riscos – Contratações e Aquisições Emergenciais.

A Coordenadoria Central de Auditoria, a partir de uma amostra, iniciou atividades específicas de análise de conformidade nos processos de dispensa de licitação. Para avaliar se os preços praticados nas aquisições

emergenciais realizadas pelo município estavam compatíveis com aqueles verificados em outros entes federativos, foi desenvolvido o “Painel Comparativo dos Preços (COVID-19)”, que contemplou informações obtidas junto ao Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal do Município (Sigef), ao Painel de Preços do Ministério da Economia (Comprasnet) e ao Painel de Preços de referência disponibilizado pelo TCE-BA (Mirante de Preços TCE-BA).

NORMATIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Para aprimorar o funcionamento do sistema de controle interno, a CGM lançou em 2018, a publicação diária do Informe CGM, com atualizações normativas, cursos, decisões dos Tribunais de Contas e outros assuntos de interesse.

Além disso, foi revisada a Instrução Conjunta SMS/Sefaz/CGM nº 01/2013, com o objetivo de disciplinar os procedimentos de contratualização de estabelecimentos de saúde firmados pela Secretaria Municipal da Saúde para atender os programas do Ministério da Saúde. Esta ação envolveu também a Sefaz, SMS e a PGMS.

Durante o ano de 2020, a partir da publicação da Lei Complementar nº 72/2019 a CGM passou por reestruturação, com o objetivo de proporcionar maior eficiência e racionalidade às ações de auditoria, controladoria, transparência e correição. Também foi atualizado o Regimento Interno da Controladoria para contemplar a nova estrutura.

AÇÕES DE AUDITORIA

Os resultados das atividades desenvolvidas pela Auditoria são consolidados nos Relatórios de Auditoria – REAUDs, Pareceres Técnicos e Trabalhos Técnicos. Esses documentos reúnem os principais achados de auditoria obtidos durante a execução dos trabalhos, e o reflexo destes para a Administração Pública Municipal. Além disso, trazem recomendações que visam assessorar os gestores públicos municipais na tomada de decisão, na medida em que lhes possibilitam a correção de falhas, o aprimoramento

dos processos e procedimentos necessários ao uso eficiente e eficaz dos recursos públicos e, até mesmo, a promoção, conforme o caso, das providências cabíveis.

Entre as auditorias concluídas em 2020, estão aquelas efetuadas nas áreas de gestão governamental, controle interno e monitoramento. Também tem sido alvo de auditorias constantes desde 2018, o Projeto Salvador Social (PSS). As ações da CGM visam apoiar e orientar os órgãos envolvidos e prevenir inconsistências. No âmbito do Salvador Social, destacam-se as fiscalizações ocorridas na Sempre e na SMS com o objetivo de avaliar o atingimento das metas estabelecidas e o cumprimento das adequações recomendadas por auditorias anteriores.

A CGM também colabora com a Procuradoria Geral do Município, fornecendo subsídios técnicos necessários à contestação de ações judiciais e desenvolve atividades de análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos diversos contratos celebrados pela municipalidade, os quais têm como balizador a Instrução Normativa Sefaz/CGM nº 34/2014. Tais atividades consistem em avaliar as alterações solicitadas pelos contratados, em planilhas de custo e formação de preços, em função de reajustes, revisões e repactuações contratuais.

AÇÕES CORRECIONAIS

Dentre as atividades voltadas ao planejamento, monitoramento e controle de ações correcionais desenvolvidas no ano de 2020, destaca-se a continuidade das análises de indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública por servidores, objeto de notificação do TCM-BA por meio dos editais nº 291/2017 e 511/2019. Também foram analisados processos relacionados ao cadastramento anual de servidores, instituído por meio do Decreto Municipal nº 28.605/2017. Outra ação realizada foi o projeto inicial para regulamentação e aperfeiçoamento da legislação de natureza correcional no âmbito do Município de Salvador.

Foi registrada, em 2020, uma média de 38 pedidos de informação por mês.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL

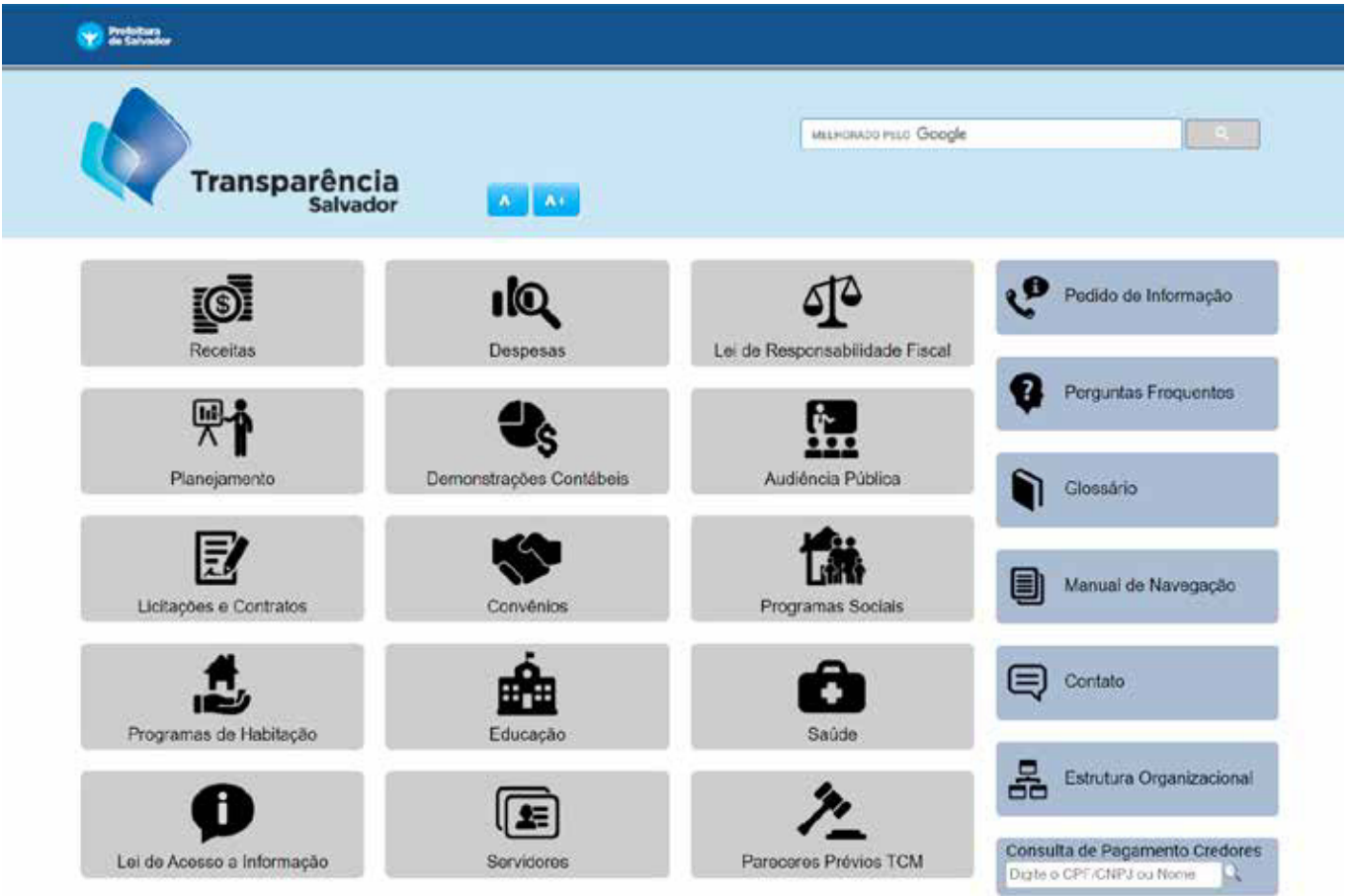
Para assegurar a efetividade do direito à informação no âmbito do Município, a CGM, além de manter controle sistemático do fluxo de informações publicadas no Portal Transparência Salvador, atua na busca constante de melhorias do conteúdo e da acessibilidade deste canal de interação com a sociedade.

Este esforço tem contribuído significativamente para certificar a integridade e a compreensão dos dados e relatórios do Portal, aumentando, assim, o interesse dos cidadãos acerca do conteúdo nele disponibilizado. Este canal de transparência, registrou um aumento do número de consultas de aproximadamente 72% entre 2018 (cerca de 194 mil visualizações) e 2020 (cerca de 333 mil visualizações).

Para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, foram implementadas ações para maximizar a

transparência das respostas no combate à doença. Foi criada uma página no Portal Transparência Salvador dedicada às contratações e aquisições relacionadas ao enfrentamento da COVID-19, onde também há informações sobre despesas e receitas, doações, medidas de prevenção, estímulo econômico e proteção social, legislação específica, canal de ouvidoria e de pedidos de informação e ações de controle. As informações são também disponibilizadas em formato aberto (Dados Abertos) seguindo as orientações da Lei de Acesso à Informação. Essas medidas permitiram que Salvador obtivesse o conceito ótimo no Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 realizado pela Transparência Internacional (<https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>).

A Controladoria mantém, ainda, o monitoramento constante dos pedidos de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades da Administração Pública (Transparência Passiva) com vista a garantir o devido trâmite, nos prazos e condições determinadas pela Lei de Acesso à Informação.



Portal Transparência Salvador

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR (PGMS)

A Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) é o órgão central do sistema de assessoramento jurídico da prefeitura. Atua na representação judicial do Município, em defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses, além de prestar assistência jurídica aos órgãos e entidades da administração.

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES (COREP)

A PGMS atua junto aos diversos órgãos e entidades da administração municipal através de um sistema de representação jurídica (RGPMS) sob a organização da Coordenadoria das Representações (Corep). Através dessas representações, foram analisados de 2013 a 2020, 71.880 processos, dos quais 6.191, somente em 2020.

PROCURADORIA CÍVEL, ADMINISTRATIVA E TRABALHISTA (PROCAT)

As Procuradorias Especializadas reunidas na Procat, tanto a Judicial Trabalhista (EJUTR) quanto a Judicial Cível e Administrativa (Ejuca), participaram nos últimos oito anos, num total de 201.376 eventos entre audiências, notificações, citações ou intimações emitidas, petições, ofícios e contestações. Deste total, 49.660 em 2020.



PROCESSOS

	Coordenadoria das Representações (Corep)	Procuradoria Cível, Administrativa e Trabalhista (Procat)	Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio, Urbanismo e Obras (Proapo)	Procuradoria Fiscal (Profi)	Total
2013/2016	38.387	42.150	8.529	336.272	425.338
2017	8.935	33.673	5.714	92.350	140.672
2018	9.038	31.102	5.669	88.471	134.280
2019	9.329	44.791	2.003	12.190	68.313
2020	6.191	49.660	5.301	53.504	114.656
2013/2020	71.880	201.376	27.216	582.787	883.259

PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS (PROAPO)

Na Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio, Urbanismo e Obras (Proapo) em 2020, foram contabilizados 2.477 processos, divididos entre as áreas Especializadas Administrativa e Judicial. O total acumulado, desde 2013, atinge 27.216 processos.

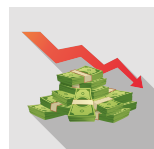
PROCURADORIA FISCAL (PROFI)

A Procuradoria Fiscal (Profi) é a área com o maior volume de atividades na PGMS. Entre 2013 e 2020,

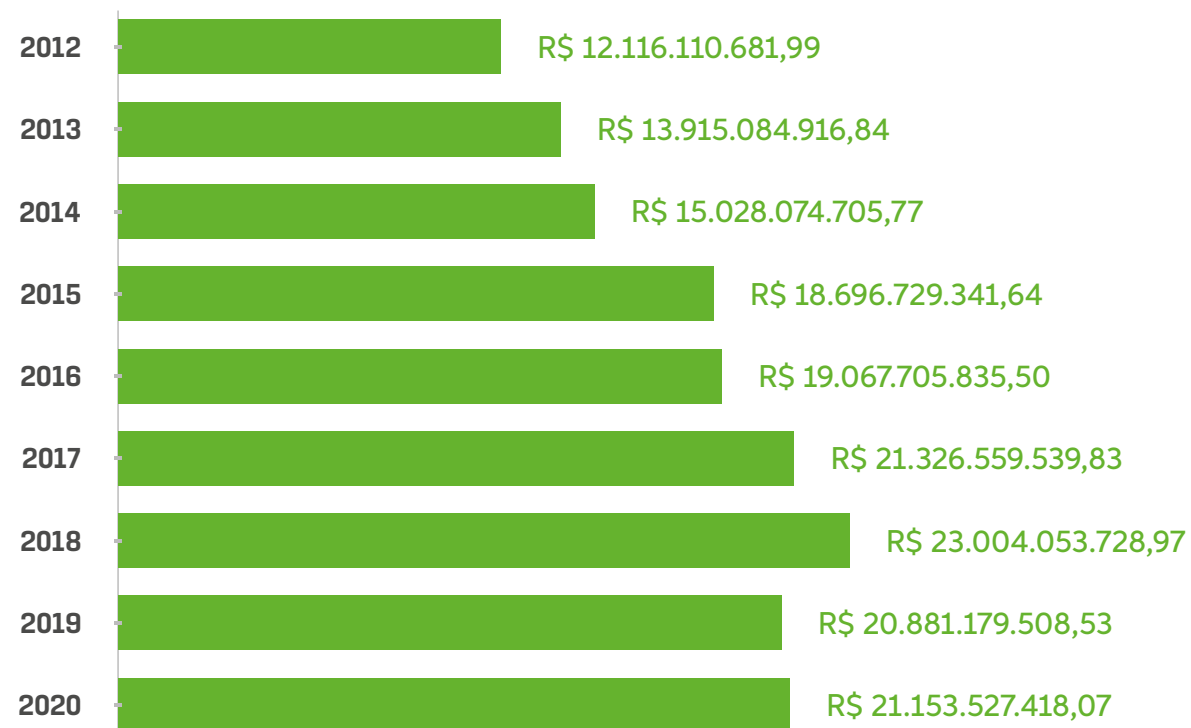
registrou a tramitação de 582.787 processos, dos quais 53.504, em 2020.

DÍVIDA ATIVA – CDA

Durante o ano de 2020 foram atendidos apenas 9.004 contribuintes, devido à suspensão do atendimento presencial da unidade provocada pela pandemia do novo Coronavírus. O estoque da dívida, contabilizou, no ano, 427.715 inscrições com débitos, tributários ou não tributários, totalizando um valor corrigido de R\$ 21.153.527.418,07 entre 2016 e 2020.



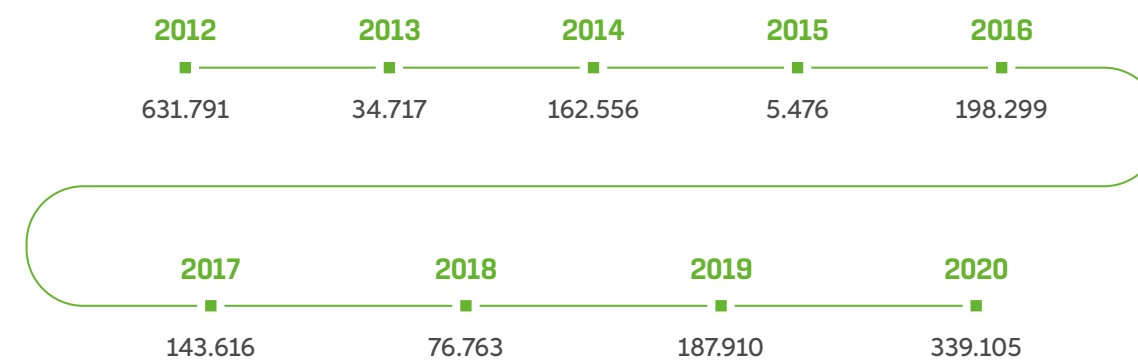
COMPARATIVO DE VALORES DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA 2012-2020



Até o dia 31 de outubro de 2020 foram inscritos 339.105 débitos, considerando como tal cada lançamento contábil devido por cada contribuinte.



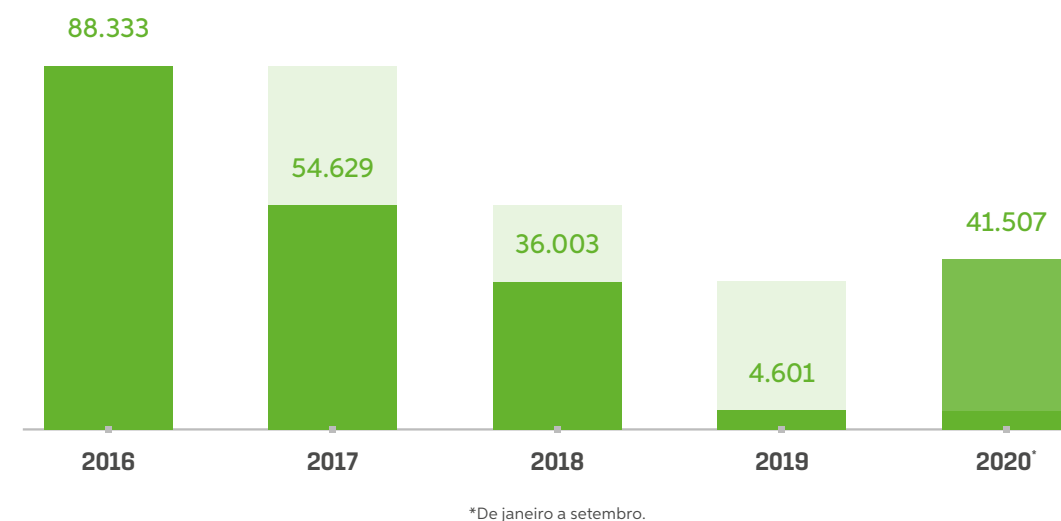
INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA 2013-2020



Foram ajuizados, em 2020, 169.091 débitos — que, somados, totalizaram R\$ 619.649.157,50 e representam um montante de 41.507 execuções judiciais. Este resultado ocorreu pelo funcionamento da integração do sistema PJe do Tribunal de Justiça com o Sistema de Integração e Acompanhamento Processual da Procuradoria – Siap.



COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE AÇÕES JUDICIAIS DE AJUIZAMENTO NA DÍVIDA ATIVA – 2016-2020



No tocante à recuperação dos débitos, a arrecadação da Dívida Ativa, foi contabilizada através de pagamento por DAM, no valor de R\$ 111.238.196,97. Foram baixados débitos, por prescrição, no valor total de R\$ 125.601.775,56.

Em 2020, foi possível a identificação de processos judiciais baixados no Tribunal de Justiça, com decisões extintivas, transitadas em julgado e que ainda não tiveram a baixa do débito em Dívida Ativa. Esta situação impacta, inclusive, na parcela do estoque da Dívida Ativa baixada por anulação e cancelamento, que totalizou R\$ 496.868.312,28.

Com relação aos processos de compensação tributária, foi registrado um incremento significativo nas baixas de débito no valor de R\$ 2.239.438,08 considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL) em razão do PPI, com a utilização de Transcon.

ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

A PGMS desenvolveu, em 2020, diversas ações de apoio e assessoria às ações da administração

municipal no combate ao novo Coronavírus como a emissão de parecer normativo sobre a dispensa emergencial para aquisição de bens e serviços, elaboração do boletim informativo, com atualização diária dos decretos municipais, acompanhamento de todos os processos e legislações voltados ao enfrentamento da COVID-19, no âmbito do município. Participou também da elaboração dos decretos municipais publicados durante toda a pandemia.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

A Secretaria de Comunicação (Secom) tem por finalidade a divulgação jornalística, a propaganda institucional, a elaboração de campanhas publicitárias, as redes sociais da prefeitura, a assessoria de comunicação institucional do município e a elaboração de produtos de divulgação. Também coordena as assessorias de comunicação dos diversos órgãos e entidades da administração e as informações publicadas na Agência de Notícias (www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br).

JORNALISMO

Ao longo dos últimos oito anos, a Secom divulgou as informações, ações e realizações da administração à imprensa e ofereceu suporte às demandas dos veículos jornalísticos. Também modernizou a redação e edição de cadernos especiais para os jornais Correio e A Tarde, com temas ligados à administração municipal, e, em 2020, abordagens relacionados à COVID-19.

Promoveu a modernização da Agência de Notícias (agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br) inaugurada no Carnaval de 2014, e que colocou à disposição da imprensa texto, foto, vídeo e áudio produzidos pela assessoria, facilitando o trabalho dos profissionais de imprensa e a consulta pelos cidadãos interessados.

A Agência atingiu, em 2020, cerca de 2.500 inscritos entre veículos e jornalistas locais, nacionais e internacionais.

A Secom, durante a gestão, organizou as entrevistas coletivas do chefe do Executivo, encaminhou sugestões de pauta, coordenou a publicação de artigos de dirigentes públicos municipais na imprensa e editou publicações como a revista Curta Salvador e o Guia do Carnaval, além de produzir o Programa Alô Salvador, veiculado semanalmente nas principais emissoras de rádio da capital baiana. Também efetuou a clipagem e análise das notícias publicadas nos principais veículos de comunicação e elaborou notas e respostas às críticas e questionamentos relacionados à prefeitura.

Em 2020, durante a pandemia, coordenou as diversas lives realizadas pelo chefe do Executivo para falar das ações desenvolvidas pela administração municipal no combate à proliferação do Coronavírus.

INTERNET E REDES SOCIAIS

As redes sociais da prefeitura se consolidaram ao longo dos últimos anos como um canal de divulgação



Salvador Solidária

e, principalmente, de comunicação entre a gestão e o cidadão. Durante a atual gestão municipal, desenvolveu uma estratégia de monitoramento, ganhou maior agilidade nas respostas aos comentários nas redes e aprimorou o relacionamento com a população. Para potencializar o trabalho de comunicação digital, foram elaborados relatórios temáticos sobre a percepção da população em relação a determinados assuntos.

Em 2020, com a pandemia da COVID-19 e o isolamento social, os canais digitais ganharam relevância e se tornaram um dos principais meios de comunicação para divulgação dos decretos, protocolos de segurança e comunicados sobre o Coronavírus. No período, houve um aumento de mais de 250

mil seguidores em todas as redes sociais, foram elaboradas respostas a mais de 15 mil comentários e publicados 1.350 conteúdos.

No ano, também foi lançado o projeto Direto com o Cidadão, que enviou mais de nove milhões de comunicados e informes sobre serviços de utilidade pública relacionados ao Coronavírus via SMS e WhatsApp. Também foram criados sites e blogs, em parceria com a Cogel, como o do Coronavírus (www.salvador.ba.gov.br/coronavirus), o do Carnaval (www.carnaval.salvador.ba.gov.br/) e o do Salvador Solidária (www.salvadorsolidaria.com.br), entre outros.

PROPAGANDA E PUBLICIDADE

A área de Publicidade e Propaganda executa o desenvolvimento de campanhas focadas em veículos de comunicação, tais como revista, jornal, outdoor, rádio e televisão. Também trabalha com material de comunicação direta, como folhetos, cartazes, painéis e banners, que dão suporte às campanhas e atividades específicas da prefeitura.

Entre as atividades, destacam-se o acompanhamento dos contratos com as Agências de Propaganda e Publicidade, a elaboração de *briefing*, acompanhamento de criação e aprovação das campanhas e de peças avulsas de todas as secretarias/órgãos/empresas, o acompanhamento e controle do orçamento, patrocínios, eventos, exposição da marca da prefeitura, a análise do resultado e eficácia das campanhas e a publicidade legal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)

A Secretaria de Gestão (Semge) é responsável pelo planejamento e implementação da modernização e inovação da gestão. Elabora e executa a gestão de pessoas, dos recursos logísticos, da modernização e da tecnologia da informação e comunicação, bem como a previdência dos servidores públicos municipais.

De 2013 a 2020, a Semge desenvolveu ações voltadas ao atendimento do cidadão, melhoria da gestão e dos processos internos e valorização dos recursos humanos. Entre suas principais ações estão o fortalecimento da articulação interna entre as secretarias, a realização de compras mais eficientes, logística e a implementação de tecnologias inovadoras para maior agilidade e eficiência da gestão e seus processos.

SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSOS (E-SALVADOR)

O e-Salvador é uma ferramenta de comunicação e gestão eletrônica de documentos oficiais desenvolvida pela Semge em parceria com a Cogel que permite a unificação dos protocolos, a celeridade

e rastreabilidade da tramitação de processos administrativos e o aumento da produtividade dos servidores. No e-Salvador, a criação, a tramitação e o arquivamento de processos acontecem de maneira totalmente digital. Implantado em 2020, já cadastrou mais de 30 mil usuários internos da prefeitura.



Portal e-Salvador

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Com o objetivo de formar e desenvolver competências essenciais, técnicas e estratégicas dos servidores municipais a Semge realiza capacitações ao longo do ano. A iniciativa já alcançou servidores na área de gestão e modelagem de processos, contrato de gestão com organizações sociais, habilidades interpessoais, oratória, liderança, tecnologia da informação, comportamental, metodologias e licitação e pregão. Mais de 1,5 mil servidores já receberam capacitação.

Como parte integrante do Programa de Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento de Servidores, é realizada também o treinamento dos instrutores internos cadastrados. Em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, a educação corporativa ocorreu de forma virtual através de ambientes digitais

gratuitos. Foram realizadas 28 turmas virtuais, das quais 27 sobre o sistema e-Salvador e uma turma em atualização da legislação de licitação e pregão.

PORTAL PARA A UNIVERSIDADE

Mais de 1.500 servidores já foram contemplados com cursos de ensino superior, elevando o nível de escolaridade dos servidores e empregados municipais, bem como a concessão de bolsas de estudo aos filhos e dependentes dos servidores e empregados públicos da prefeitura.

SERVIDOR DESTAQUE

A ação tem por objetivo valorizar e promover o reconhecimento do trabalho dos servidores

municipais. Desde 2017, 104 servidores foram homenageados.

GESTÃO DO DESEMPENHO DE SERVIDORES

A Comissão Central da Avaliação Especial de Desempenho realiza, desde 2018, a gestão do desempenho dos servidores em estágio probatório, por meio do acompanhamento e suporte às comissões setoriais. São submetidos a avaliação os servidores titulares de cargo efetivo para fins de confirmação ou não no cargo, mediante a apuração dos seguintes critérios: pontualidade, assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade e ética. Desde sua implantação, já realizou 1.759 avaliações.

PORTAL PARA UNIVERSIDADE

Criado pelo Decreto nº 14.147, de 13 de fevereiro de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 21.550 (20/01/2011), o portal faz parte do Programa de Valorização do Servidor (PVS). A iniciativa oferece redução de 30% na mensalidade do curso mediante convênio da prefeitura com instituições de ensino superior da capital, e consignação em folha de pagamento. Além da redução de 30%, é concedida ajuda pecuniária de 55% (através de seleção) o que pode elevar o benefício a um total de 85%.

De 2013 a 2020, o Portal para Universidade beneficiou 1.834 servidores, empregados municipais e seus dependentes. Conta, atualmente, com 12 faculdades, com 51 cursos disponíveis.

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

Desde maio de 2014, os servidores e dependentes, optantes pelo plano de saúde, contam com Assistência Médica e Odontológica oferecida pelas credenciadas Hapvida Saúde, Hapvida Odonto e Prodent. Em 2020, atingiu um total de 25.994 beneficiários do plano de saúde, 6.139 Hapvida Odonto e 7.976 do Prodent.



Fumpres Online

PREVIDÊNCIA

REFORMA ADMINISTRATIVA DA PREVIDÊNCIA

Para melhor eficiência e redução do custeio administrativo, em 2016, foi extinta a autarquia Previs e criada a Diretoria de Previdência.

GESTÃO ATUARIAL

O equilíbrio financeiro e atuarial além de ser obrigação constitucional e impactar na emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é o grande desafio do Regime Próprio de Previdência Social. Um desequilíbrio nessa equação pode causar um colapso nas contas públicas.

AUDITORIA DE BENEFÍCIOS

Para evitar passivo, reduzir custos e aumentar a produtividade, é realizada continuamente a auditoria dos benefícios previdenciários, processos de pensão e de aposentadoria. A iniciativa já resultou numa economia bruta de mais de R\$ 6 milhões.

RECADASTRAMENTO PERMANENTE

O cadastramento permanente dos aposentados e pensionistas no mês de aniversário busca qualificar o banco de dados e as informações previdenciárias dos segurados. Desde o início do projeto, em 2017, foram realizados mais de 35 mil cadastramentos previdenciários, permitindo a formação de um banco digital para a gestão dos benefícios, além da integração com outros projetos, como as auditorias de benefícios, a gestão de desempenho e resultados atuariais.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

O sistema previdenciário dos servidores foi reestruturado pela gestão municipal. Com a aprovação legislativa, foi autorizada a criação do regime de previdência complementar para os servidores municipais e instituída uma poupança pública previdenciária, com recursos do Tesouro Municipal, tendo por objetivo a formação de um fundo capitalizado que pode chegar a R\$ 800 milhões em 25 anos. Este fundo, além de contribuir para a redução do déficit financeiro e atuarial, permitirá a formação de uma poupança para pagamento de benefícios futuros.

Também foram regularizados os fluxos da compensação previdenciária com INSS, principalmente em relação ao atrasado, permitindo resultados positivos para o Fundo de Previdência dos servidores; as melhores práticas de gestão dos investimentos permitiram, em 2019, um rendimento superior a R\$ 1,9 milhão nos recursos do Fumpres.

As novas regras previdenciárias, criadas a partir da Lei Complementar nº 075/2020, auxiliam para uma melhor gestão dos recursos. Desde sua implementação, a iniciativa resultou numa redução de 40% do déficit atuarial.

COMITÊ MUNICIPAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CMTI)

O Comitê Municipal de Tecnologia e Inovação (CMTI) sob presidência da Semge, vice-presidência da Secis e implantação e participação da GABP, Sefaz e Cogel, busca integrar a equipe gestora multidisciplinar

da PMS, promover o alinhamento estratégico e implementação de ações e governança de TIC e inovação no município.

Já foram registradas 17 resoluções, com destaque para a utilização de padrões nas áreas de infraestrutura, cartografia, aquisição de ativos de tecnologia e a disponibilização do Guia para os Servidores Públicos Municipais sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (GPD) e seus desdobramentos, entre outras.

PITCH SALVADOR

O projeto *Pitch* Salvador amplia a interação entre *startups* e o poder público, promovendo o desenvolvimento da administração municipal através de soluções inovadoras direcionadas à solução de desafios de relevância pública em diferentes áreas.

A primeira versão foi destinada aos 37 desafios das secretarias da Saúde, da Educação e da Promoção Social e Combate à Pobreza, resultando na conclusão de 13 projetos desenvolvidos colaborativamente com as equipes técnicas.

FALA SALVADOR

A Plataforma Integrada de Relacionamento com o Cidadão propicia o fortalecimento do cadastro do cidadão em uma base única de dados. Todos os seus canais de atendimento oferecem os serviços e informações públicas ao cidadão e consistem na modalidade presencial nas dez Prefeituras-Bairro, telefônica, por intermédio da Central Disque Salvador 156 (vide Ouvidoria), via web, por meio do Portal de Serviços e dispositivo móvel, mediante o aplicativo Fala Salvador.

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

O projeto *Outsourcing* de Impressão (OI) implantado em 2018, representa uma nova forma de operação de serviços reprográficos, que substitui o parque

de impressoras próprias e locadas da prefeitura por um novo modelo de serviço, possibilitando não só o gerenciamento efetivo das impressões, como também a redução de custos operacionais.

Em 2020, a partir do procedimento prévio de Consulta Pública, foi elaborado um novo Termo de Referência para a contratação da segunda etapa de implantação focada na SMS e Smed, o qual contemplou a implementação de novas funcionalidades.

CONECTA SALVADOR

O projeto de *Wi-Fi* público, Conecta Salvador, lançado em 2017 e que integra o Eixo Cidade Inteligente do Programa Salvador 360, tem, por finalidade, propiciar a inclusão digital em vários locais do município, conectando os cidadãos soteropolitanos via internet, por meio de uma rede sem fio rápida, segura, gratuita e de qualidade. Desde sua implantação, a iniciativa já alcançou 100 locais com cobertura do sinal na cidade (vide Cogel).

PONTO ELETRÔNICO

O projeto Ponto Eletrônico visa potencializar o controle de frequência dos colaboradores da prefeitura em seus 32 órgãos e entidades. Insere tecnologias que atendem à Portaria do Ministério do Trabalho nº 373/2011. A medida proporciona segurança aos indicadores, permitindo a otimização da produtividade e eficiência dos setores de gestão de pessoas, flexibilização do registro da jornada em qualquer uma das unidades da PMS, bem como o registro remoto para algumas categorias.

SISTEMA DE INDICADORES DE GASTOS

O Sistema Kostos é uma ferramenta de gestão que viabiliza a construção de indicadores de atividades meio e fim, permitindo uma análise comparativa entre gastos e entregas realizadas no âmbito das secretarias e órgãos da PMS. Os dados são utilizados como subsídio para a tomada de decisões gerenciais.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Programa de Segurança da Informação promove uma política que garante aos dados e serviços confidencialidade, integridade, autenticidade, conformidade e disponibilidade, garantindo a segurança de toda a rede de dados, computadores, servidores e acesso à internet da prefeitura. Estão abordadas e incluídas ferramentas para a análise e gestão de conformidades, gestão de riscos digitais, gestão integrada de vulnerabilidades e avaliação de risco de fornecedores.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

O Programa de Comunicação Integrada, Contact Center, proporciona qualidade, segurança, agilidade e padronização nas comunicações corporativas da prefeitura. Destacam-se o controle de ligações por meio de senhas individuais, ligações entre ramais *VoIP* para toda a PMS com custo zero.

GESTÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (SIGEO)

O Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (Sigeo) garante atualização permanente e a modernização organizacional da prefeitura, com informações centralizadas sobre a estruturação do município, funcionando como um meio oficial e eficaz de interação e consulta; eficiência, segurança e menor burocratização das demandas.

PORTAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

Com o propósito de ser um instrumento integral de governança e gestão de TIC da prefeitura, o portal disponibiliza, dentre outros conteúdos, a política de TIC, as principais notícias da área tecnológica, bem como informações acerca das principais soluções de *softwares* e projetos de tecnologia do município. Reúne os sistemas de dados, impulsionando a integração dos NTIs e unidades equivalentes e a transparência nas aquisições de TIC.

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

O projeto de modernização visa adequar as rotinas adotadas pela PMS às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) mapeando a coleta e o uso de dados particulares das pessoas físicas e jurídicas com as quais se relaciona para adoção de medidas de tratamento dessas informações. Como resultado, proporciona ao servidor conhecimento e orientações para adequação das rotinas e procedimentos às novas exigências legais.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE COMPRAS (ENGRAFO)

O Sistema de Gerenciamento de Compras – Engrafo, desenvolvido pela Semge, é uma ferramenta de gestão do processo de aquisição via Sistema de Registro de Preços, incluindo planejamento e automação de compras combinado com outras iniciativas de melhoria no setor de compras públicas. O Engrafo permite aprimorar a qualidade dos procedimentos licitatórios, gerando segurança e transparência das atividades e abastecimento das unidades da prefeitura.

LOCAÇÃO POR ENCOMENDA – BUILT TO SUIT

Na Semge, especificamente na Seimo, tramitam os contratos de locação de imóveis, e em virtude da competência normativa e expertise, tramitam também os processos de Locação Sob Encomenda (*Built to Suit*) firmados e logrados por órgãos ou entidades da PMS e regidos pela Lei Municipal nº 9.452/2019.

SISTEMA DE GESTÃO DE CONTRATOS (SIMVASY)

O Simvasy tem o objetivo de viabilizar o aprimoramento no gerenciamento dos contratos sistêmicos, alocações de serviços, de bens móveis, de bens imóveis e de serviços de mão de obra.

Sua implantação possibilitou melhor gestão e fiscalização dos contratos administrativos, além da migração do faturamento de consumo de serviços de telecomunicações e contratos de postos de serviços, do meio físico para o digital.

AÇÕES EMERGENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

A declaração do estado de emergência, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 32.268/2020 e as medidas de enfrentamento da pandemia decorrentes da COVID-19 levaram a Semge a adotar medidas como a redução de 25% da carga horária de serviços de mão de obra e antecipação das férias de profissionais da Smed. A medida permitiu economia em torno de R\$ 3,6 milhões por mês pelo prazo de três meses, prorrogados para quatro meses. Foram também realizados, estudos de realocação dos objetos contratuais para unidades administrativas de imprescindível funcionamento, diretamente aquelas ligadas ao combate da COVID-19.

Foram contratados, via Reda, 438 profissionais da área da saúde para desempenhar atividades na SMS por tempo determinado, num investimento de R\$ 14,8 milhões.

Os contratos relacionados à terceirização de mão de obra atingiram a redução de R\$ 845 mil, enquanto os contratos de locação obtiveram R\$ 621 mil de descontos mensais, resultado das renegociações realizadas pela secretaria. Cerca de 60 veículos da frota locada foram remanejados para atender às demandas extraordinárias dos órgãos e entidades municipais em atividade direta ao combate da COVID-19.

Um sistema totalmente *on-line*, desenvolvido pela Semge, em parceria com a Cogel, permitiu a contratação desses profissionais, com a manutenção de todas etapas do processo. As contratações foram realizadas através dos sites:

redacoronaviruscontratos.salvador.ba.gov.br e redasarampocontrato.salvador.ba.gov.br.

Entre as medidas administrativas adotadas pela pasta para controle e redução de despesas, em atendimento ao Decreto nº 32.347/2020, estão a redução de 30% no valor do subsídio do prefeito e vice-prefeito de maio a julho, suspensão do auxílio-alimentação em diversos órgãos municipais, suspensão do pagamento do auxílio-transporte para estagiários, servidores e

empregados públicos em teletrabalho e suspensão da gratificação de periferia para servidores da educação.

O programa de ações contra a COVID-19 permitiu a interação dos cidadãos com a assistente virtual "Jana", um canal de comunicação desenvolvido na plataforma *web* e *mobile*. A ferramenta contribuiu para a redução do fluxo de ligações para o canal de atendimento 156 e disseminou informações e orientações relacionadas à COVID-19, aprovadas pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

COMPANHIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DE SALVADOR (COGEL)

A Companhia de Governança Eletrônica (Cogel) é responsável pelo planejamento, execução e controle das ações relacionadas à tecnologia da informação e às telecomunicações do Município. Desenvolve ferramentas, sites, blogs, aplicativos e soluções de tecnologia para atender aos serviços e demandas da gestão municipal e promover a melhoria da comunicação entre os órgãos municipais e o cidadão.

No período de 2013 a 2020, a Cogel realizou ações que permitiram a melhoria da conexão de informações e a integração entre os órgãos e entidades da prefeitura como a ampliação da infraestrutura em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), padronização de especificações técnicas e elaboração de termos de referência, modernização gerencial de controle, além da ampliação e reforma da sede.

CIDADE INTELIGENTE

Para permitir que Salvador tenha uma nova estrutura de conectividade urbana e se torne mais eficiente e econômica na gestão pública, está em elaboração o Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente (PDTCI) financiado pela Cooperação Andina de Fomento – CAF (vide Casa Civil). A Cogel faz parte do componente III – Gestão Digital da Informação Urbana com aporte financeiro para implantação da Cidade Inteligente do Salvador.

Após o cumprimento de todas as etapas necessárias à aprovação do projeto junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina, em 2019, foi homologada a Concorrência Pública que selecionou o Consórcio Salvador *Smart City*, como responsável pela execução do PDTCI e, em 2020, foi assinado contrato no valor global de R\$ 4.513.256,00.

O PDTCI tem como base o conceito de “Internet das Coisas”, no qual a conectividade permite a comunicação entre equipamentos da cidade e os usuários. O plano, constituído por Infovia, Nuvem Urbana, Observatório Salvador e Modelo de Governança, beneficia setores como ordem pública, mobilidade urbana, energia, iluminação, saneamento básico, defesa civil e prevenção de enchentes, saúde, educação, entre outros. Serão realizados diagnósticos multissetoriais e estipuladas metas de curto, médio e longo prazos, com vistas à modernização de toda a malha de serviços municipais para tornar Salvador uma Cidade Inteligente.

A Cogel firmou ainda uma parceria com o Centro Universitário Integrado de Manufatura e Tecnologia Senai/Cimatec e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a

cidade inteligente. Também promoveu a centralização dos recursos de infraestrutura em um Datacenter, instalado em um ambiente consolidado, seguro, com alto desempenho e alta disponibilidade a partir de financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Em 2018, a Cogel participou, em parceria com o Senai/Cimatec, como instituição demandante do edital BNDES Pilotos IoT (*Internet of Things* – Internet das Coisas) que apoia financeiramente, de forma não reembolsável, projetos inovadores que serão testados em ambientes reais (*test beds*) com o projeto “Plataforma IoT Aberta, Interoperável e Escalável para Gestão Inteligente no Ambiente Cidades: Mobilidade”.

A partir da análise de tráfego e da movimentação de pessoas, o projeto-piloto visa promover a interação de plataformas de mobilidade, com infraestrutura e geração de informações para a gestão inteligente do sistema de mobilidade urbana, possibilitando ações de forma antecipada e a integração eficiente dos modais e infraestrutura.

GOVERNANÇA ELETRÔNICA

A partir da implantação da Política Municipal de Tecnologia de Informação e Comunicação (PMTIC), em 2014, a Cogel passou a responder pela governança eletrônica de Salvador e atuar como agente estruturante dos projetos e ações de toda administração no campo de TIC. Adotou um modelo de gestão baseado na viabilidade dos projetos de modernização da gestão da cidade, na hospedagem e serviços a partir de um Datacenter e apoio de negócios. Ainda em 2014, foi contratada consultoria para implantação do Planejamento Estratégico da Cogel, que materializou o seu reposicionamento perante a necessidade cada vez mais clara de tornar Salvador uma Cidade Inteligente.

A Cogel desenvolveu, nos últimos anos, diversas soluções tecnológicas para a gestão pública e para a cidade como as inscrições eletrônicas de processos seletivos do Reda, o aplicativo Validar, o sistema de poluição sonora da Semop, a requalificação do Sistema de Monitoramento por circuito fechado de TV para a Guarda Municipal e a consulta pública

de intervenções no trânsito da cidade. Também realizou negociações com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para implantar um posto avançado de um Centro de Comando e Controle de Cidade Inteligente, para um projeto-piloto de um Bairro Inteligente.

CHAMADA INOVAÇÃO

Para atrair Microempreendedores Individuais (MEIs) e startups de base tecnológica, a Cogel lançou em parceria com o Sebrae Nacional, no segundo semestre de 2017, a primeira Chamada Temática Cidade Inteligente do Edital de Inovação para a Indústria.

A iniciativa teve o objetivo de desenvolver projetos de produtos ou processos inovadores de interesse mútuo que apresentassem demonstrações práticas de seus resultados nas linhas tecnológicas: Internet das Coisas (*IoT*), nuvem, *analytics*, inteligência artificial, robótica, eletrônica embarcada, automação, visão computacional e *big data*.

Das 64 empresas participantes do edital, dez foram selecionadas nas áreas temáticas de saúde, educação, mobilidade, governança, ambiente e turismo. As vencedoras foram Mapa Médico e Mosquito Zero (SMS), *Smart Gov* (Semge), *Mini Maker* e *Rep* (Smed), *New Tempus* e *Smart Traffic* (Transalvador) e *Go On* (Secult).

Entre os principais sistemas de informação desenvolvidos pela Cogel, durante o Carnaval está o Badauê, com a finalidade de auxiliar o planejamento e a operacionalização do evento, o de credenciamento de imprensa e o de registro de ocorrências do videomonitoramento, entre outros.

SALA-COFRE E DATACENTER

Em 2016, foi concluída a infraestrutura de rede lógica e elétrica da sede da Cogel, do Datacenter e da sala-cofre em conformidade com a ABNT NBR 15247, o

que garantiu um ambiente especial de segurança, certificado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 15247 para proteção de equipamentos eletrônicos e mídias magnéticas, tendo como principal finalidade assegurar a integridade e disponibilidade dos dados, aplicações, equipamentos e soluções de missão crítica do município.

Este projeto foi possível devido à captação de R\$ 7 milhões junto ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

A sala-cofre, associada aos sistemas de infraestrutura de elétrica, climatização e dados tem como função garantir a disponibilidade de funcionamento do Datacenter, proteger as informações públicas e os equipamentos ativos de TIC, garantir a segurança dos backups e o sigilo de servidores de *e-mail*. Além disso proporciona confiabilidade, qualidade e continuidade dos servidores, aplicações e rede da prefeitura.

Em 2018, a Cogel deu continuidade ao processo de ampliação do DataCenter abrangendo a aquisição de novos equipamentos e contratação de empresa de suporte especializado para realização da instalação,

configuração e migração dos dados para a nova infraestrutura. Essa ampliação proporcionou maior segurança, escalabilidade e robustez necessárias à implantação da Nuvem Urbana Salvador Inteligente.

CONECTA SALVADOR

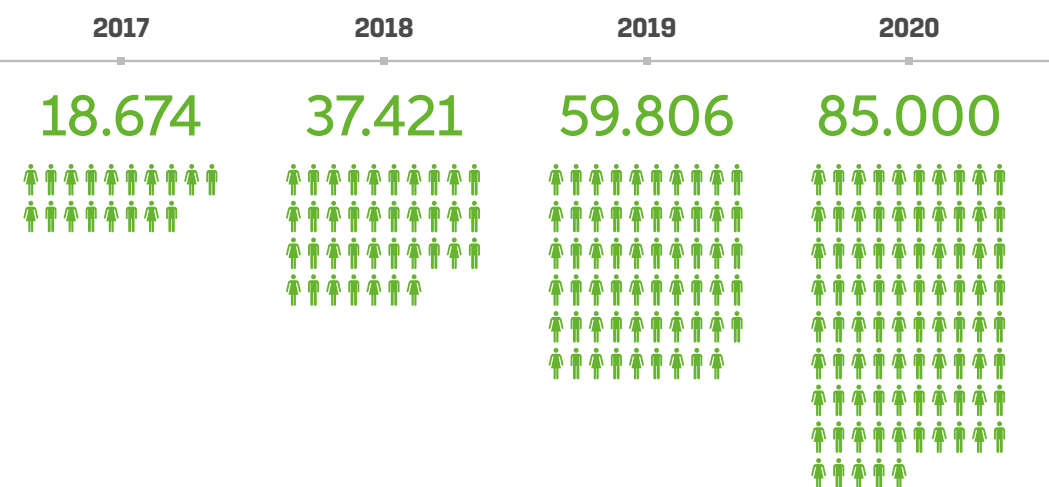
O Programa Conecta Salvador oferece internet sem fio, gratuita e de qualidade ao cidadão. Com a implantação, a prefeitura disponibiliza em vários locais do município uma rede rápida e segura através de sinal *Wi-Fi*. Essa iniciativa integra o programa Salvador 360° - Eixo Cidade Inteligente.

A velocidade de conexão é fiscalizada pela Companhia de Governança Eletrônica de Salvador (Cogel), através de um sistema instalado em cada uma das localidades contempladas, para garantir o funcionamento de qualidade. A velocidade mínima de conexão é de 2 Mb, atendendo a 256 usuários simultaneamente.

Atualmente, é possível acessar a internet gratuita em 55 locais em Salvador, entre prédios públicos e locais de convivência, como praças, terminais de transporte público, centros culturais/museus e bibliotecas públicas.



NÚMERO DE USUÁRIOS – REDE CONECTA



Em parceria com a Rede Metropolitana Salvador (ReMeSSA), em 2020, foi implantada uma segunda etapa do projeto, permitindo ampliar a oferta de *Wi-Fi* gratuito em várias regiões da Cidade.

FESTIVAL DA VIRADA SALVADOR/RÉVEILLON

A partir de 2016, o Festival da Virada Salvador passou a ser realizado na orla da Boca do Rio, com duração de cinco dias. Por quatro anos consecutivos, a Cogel projetou e realizou a instalação da infraestrutura de rede, fornecendo acesso à rede corporativa da PMS aos órgãos e entidades envolvidas no evento (OGMS, Prefeitura-Bairro, Limpurb, Saltur, Secom, SMS, Sedur, GABP, Semop, GCM, Codesal e Polícia Militar).

Na edição 2017-2018, além de desenvolver o projeto de infraestrutura de rede de fibra ótica e rádio, executou a instalação, disponibilizou aos órgãos envolvidos no evento, acesso à rede corporativa da PMS e, para a população, pela primeira vez, internet *Wi-Fi* pública grátis, durante os cinco dias do evento.

O Festival da Virada Salvador realizado na Arena Daniela Mercury, nos anos de 2018-2019 e 2019-2020 contou com grande parte do ativo tecnológico da Cogel, envolvendo a infraestrutura de conectividade, a Central de Videomonitoramento e o Datacenter que, associados aos equipamentos de telecomunicação, compuseram o patrimônio tecnológico utilizado no evento.

Na Virada Salvador 2019-2020, foi registrado o dobro do tráfego de dados comparando-se aos Festivais anteriores. Mesmo com as fortes chuvas, que chegaram a cancelar shows no terceiro dia do evento, essa taxa foi mantida alcançando 3,4 *Terabytes* de informações na rede, gerado principalmente pelas redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. Além do *Wi-Fi*, os sites do Festival e da Agência de Notícias tiveram mais de 186 mil acessos, chegando a picos de 2.200 conexões simultâneas. Os equipamentos e materiais de TIC, em todas as edições do evento, foram reutilizados durante o ano para atender às demandas da Prefeitura-Bairro Itinerante e festas

populares, tais como Festa do Bonfim, Festa de Iemanjá e Carnaval.

CARNAVAL

As atividades da Cogel ocorrem na etapa pré-carnaval quando acontece o planejamento e a instalação da infraestrutura de TIC adequada, etapa de execução da Operação Carnaval propriamente dita e as tarefas pós-carnaval, com o desmonte, controle e manutenção do acervo técnico.

Durante todos os Carnavais, a Cogel promoveu a integração e articulação de órgãos e entidades da prefeitura, através de serviços como o desenvolvimento do site para a festa, planejamento e implantação da infraestrutura tecnológica para atender à Cidade do Carnaval, instalação de câmeras para o videomonitoramento, manutenção das estações de operação do videomonitoramento, instalação de links de dados e montagem de Infraestrutura de Rede e DataCenter para os pontos de acesso para a Internet Pública.

A partir de 2016, a rede de fibra ótica e enlaces de rádio de comunicação propiciou o transporte em banda larga de dados e vídeo para a sede da Cogel que processou as informações com acesso à internet banda larga. Além do fornecimento de link de dados e telefonia para os postos dos circuitos carnavalescos e bairros, a Cogel, através da Central de videomonitoramento, disponibilizou os serviços de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) para o registro e acompanhamento das ocorrências pelos postos distribuídos ao longo dos circuitos.

Entre os principais sistemas de informação desenvolvidos pela Cogel, durante o Carnaval, está o Badauê, com a finalidade de auxiliar o planejamento e a operacionalização do evento, o de credenciamento de imprensa e o de registro de ocorrências do videomonitoramento, entre outros.

Para atender às necessidades de mobilidade, a Cogel disponibilizou serviços específicos para os perfis de morador, folião e prestador de serviços, contendo informações sobre credenciamento para acesso às áreas restritas do entorno dos circuitos, mudanças no trânsito, informações e mapas das barreiras implantadas na cidade do carnaval, pontos de táxi, estacionamentos, linhas e pontos de transportes coletivos.

Nos quatro últimos carnavais, a Rede Conecta ampliou de 18.674 para 85.000 a quantidade de usuários.

INCLUSÃO SOCIODIGITAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Projeto Acessibilidade Digital Salvador foi desenvolvido e implantado em 2017, através de uma parceria entre a Cogel, a UPCD, o Instituto de Cegos da Bahia (ICB) e o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência (Comped). A iniciativa fornece capacitação digital gratuita para qualificação profissional de portadores de deficiência motora, visual, auditiva e intelectual, como instrumento de inclusão digital e fomento ao empreendedorismo individual.

CLIMATE WEEK

O aplicativo *Climate Week* foi desenvolvido pela Cogel, em 2019, para divulgar informações da Semana do Clima 2019. Em três idiomas (Português, Inglês ou Espanhol), de acordo com as orientações da Organização das Nações Unidas, o aplicativo permitiu consultar dados como programação e mapa do evento, cultura, avisos, localização, consulados, informações gerais sobre a moeda, formas de pagamento, língua, clima, comunicação, o padrão de aparelhos elétricos, fuso horário, transporte, hotéis, pontos turísticos e contatos de emergência. Além disso, a Cogel implantou a infraestrutura para

conectividade com e sem fio, com acesso à internet no local do evento.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Para auxiliar a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Cogel desenvolveu atividades de planejamento e controle, que contribuem para a melhoria da assistência social preventiva e proativa voltada à população. Entre as ações realizadas estão a implantação de metodologia de gestão de projetos para a primeira fase do SUAS, especificação de itens tecnológicos para a operacionalidade das unidades dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) referentes à implantação e gestão do banco de dados da primeira fase do Sistema.

PLATAFORMA COLABORATIVA DE GESTÃO DE RECURSOS DE TIC/PMS

O Sistema Cadastro Municipal de Recursos Tecnológicos foi desenvolvido pela Cogel em 2017, com a finalidade de compartilhar conhecimentos e propiciar uma gestão, em tempo real, do ambiente tecnológico da prefeitura. Dentre os benefícios, estão a administração compartilhada do acervo de TIC, o gerenciamento das aquisições, rastreamento das alterações efetuadas, associando-as aos usuários e ao dia e horário em que foram realizadas, acompanhamento dos investimentos de TIC e dos projetos estruturantes aprovados para o planejamento estratégico 2017 a 2020.

CONSELHO TUTELAR

Em 2019, a Cogel desenvolveu o sistema de



apuração e forneceu a infraestrutura para as Eleições de Conselho Tutelar, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA). Foram treinados e capacitados 28 técnicos da Cogel, que realizaram a manutenção da infraestrutura e do sistema de gestão da apuração, a partir dos dados capturados das 380 urnas eletrônicas distribuídas em 74 pontos da cidade.

O serviço de transmissão fornecido pela Cogel, permitiu à comunidade acompanhar a contagem e apuração dos votos bem como conhecer o resultado dos candidatos mais votados.

INFOVIA MUNICIPAL

A Infovia Municipal foi projetada para possibilitar o transporte de dados em alta velocidade, de forma a suportar as demandas de serviços de Telefonia Digital *IP (VoIP)* internet, transmissão de imagens pela internet (IPVT) e videomonitoramento para a saúde, segurança, educação, trânsito, transporte, turismo e governança eletrônica, integrados em uma única plataforma.

Compreende toda a infraestrutura de comunicações necessárias para possibilitar ao município a interligação de suas unidades através de uma rede de alta velocidade, operando em um ambiente baseado nos protocolos da Internet. De 2013 a 2015, a Cogel realizou a análise de viabilidade técnica e a instalação de Internet Pública, manutenção na rede de rádio da prefeitura e de transporte (fibra e rádio) e instalou links nas Prefeituras-Bairro e órgãos municipais.

Nos últimos anos, a Cogel atuou nas ações de ampliação da Infovia Municipal, objetivando modernizar a infraestrutura de tecnologia e comunicação da PMS. Além das atividades operacionais de rotina, realizou ações para promover melhorias de custos e benefícios em contratações na área de telecomunicações para ampliar a comunicação corporativa dos órgãos e entidades municipais, como acesso internet, links de dados, telefonia fixa e móvel, apoiadas em uma plataforma de comunicações unificadas, bem como ações estratégicas buscando viabilizar a construção de uma Rede Metropolitana de Acesso Aberto, própria, com vistas à implantação da Cidade Inteligente.

As ações implementadas referentes aos crescentes acessos à Internet buscaram principalmente propiciar o aumento da garantia de disponibilidade e segurança através de duas saídas por operadoras diferentes e flexibilidade quanto à capacidade de tráfego para atender as demandas dos serviços *web* da prefeitura, que possibilitou redução de aproximadamente 60% nos custos com aumento de 260% na velocidade de acesso.

SISTEMAS, APLICATIVOS E PORTAIS

Nos últimos oito anos, a Cogel desenvolveu ferramentas que contribuíram para a melhoria dos serviços prestados à população pela prefeitura, além de criarem um canal mais direto de comunicação entre o cidadão e os órgãos municipais. Exemplo disso é o aplicativo Ouvindo Nosso Bairro (SGPB) o Festival Musa (Saltur), Primeiro Passo (SPMJ), Caminhos Digitais da Leitura (FGM), Reda Estagiário e Seleção Reda (Semge), Gestão de Árvores (Secis), Moradores da Barra (Transalvador), Concessões de Contratos (Semob), Minha Casa Minha Vida, Tudo Limpo (Limpurb), Cadastramento de Terreiros, Vagas Residuais de Matrícula e Agentes da Educação (Smed), Mapa da Saúde (SMS), Gestão de Contratos (Secult), Gestão de Defesa Civil (Codesal), Gestão de Voluntariado (Codesal) e Controle de Acesso (Seman), entre vários outros.

Entre 2013 e 2020, destacam-se também os portais elaborados pela Cogel como o Salvador Resiliente (Secis), o *Pitch* Salvador (Semge), o Fumpres (Semge), Mapeamento Cartográfico de Salvador (Sefaz), Casa do Carnaval (Secult), o Portal Prodetur (Secult), o Ingressar Salvador (SPMJ), Zeferina, Marias na Construção (SPMJ), Arena Aquática Salvador (Semtel), Maratona Salvador (Saltur) e Concurso Enem (SPMJ).

GUARDA MUNICIPAL – CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)

Em apoio à Guarda Municipal, a Cogel desenvolveu a manutenção qualitativa e evolutiva do Sistema de Monitoramento por Circuito Fechado de TV (CFTV),

através de estudo de manutenção evolutiva e de expansão para conexão óptica.

SOLUÇÕES DE TI

A Cogel, projeta e desenvolve soluções em sistemas, aplicativos, portais e sites. Também oferece treinamento e suporte aos usuários, para atender às demandas da administração municipal e do cidadão. A atividade, além de fornecer melhoria qualitativa na gestão, propicia maior interação dos órgãos e entidades da PMS com a população.



REDES SUBTERRÂNEAS

A Cogel inseriu, na Lei nº 8.915/2015 que disciplina a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Município de

Salvador, itens necessários para viabilizar a regulamentação do uso do subsolo e do espaço aéreo da cidade, o que permitirá a elaboração de legislação para a instalação de redes aéreas e subterrâneas de infraestrutura de telecomunicações.

CASA CIVIL

A Casa Civil é responsável pelo Orçamento Municipal, pela elaboração da legislação orçamentária do município, assessora o Chefe do Executivo na formulação do planejamento estratégico, gere e controla projetos estratégicos intersetoriais, acompanha indicadores de desempenho e, ainda coordena a captação de recursos financeiros junto a organismos nacionais e internacionais.

ORÇAMENTO

A gestão do Orçamento e Planejamento Governamental é coordenada pela Diretoria Geral de Orçamento (DGO), que responde pela coordenação central das atividades. Para consolidar a prática de trabalhar o Orçamento Público como Peça Executiva do Planejamento Governamental, a Casa Civil tem, ao longo da gestão, priorizado o fortalecimento da atuação sistêmica, com gestão articulada com a Sefaz e a Semge. Para sua elaboração, foram estabelecidos procedimentos e consolidadas as propostas setoriais relativas ao processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e da Lei Orçamentária Anual (LOA). O desempenho da execução é monitorado permanentemente para garantir o alinhamento necessário ao cumprimento das metas estratégicas definidas para o período.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Plurianual é elaborado no primeiro ano de governo para vigor nos quatro anos subsequentes. Em 2017, foi elaborado o Plano Plurianual 2018-2021, lastreado no Plano Estratégico de Gestão, o que significou construir dois documentos diferentes de planejamento governamental, porém com vinculações nos objetivos, metas e intervenções propostas para o período estabelecido.

A construção dessas propostas é realizada pela rede operativa, particularmente os Núcleos de Orçamento e Finanças (NOFs) e as secretarias de atuação sistêmicas – Sefaz e Semge, além da participação da Diretoria de Captação de Recursos, sob a coordenação do gabinete da Casa Civil e demais dirigentes.

TRANSPARÊNCIA

A transparência e a participação da população foram asseguradas pela gestão municipal através da realização de audiências públicas para apresentar

os projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Essas audiências públicas têm como objetivo não só esclarecer à sociedade sobre a concepção das propostas, os cenários para projeção das receitas e despesas, as diretrizes, prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício vindouro, como também promover a transparência desses documentos sob a ótica da administração dos recursos públicos, da institucionalização para execução das tarefas e do fluxo operacional do orçamento. Para garantir maior transparência ainda, foram disponibilizadas, no site da Casa Civil (www.casacivil.salvador.ba.gov.br), as informações sobre essas peças orçamentárias, permitindo ao cidadão a oportunidade de entender, não apenas os conceitos e estratégias utilizadas na elaboração dos documentos, como as propostas de governo que integram cada uma delas.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A Casa Civil realiza o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira de ações específicas do orçamento das unidades. Na execução da LOA, ocorrem ajustes orçamentários, mediante decretos do Executivo, classificados como alterações no Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) e como Créditos Adicionais Suplementares.

De 2017 a 2020, foram realizadas aproximadamente 3.988 modificações orçamentárias para adequar o Orçamento ao Programa de Trabalho aprovado pelas Leis nº 9.185/2016 – LOA/2017 e nº 9.30. Registra-se, ademais, a abertura de Créditos Especiais, consubstanciada em leis específicas, assim como, no exercício de 2020, créditos extraordinários, demandados pela situação de urgência e o estado de calamidade pública instalado com a pandemia da COVID-19.

Em 2020, foram realizados 420 Créditos Adicionais e 191 Alterações de QDD. Desse total 354 foram créditos suplementares e 66 créditos extraordinários, visando o atendimento de ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

CAPACITAÇÃO

Para aprimorar o desempenho de profissionais e técnicos, integrantes da rede institucional, que atuam na área de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, a Casa Civil, através da DGO, promoveu, ao longo da gestão, cursos, focados nas áreas de interesses e atuação direta do público-alvo. As capacitações abordaram temas como orçamento público – instrumento de planejamento governamental, planejamento e orçamento público com foco no Plano Plurianual – PPA, administração financeira e orçamentária e gestão orçamentária-financeira, focada na Prefeitura Municipal de Salvador.

Em 2015, foi elaborado o Manual de Programação e Orçamento (MPO) com informações para padronizar, facilitar, fortalecer e melhorar a interlocução e a gestão do Sistema de Planejamento e Orçamento Público Municipal. Uma nova edição revisada do MPO foi disponibilizada em 2019, contendo informações e orientações sobre conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação de receitas e despesas orçamentárias, para subsidiar e orientar servidores e profissionais da área na elaboração e gestão das peças do Planejamento Governamental – o PPA, a LDO e a LOA.



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Casa Civil, através da Diretoria de Captação de Recursos, formula diretrizes, coordena, avalia e acompanha as atividades de captação de recursos. Também provê os investimentos necessários às ações da administração municipal, através de negociações junto às entidades de crédito, nacionais e internacionais e, também, junto ao governo federal para a celebração de contratos de repasse e convênios. Em complementação às receitas próprias, essas captações possibilitam alavancar financeiramente os investimentos necessários ao desenvolvimento da cidade. Além disso, a assistência técnica permite transferir conhecimentos na área de gestão pública municipal, soluções tecnológicas e desenvolvimento urbano.

Como resultado do trabalho desenvolvido durante oito anos, foram captados, desde o início de 2013 até 31 de outubro de 2020, o total de R\$ 2,4 bilhões, provenientes de quatro operações de crédito externas e seis internas. Em 2020, foram concentrados esforços no acompanhamento e apoio à execução das ações integrantes dessas operações de crédito.

Também foram iniciadas as tratativas para contratação da segunda fase do Projeto Salvador Social, junto às instituições federais e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no valor de R\$ 721,5 milhões a serem investidos nas áreas da educação, saúde e assistência social. A operação já se encontrava autorizada pelo Município, desde 2016, através da Lei Municipal nº 9.182/2016, e pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) Recomendação nº 06/0116, de 3 de maio de 2016.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E EM NEGOCIAÇÃO 2013-2020

PROJETO	ORIGEM	EM R\$ 1.000		
		FINANCIADO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
I – CONTRATADAS		2.434.763	802.445	3.237.208
1 – Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básico – PMAT (1ª Tranche)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	50.880	18.282	69.162
2 – BRT Lapa-Iguatemi/Pró-Transporte – Trecho 1	Caixa Econômica Federal	300.000	–	300.000
3 – BRT Trecho 1 – contrapartida do Pró-Transporte	Caixa Econômica Federal	108.000	–	108.000
4 – Implementação de Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR SALVADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	303.091	303.091	606.181
5 – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA 1	Caixa Econômica Federal	72.272	–	72.272
6 – Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio – 1ª Etapa: Projeto Novo Mané Dendê	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	389.597	389.597	779.193
7 – Salvador Social (1ª Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	721.475	–	721.475
8 – Programa de Requalificação Urbana de Salvador – Proquali	Cooperação Andina de Fomento (CAF)	350.348	87.587	437.935
9 – Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM – III	Caixa Econômica Federal	35.000	3.889	38.889
10 – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Finisa 2	Caixa Econômica Federal	104.100	–	104.100
II – A CONTRATAR		721.475	–	721.475
12 – Salvador Social (2ª Tranche)	Banco Mundial (BIRD)	721.475	–	721.475
TOTAL		3.156.238	802.445	3.958.683

Nota: considerado o valor do dólar americano de R\$ 5,7718 – ptax 50, venda – em 31/10/2020 – Banco Central.

PROJETO	OBJETIVO
BNDES/PMAT	Modernização da gestão fiscal, através da racionalização de processos, desenvolvimento de sistemas, capacitação de pessoal, implantação do cadastro multifinalitário, serviços de cartografia digital, criação de base de endereçamento fiscal e aplicação geográfica, web customizada para o cadastro multifinalitário, modernização do processo de licenciamento e fiscalização de publicidade e empreendimentos, o desenvolvimento de sistema de gestão de pessoas, além de plataformas de relacionamento com o cidadão.
CAIXA/ PRO-TRANSPORTE/CPAC	Projetos de mobilidade urbana, como o BRT, implantação de vias expressas, estações de transbordo, viadutos, ciclovias, passarelas, nova iluminação pública e novo paisagismo nas principais artérias viárias.
BID/PRODETUR	Requalificação de pontos turísticos como os Fortes Santa Maria e São Diogo, orla Atlântica, incluindo Stella Maris/Ipitanga, Itapuã/Barra/Ondina, Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves, desenvolvimento de novos produtos turísticos Étnico Afro-Brasileiro; ações na área ambiental além de segurança e sinalização turística, implantação de Museu Casa da História do Salvador e Arquivo Público Municipal.
CAIXA/FINISA	Implantação do Hospital Municipal de Salvador, Unidades de Saúde e requalificação de espaços públicos do Centro Histórico (Terreiro de Jesus, Rua Miguel Calmon e Praça Marechal Deodoro). Essa operação foi encerrada no mês de agosto de 2020.
BID/MANÉ DENDÊ	Requalificação da infraestrutura urbana no Subúrbio Ferroviário, incluindo macro e microdrenagem, contenção de encostas, vias modernas com dutos subterrâneos de redes elétricas e telefônicas, iluminação pública, ciclovias, paisagismo e equipamentos urbanos; projeto habitacional; ações culturais; ações ambientais a exemplo de caixas coletoras subterrâneas/semi-subterrâneas para resíduo sólido, ecopontos e pontos verdes, galpão de triagem, plano de manejo ambiental, programa de capacitação e assistência técnica às cooperativas, além de plano de comunicação e educação ambiental.
BIRD/SALVADOR SOCIAL	Ampliação da prestação de serviços na área social, através de melhorias no sistema de saúde, construção e implantação de novas Unidades de Saúde da Família e Saúde Especializada, na qualidade da educação com construção de Centros Municipais de Educação Infantil e desenvolvimento de Políticas de Educação Integral; na efetividade da proteção social com o Programa Primeiro Passo, representando ações de Assistência Social para a Primeira Infância e reforma de Equipamentos Socioassistenciais (CRAS).
CAF/PROQUALI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia, dotando a cidade de rede de infovia, plataforma de governança integrada, possibilitando uma conectividade de alta qualidade com as unidades de saúde, educação dentre outros, viabilizando a implantação de diversos programas e serviços a exemplo de videomonitoramento; elaboração do Plano Municipal de Saneamento e requalificação de espaços e equipamentos urbanos.
CAIXA/PNAFM III	Desenvolvimento do sistema de administração tributária, atualização cadastral, gestão tributária e da dívida, soluções de inteligência fiscal, além do Sistema Público de Escrituração Digital Valor de Base.
CAIXA/FINISA 2	Implantação de ações de infraestrutura viária, como a construção da ponte sobre o Rio Camarujipe, da trincheira na Avenida Magalhães Neto e duas vias - entre a Avenida Gal Costa e o Bairro de Pau da Lima e a ligação da Mata Escura à BR-324. Na área de saneamento, contempla as obras de microdrenagem do rio Paraguari e a regularização do seu reservatório.

CONVÊNIOS E CONTRATOS

A Casa Civil atua em todas as etapas dos convênios e contratos de repasse, desde a prospecção de fontes de financiamento até a prestação de contas final. Também responde pela articulação com os órgãos municipais, parlamentares, ministérios e a Caixa Econômica para promover os encaminhamentos necessários à contratação e execução dos objetos pactuados.

Como resultado dessa sistemática foram captados, entre os anos de 2013 e 2020, cerca de R\$ 534,6 milhões, através de 62 contratos de repasse e 35 convênios provenientes de transferências voluntárias, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e emendas parlamentares. Destacam-se nesse montante, contratos de infraestrutura turística, como a requalificação da

orla da Barra-Ondina, Praça Cayru, Caminho da Fé, Sinalização Turística da Orla e Península Itapagipana e os de infraestrutura urbana, a exemplo da execução de encostas, requalificação de ruas, praças, quadras, campos e da implementação da 2ª Etapa do BRT.

No âmbito dos convênios, há projetos de salvaguarda do Patrimônio Histórico, como o restauro dos Azulejos da Igreja do Bonfim e a requalificação do Mercado Modelo, além de projetos de infraestrutura de saúde e recursos de custeio para projetos de assistência social e combate à violência contra a mulher. Em 2020, recebeu recursos para o enfrentamento à pandemia da COVID-19, oriundos de Emendas Parlamentares, dentre outros. No ano, ainda foram assinados sete contratos e convênios com o Governo Federal totalizando R\$ 22,3 milhões, com R\$ 36 mil de contrapartida.

CONVÊNIOS E CONTRATOS 2013 E 2020 (em R\$ em milhão)			
ORIGEM DOS RECURSOS	CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA	TOTAL
CONVÊNIOS	72.579.095	2.231.996	74.811.070
2013	10.234.554	530.660	10.765.214
2014	1.289.520	53.812	1.343.332
2015	1.024.600	24.914	1.049.514
2016	8.841.677	1.316.986	10.158.662
2017	40.352.394	186.984	40.539.378
2018	-	-	-
2019	9.876.331	108.640	9.984.951
2020	960.019	10.000	970.017
CONTRATOS	462.031.584	3.471.191	465.502.775
2013	40.088.000	1.705.987	41.793.987
2014	18.047.360	159.780	18.207.140
2015	12.733.703	568.398	13.302.101
2016	12.421.490	284.498	12.705.988
2017	319.481.909	157.759	319.639.668
2018	1.462.857	12.048	1.474.905
2019	36.411.759	556.654	36.968.413
2020	21.384.506	26.067	21.410.573
TOTAL 2013-2020	534.610.679	5.703.187	540.313.845

PROJETO SALVADOR SOCIAL

O Salvador Social tem o objetivo de melhorar a prestação de serviços do sistema de saúde, a qualidade da educação e a efetividade da assistência social no município. Com investimento total de US\$ 250 milhões, o projeto é financiado pelo Banco Mundial que já repassou ao município US\$ 100.340.186,57 milhões, representando 80,27% do valor contratado em 2018.

Previsto para encerrar em dezembro de 2022, o Salvador Social avançou em ritmo acelerado, com mais de 80% dos recursos desembolsados. Em 2021, será contratada a Fase 2, trazendo mais US\$ 125 milhões para o município que deverá concluir a execução de todas as ações do Projeto no próximo ano.

A iniciativa permitiu melhorar a eficiência na prestação de serviços, através do fortalecimento do monitoramento multissetorial integrado das famílias. Também reduziu a distorção idade-série na educação, aumentou a detecção precoce de doenças, incluindo a COVID-19, e aprimorou a coordenação entre os três níveis de atenção – Primária, Secundária e Terciária.

Na área da Saúde, a iniciativa permitiu a ampliação da cobertura básica de saúde primária de 46% para 56,5%, a implantação do prontuário Eletrônico em 100% das unidades de saúde do município e a implementação do Sistema Vida+ em 100% unidades. Essas medidas permitiram facilitar o diagnóstico e a

conduta terapêutica, produzir indicadores e otimizar o monitoramento dos procedimentos ambulatoriais.

Na educação, as reformas educacionais implementadas através do Projeto Salvador Social, estabeleceram as bases para uma trajetória de aprendizado bem-sucedida, assegurando a prontidão do aluno por meio da oferta de Educação

Infantil, promovendo a alfabetização na idade correta e estruturando sistemas para monitorar de perto a aprendizagem dos alunos e fazer um uso pedagógico das avaliações de aprendizagem. Foi possível ampliar o percentual de alunos em nível adequado de alfabetização. Também foi implantado o sistema de avaliação de ensino Prosa em 97,3% de escolas, possibilitando monitorar a aprendizagem dos alunos e direcionar ações para sua melhoria.

Na área social, foi reestruturada a rede de proteção social básica e a oferta de benefícios e serviços de suporte para manutenção da rede e dos conveniados. Com este objetivo foram realizadas

mais de 14 mil visitas domiciliares para atualização do CadÚnico e mais de 34 mil famílias, em condição de vulnerabilidade, foram apoiadas pelo Programa de Acompanhamento Integral de Famílias – PAIF.

ENFRENTAMENTO À COVID-19

As ações planejadas para 2020, relativas à alfabetização na idade certa, foram reprogramadas considerando a suspensão, a partir de março de 2020, das atividades de classe da Rede Municipal

de Educação. Desta forma, a avaliação externa dos alunos, Prosa 2020 foi adiada e não possui nova data estimada para sua realização. Quando ocorrer, avaliará a efetividade do ensino remoto, ofertado de diversas formas na Rede Municipal, e identificar a existência de defasagem dos estudantes durante o afastamento das salas de aula devido à pandemia. Esta avaliação subsidiará a elaboração de um plano de recuperação para os alunos que apresentarem dificuldades em relação às aprendizagens esperadas, bem como proporá ações para restabelecer a equiparação da aprendizagem dos alunos ao seu ano de escolaridade.

Na área de proteção social, houve uma readequação das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) devido ao cenário de pandemia da COVID-19. Houve uma reestruturação da oferta dos serviços da Sempre, bem como a criação, em parceria com Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de um Comitê de Combate ao Coronavírus que trata das ações para o enfrentamento e prevenção à pandemia. Foi criado um Núcleo Central de Saúde do Trabalhador, com representantes de todas as áreas e setores da Sempre, para elaborar e operacionalizar protocolos a serem seguidos pelas equipes da assistência social – protocolos de detecção e monitoramento dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19, protocolo de atividades externas e visitas técnicas, protocolo de acesso às unidades da Sempre e o protocolo de operacionalização do processo de limpeza nas áreas administrativas.

Em virtude da Pandemia pela COVID-19 e no intuito de mitigar a transmissão da doença, a SMS adotou uma série de medidas de enfrentamento e proteção à saúde. Nesta perspectiva, ampliou-se a rede assistencial e de laboratório, e houve reforço das ações de vigilância em saúde, implantação de um Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública, aumento da produção e divulgação de notas técnicas, material educativo e boletins epidemiológicos, reforço do monitoramento e a investigação de notificação dos casos suspeitos e confirmados, reorganização do processo de trabalho, aquisição de novos equipamentos médico-hospitalares e desenvolvimento e implementação de ferramentas de tecnologia.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SALVADOR - PROQUALI

O programa busca promover o desenvolvimento cultural e turístico de Salvador e a melhoria da qualidade de vida da população, através de ações de desenvolvimento econômico e socioambiental, de conectividade informática e de infraestrutura urbana. Dividido em cinco componentes, o Proquali tem a participação da prefeitura com recursos de contrapartida na ordem de 20% e empréstimo de 80% totalizando um volume de investimentos de US\$ 75,87 milhões para o período de 2019 a 2022.

Com a assinatura em 2018 do Contrato de Empréstimo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) contabiliza-se em 2020, o desembolso de R\$ 116,18 milhões, que corresponde a R\$ 101,41 milhões da fonte do financiamento (87%) e R\$ 14,76 milhões de contrapartida (13%).

SANEAMENTO BÁSICO

No componente de saneamento básico, estão obras e ações voltadas à requalificação ambiental através do saneamento urbano. O programa financiou, em 2020, a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, contratado pela Seinfra em março com o CSB Consórcio Ltda., constituído por Concremat Engenharia e Tecnologia S.A, Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda., e BrenCorp – Consultoria em Meio Ambiente Ltda., no valor de R\$ 4,8 milhões.

REQUALIFICAÇÃO URBANA

O componente de requalificação urbana engloba ações voltadas para melhorias no espaço urbano e a recuperação do patrimônio arquitetônico e é composto por diferentes projetos como Casa da Música de Salvador, recuperação do trecho da orla Amaralina/Pituba, Projeto Caminho da Fé e requalificação do Jardim Botânico.

O projeto da Casa da Música teve início com a contratação pela Sucop, em outubro de 2019, das obras de restauro do Casarão dos Azulejos, no valor de R\$ 9,36 milhões. O equipamento será complementado

com a construção de um edifício anexo que abrigará diversas atividades ligadas à economia criativa da música e se transformará num importante ponto de referência na pesquisa, educação, experimentação, produção e divulgação da música brasileira e afro-brasileira. A licitação para contratação do modelo de gestão e conteúdo da Casa da Música encontra-se em andamento. Posteriormente serão licitados os projetos executivos e as obras.

A Requalificação Urbanística da Orla, trecho Amaralina/Pituba, obra contratada pela Sucop, em outubro de 2019, envolve investimentos da ordem de R\$ 45,44 milhões com intervenções numa extensão que integra toda a orla de Amaralina até o Jardim dos Namorados. A 1ª etapa da requalificação foi entregue em agosto de 2020, abrangendo novas pavimentações, paisagismo, drenagem, mobiliário urbano e a construção de um novo muro de contenção em pedra com especificações para resistir ao impacto das marés.

A obra do Caminho da Fé, contratada pela Sucop por R\$ 19,7 milhões, requalifica a região da Avenida Dendezeiros, com nova pavimentação, mobiliário

urbano, paisagismo e rede de drenagem, interligando o Largo de Roma, onde se situa o Santuário Santa Dulce dos Pobres, com a Basílica de Nosso Senhor do Bonfim. Em 2020, foram desembolsados R\$ 12,6 milhões nestas intervenções.

O Parque Jardim Botânico de Salvador passou pela primeira fase das obras de requalificação – obras civis – licitadas pela Sucop, no valor de R\$ 8,68 milhões, sendo entregue à população em novembro de 2020. As intervenções incluem ainda uma segunda fase a ser licitada que inclui o paisagismo, aquisição de mobiliário e equipamentos, além da implantação do museu etnobotânico.

GESTÃO DE INFORMAÇÕES

A gestão digital de informações municipais é outro componente do Proquali e prevê, como ação inicial, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia Cidade Inteligente. Neste sentido, o contrato, licitado pela Semge, no valor de R\$ 4,5 milhões, inclui o Projeto Executivo de Infovias e o Projeto Básico e Executivo para Implantação da Plataforma de Governança Integrada (Observatório).



Restauração da Casa dos Azulejos

GESTÃO DO PROGRAMA

No componente gestão do programa, foi contratada uma empresa de auditoria independente para elaborar o 1º Relatório de Auditoria para os exercícios de 2018-2019, conforme normas estabelecidas pela CAF.

A empresa de Supervisão do Programa teve seu contrato licitado pela Casa Civil e assinado em janeiro de 2020, no valor de R\$ 2,9 milhões, com prazo de execução para 42 meses. Em 2020, o desembolso atingiu R\$ 845 mil.

Em 2020, o município solicitou ao banco a utilização de recursos do financiamento, da ordem de US\$ 5 milhões, para atender à emergência sanitária provocada pela pandemia da COVID-19. Este pleito foi aceito pela CAF e aprovado pela Sain/CofieX, com a utilização de recursos resultantes da variação cambial ocorrida no período entre a contratação do programa e os dias atuais, adicionado a saldos de contratos realizados a menor no decorrer do período 2019-2020. Este valor foi reembolsado à prefeitura em 31 de agosto de 2020 no valor integral, resultado de parte das despesas realizadas com recursos próprios para implantação e gestão dos hospitais de campanha do *Wet'n Wild* e no Memorial Itaigara, além da aquisição de EPIs (máscaras cirúrgicas).

Também em 2020 foi realizada a II Missão de Seguimento da CAF, de forma virtual em agosto de 2020, para atender aos objetivos de verificação do andamento e qualidade das obras e ações em curso, do cumprimento das condições contratuais, análise do avanço e atualização do planejamento e cronograma do programa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Ainda no primeiro semestre de 2013, na busca de implantar uma cultura de planejamento na gestão municipal, a prefeitura, através da Casa Civil, coordenou o Plano Estratégico para a gestão 2013-2016. Foram formuladas 56 metas e 53 iniciativas estratégicas distribuídas em quatro eixos: Desenvolvimento Social, Gestão da Cidade, Desenvolvimento Econômico e Gestão e Finanças Públicas. Em 2015, o plano foi revisto para garantir

sua aderência às prioridades da gestão. Assim, foram incorporadas novas iniciativas e marcos de entrega totalizando 10 áreas temáticas, 56 iniciativas estratégicas, 95 metas e 223 marcos de entrega.

Para assegurar a efetividade da ação, a gestão montou, na Casa Civil, uma unidade responsável pelo acompanhamento do Plano, que vem atuando, desde então em parceria com os órgãos para garantir a execução das iniciativas e o cumprimento das metas estabelecidas.

Em 2017, já com a cultura de planejamento assegurada na prefeitura foi elaborado um novo Plano Estratégico para a gestão 2017-2020, quando foi adotada a transversalidade de atividades, refletindo os avanços obtidos nos quatro anos anteriores. O novo documento foi criado de acordo com o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Programa Salvador 360.

O Plano Estratégico 2017-2020 abarcou 100 metas e 101 projetos que compõem sete eixos temáticos estruturados em linhas de ação, marcos de entrega e orçamento.

Em 2020, a Diretoria Geral de Planejamento Estratégico (DPGE), acompanhou o Plano 2017-2020 e sua execução, assim como atuou nos esforços e ações adotadas pela prefeitura no combate à pandemia do novo Coronavírus. Nesse sentido, e excepcionalmente, não foram realizadas reuniões trimestrais de acompanhamento do Plano. Além disso, devido à COVID-19 a DGPE participou da elaboração direta de protocolos de segurança e deu suporte ao plano de retomada econômica.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

Como parte do acompanhamento do Plano Estratégico, a DGPE atua na gestão e acompanhamento de obras estratégicas realizadas na cidade, a exemplo de obras viárias, de saneamento e encostas, além da implantação de equipamentos de saúde e educação. O acompanhamento permite o levantamento e atualização dos principais investimentos realizados pela gestão, bem como dos recursos aplicados em custeio pelas áreas sociais da prefeitura.

ENFRENTAMENTO À COVID-19

Elaboração de Protocolos

A Casa Civil, através da DGPE, e a Sedur, foram responsáveis pela elaboração dos protocolos de retomada segura para atividades econômicas durante a pandemia. Foram elaborados protocolos para diversas atividades, como shopping centers, templos religiosos, comércio de rua, bares e restaurantes e academias de ginástica. A diretoria contou com o auxílio técnico da área de saúde da prefeitura e do estado, como também foi feito *benchmarking* detalhado para definição de melhores práticas, considerando protocolos definidos por outros entes públicos.

Também foram realizadas diversas reuniões virtuais e contatos com representantes dos setores

cujos protocolos foram elaborados, de modo a estabelecer medidas que garantissem a segurança necessária, porém exequíveis. A DGPE elaborou minutas e acompanhou todos os decretos para os regramentos estabelecidos, as atividades já liberadas e o gerenciamento das etapas e restrições de cada atividade que necessitasse de protocolo específico.

A Casa Civil, através da DGPE, organizou as demandas e liderou as reuniões do Comitê de Governança dos protocolos, composto por representantes da prefeitura e do Governo do Estado, formado para elaboração do plano de reabertura e dos protocolos sanitários.

Além das questões sanitárias e de reabertura, a DGPE ainda deu suporte técnico na elaboração do plano de retomada econômica, auxiliando

no contato com outras secretarias da prefeitura para selecionar as ações que deveriam ser relacionadas no plano, bem como auxiliando na sua organização e apresentação.

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE E QUALIDADE (GIPQ)

A DGPE fornece suporte técnico à Comissão de Análise de Resultados (CAR), vinculada à Semge e responsável pela aprovação das metas e apuração dos resultados dos órgãos e entidades que fazem jus à Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade. O trabalho envolve a avaliação dos quadros de metas e as alterações solicitadas no decorrer do ano, de forma alinhada ao Plano Estratégico Municipal.

OUTRAS AÇÕES

A DGPE forneceu apoio, com o estabelecimento de nova meta, indicadores e marcos a vários projetos e programas em desenvolvimento na prefeitura como o Movimenta Salvador (Semtel), Salvador 500 (FMLF), ao Plano Municipal de Mitigação Climática (Secis) e Operação Chuva, entre outros.

AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR (ARSAL)

A autarquia, vinculada à Casa Civil, é responsável por controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo urbano, saneamento básico, com foco em manejo de resíduos sólidos, mobiliário urbano e concessão de áreas públicas para instalação e exploração de engenhos publicitários.

TRANSPORTES COLETIVO URBANO – STCO

Até 2014, existiam 18 empresas operadoras no sistema de transporte coletivo por ônibus de Salvador - STCO. Os ônibus tinham programado um percurso mensal de cerca de 18 milhões de quilômetros e o índice de passageiros por quilômetro (IPK) era de 1,52.

A partir da Concorrência nº 001/2014, foram selecionadas as empresas para a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros em ônibus urbanos do Município. A concessão teve como metas promover a organização e a racionalização do STCO, garantindo regularidade, eficiência, segurança, conforto, modicidade das tarifas, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico. Também foram previstas na iniciativa o aperfeiçoamento técnico e operacional do STCO, divulgação dos serviços de transporte coletivo prestados, integração do serviço de transporte coletivo em todas as suas modalidades e aperfeiçoamento do STCO.

O STCO transporta atualmente mais de 36 milhões de pessoas por mês em Salvador, possui uma frota de 2.450 ônibus, distribuídas em 326 linhas que percorrem 15 milhões de quilômetros e realizam 360 mil viagens mensais.

PROJETOS E AÇÕES

A partir do Decreto nº 25.937, em 2015, a Agência Reguladora (Arsal) passou a ter autonomia para regular e fiscalizar o STCO e a estabelecer regras e

obrigações, além de ajustes na integração do STCO com os demais modais, em especial com o Metrô, a partir de 2016.

Em 2020, a Arsal participou da análise da execução da consultoria para auditoria de Concessão do STCO, com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) contratada no segundo semestre de 2018. Com a conclusão do reequilíbrio dos contratos do STCO, que culminaram com a assinatura em março de 2019 dos Termos de Ajuste de Conduta nº 33, 34 e 35 com as concessionárias junto ao Ministério Público, coube à Arsal e à Semob acompanhar, durante o restante do ano de 2019 e no primeiro semestre de 2020, o desdobramento de todas as atividades previstas nos TACs junto ao MP e a Procuradoria do Município.

Contratada em março de 2020, a Fipecafi passou a prestar serviços de consultoria para aprimoramento do processo de gestão do equilíbrio econômico-financeiro da concessão do STCO, treinamento e capacitação do corpo técnico da Arsal na gestão das atividades de regulação e fiscalização.

A contratação ocorreu por meio de inexigibilidade de licitação, por ter sido a Fipecafi responsável por realizar estudos técnicos para efeito de auditoria de concessão no STCO de agosto de 2018 a março de 2019. A empresa desenvolveu uma metodologia para calcular os valores de tarifa no quadriênio 2019-2022, e foi responsável pela definição dos atuais parâmetros de regulação do STCO, possuindo expertise nas ferramentas utilizadas para análise das questões econômicas envolvidas para o cálculo da tarifa.



Ainda no primeiro trimestre de 2020, a Aarsal procedeu o reajuste da tarifa do STCO, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão, cláusula 6.3.7, ficando reajustada para o valor de R\$ 4,20. Em decorrência das atividades desenvolvidas pela Fipecafi, foram assinados dois novos aditivos aos TACs nº 33, 34 e 35/2019, fixando condições a serem impostas às empresas do STCO para continuidade da prestação do serviço.

INICIATIVAS NO STCO

Entre as iniciativas adotadas pela Aarsal, nos últimos anos, estão o acompanhamento do fluxo de passageiros transportados e dos indicadores econômicos para fins de reajuste tarifário e a implantação do plano de contas, utilizado pela contabilidade das concessionárias. Esta iniciativa permite um melhor acompanhamento dos dados econômicos e financeiros das concessionárias nos seus diversos custos e a análise sistemática dos resultados financeiros e contábeis destas empresas.

Também foram acompanhadas as avaliações trimestrais do Sistema de Gestão da Qualidade do Serviço de Transporte (SGQTS) encaminhados pela Semob, as reclamações dos usuários do STCO, com base nos relatórios enviados pelo Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU/Integra e nos relatórios de pesquisa de satisfação dos usuários do STCO realizadas semestralmente.

A Aarsal iniciou em 2020 um projeto para aquisição de uma ferramenta de software para leitura dos bancos de dados do STCO a fim de produzir relatórios de acompanhamento físico e financeiro do sistema. O processo de aquisição da ferramenta está em fase de elaboração do Termo de Referência.

INTERVENÇÃO – CSN TRANSPORTES URBANOS SPE S/A

Em 19 de junho de 2020, a CSN, uma das empresas que compõe o Consórcio Integra, alegou situação

de dificuldade financeira capaz de inviabilizar a prestação dos serviços de transporte, sem, entretanto, propor qualquer medida de capitalização para resolver o problema anunciado.

No mesmo momento, foi emitida declaração pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado da Bahia de que os empregados da CSN paralisariam os serviços de transporte a partir do dia 21 de junho de 2020, porque a concessionária estaria descumprindo o acordo coletivo de trabalho da categoria e as obrigações trabalhistas, inclusive em relação ao pagamento de salários e benefícios.

Diante do cenário da crise sanitária causada pela COVID-19 e do risco de iminente paralisação do serviço de transporte público por parte da CSN, o Município de Salvador, por meio do Decreto nº 32.512/2020, publicado em 20/06/2020 no DOM, estabeleceu a Intervenção na Concessão do STCO relativa ao Contrato de Concessão da área C – Orla/Centro do Município de Salvador, outorgado através do Contrato de Concessão nº 007/2014 à empresa CSN Transportes Urbanos S/A, pelo prazo de 180 dias.

De acordo com o referido decreto, a intervenção buscou assegurar a regular continuidade dos serviços, apurar as razões da inadequada prestação do serviço, analisar a situação econômico-financeira da CSN frente às necessidades contratuais, realizar auditorias que se mostrem necessárias e promover o levantamento atualizado de descumprimentos legais e contratuais por parte da Concessionária.

A partir de 22 de junho de 2020, foi nomeado um interventor com competência para, além de outros poderes, gerir, administrar e representar a CSN, bem como solicitar informações de interesse da intervenção. Neste contexto, coube ao interventor entregar ao gestor municipal, o relatório circunstanciado, contendo o diagnóstico preliminar com o cenário financeiro, administrativo, operacional

e jurídico encontrado, bem como as atividades realizadas durante o período de trabalho.

PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Durante o ano de 2019, a Aarsal contribuiu com a Seinfra para elaboração do edital do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado (PMSBI) que contempla abastecimento de água e de esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos urbanos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. O plano foi licitado e contratado em janeiro de 2020 pela Seinfra. Este projeto deverá se estender até fim de 2021

RESÍDUOS SÓLIDOS

No primeiro trimestre de 2020, a Aarsal realizou o primeiro aditivo de prorrogação de prazo do Contrato nº 002/2019 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) empresa contratada em 2019 para realizar estudo técnico para avaliação de ampliação da vida útil do Aterro e viabilidade da continuidade do Contrato de Concessão. A medida visa realizar uma pesquisa sobre a vida útil do Aterro Metropolitano Centro e sua viabilidade técnico-operacional, econômico-financeira e socioambiental.

Durante a execução do serviço, a Fipe recomendou que o Contrato de Concessão do AMC com a empresa Battre fosse renovado por seis meses, diante da falta de elementos suficientes para avaliar e validar, em definitivo, a vantagem e a possibilidade de renovação do contrato por 20 anos, sendo recomendada pela própria Fundação a elaboração de anteprojetos para dirimir tais questões.

A Battre comprometeu-se, após o Aditivo nº 16, que procedeu a mencionada prorrogação, a entregar, no prazo de 120 dias da formalização do instrumento, para análise e crítica, um anteprojeto. Posteriormente, foi convertido, por iniciativa da

própria Concessionária, em Projeto Básico com detalhamento de Capex, Opex e investimentos, demonstrando a possibilidade de exploração do Aterro por mais 20 anos.

Para atender à recomendação da Fipe, a Aarsal realizou segundo Aditivo ao Contrato nº 002/2019, tendo por finalidade o acréscimo de um produto para análise, verificação e crítica ao Projeto Básico apresentado pela Concessionária Battre, referente a possibilidade de exploração e prorrogação da Concessão do Aterro Metropolitano Centro – AMC.

Em decorrência do agravamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19, houve um atraso no andamento da preparação do Projeto Básico pela Battre, comprometendo a apreciação e discussão por parte da Fipe e Aarsal. Nesse contexto, foi sugerido à Semop, na condição de gestora do Contrato de Concessão, a avaliação da possibilidade de nova prorrogação.

Prorrogado o contrato, Aarsal, Semop e Limpurb, com o apoio da Fipe e em interlocução com Battre, vem promovendo discussões relativas ao futuro da Concessão.

OUVIDORIA

A Ouvidoria da Aarsal segue ativa através do site, que foi reformulado em 2020, do e-mail institucional e também do sistema Fala Salvador, programa de relacionamento direto entre a prefeitura e a comunidade, para garantir que as manifestações da população sejam recebidas e encaminhadas para resolução.

A Ouvidoria também acompanha os relatórios de reclamações dos usuários, enviados semanalmente pelo SAU/Integra e analisa os relatórios semestrais da pesquisa de Satisfação do Usuário de Transporte Coletivo por Ônibus em Salvador realizada pela empresa de Pesquisa e Análise (P&A) observando os resultados finais, de acordo com a opinião dos usuários.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) tem como atribuições a programação, a administração financeira, patrimonial e das dívidas e haveres do Município. Também responde pela fiscalização, arrecadação tributária, controle interno da administração municipal e pelo julgamento de processos fiscais e financeiros.

EQUILÍBRIO DE CONTAS

Garantir o equilíbrio das contas públicas do Município para tornar Salvador compatível com o seu potencial de arrecadação e captação de recursos é uma das principais funções da Sefaz. Através do controle da dívida e da busca por uma maior qualidade do gasto público, com total transparência na sua aplicação, é possível a prefeitura implementar os programas e atividades demandados pela coletividade.

SITUAÇÃO ENCONTRADA

Ao final de 2012, a dívida de curto prazo somava R\$ 1,23 bilhão contra uma Disponibilidade de Caixa Líquida negativa em R\$ 77 milhões, revelando uma situação de descontrole. As receitas e movimentações financeiras não eram centralizadas na Secretaria da Fazenda (Tesouro Municipal) fragilizando a gestão financeira de Salvador.

Os únicos instrumentos à disposição contra o devedor de tributos municipais até 2012 eram as tradicionais ações de cobrança administrativa, inscrição na Dívida Ativa do Município e execução judicial. Além disso, Salvador registrava 173 pendências no Cadastro Único de Convênios, o que o impedia de fazer operações de crédito e firmar convênios com a União, e a Dívida Consolidada Líquida alcançava R\$ 1,82 bilhão e constituía 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2012. Ao final daquele ano, havia Débitos Precatórios de R\$ 723 milhões, havia dívidas de precatórios e acordos judiciais vencidos e não contabilizados de R\$ 93 milhões.

A Planta Genérica de Valores (PGV), que constitui a base monetária de referência para o cálculo e lançamento do IPTU, tivera sua última atualização realizada havia mais de dez anos, impondo uma

arrecadação incompatível com o valor de mercado dos imóveis.

MEDIDAS IMPLANTADAS

A partir do primeiro ano da gestão, em 2013, várias medidas foram adotadas para reverter o quadro fiscal encontrado no município.

REDUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) foi reduzida progressivamente de R\$ 1,82 bilhão – 52,08% da Receita Corrente Líquida (RCL) – em 2012 para R\$ 1,69 bi – 41,66% da RCL – já em 2013. A partir de 2017, a redução da DCL se tornou negativa e atingiu (-) R\$ 368 milhões, indicativo de que os haveres financeiros líquidos da prefeitura superaram a dívida consolidada bruta.

A situação verificada em outubro de 2020 mostra uma Dívida Consolidada Bruta de R\$ 1,88 bilhão, e um montante de haveres financeiros de R\$ 2,29 bilhões, o que resulta numa Dívida Consolidada Líquida de menos (-) R\$ 407 milhões. Esta situação significa que o Município tem em caixa R\$ 407 milhões a mais do que sua Dívida Consolidada Bruta ou, em outras palavras, que o endividamento da prefeitura é negativo em R\$ 407 milhões ou, ainda, que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de Salvador é equivalente a (-) 6,32% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) apurada nos últimos 12 meses até outubro de 2020, que foi de R\$ 6.439.554.985,43.

A medida da situação do endividamento de Salvador é dada pela diferença entre os (-) 6,32% da RCL apurados e os (+) 120% da RCL definidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal como o limite máximo permitido para o endividamento dos

municípios. Ou seja, a Dívida Consolidada atual de Salvador, no montante de R\$ 1,88 bilhão, poderia, em estrita obediência dos limites legais, ser de R\$ 10,53 bilhões, valor este que corresponde à soma dos R\$ 10,12 bilhões equivalente ao limite de 120% da RCL mais os R\$ 407 milhões do excesso de haveres financeiros de que dispõe o Município.

RESTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

De 2013 até setembro de 2020, as restituições somaram R\$ 89,6 milhões, dos quais R\$ 46,5 milhões foram devolvidos por pagamento direto aos contribuintes e R\$ 43,1 milhões, mediante a compensação de débitos com o Tesouro Municipal.

REDUÇÃO DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS

Efetuada os pagamentos de precatórios relativos a 2020, no montante de R\$ 99,6 milhões, e já computados os precatórios inscritos no ano, os Débitos de Precatórios líquidos do Município devem fechar o exercício em R\$ 351 milhões, o que constitui 48,5% dos R\$ 723 milhões encontrados em 2012, mesmo computados os valores dos precatórios inscritos mais recentemente.

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

Os contratos com fornecedores e prestadores de serviços, originados antes de 2013, foram renegociados seus valores sofreram redução média de 10%.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE TRANSCON E DE DESAPROPRIAÇÃO

Em análise realizada nos processos de Transferência do Direito de Construir (Transcon), foram constatadas irregularidades em diversas áreas transacionadas, com comprovação através de pesquisas documentais, que proporcionaram expressiva redução de certidões de Transcon já emitidas.

AUDITORIA NOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÕES

Foi realizada revisão nos procedimentos de diversos processos de desapropriação através das comissões instituídas pelos Decretos nº 19.093/2008

e nº 22.497/2011, cuja conclusão foi pela nulidade das expropriações.

Após contestação dos interessados, concluiu-se pela irregularidade do procedimento, o que deverá evitar o comprometimento de orçamentos futuros através da compensação de créditos tributários previstos nos acordos de desapropriação.

REGULARIZAÇÃO DA FOLHA DOS SERVIDORES

Já em fevereiro de 2013, foi regularizado junto ao Banco Bradesco o contrato para pagamento das folhas dos servidores ativos, inativos e pensionistas e dos fornecedores gerando ao Município R\$ 126 milhões.

Nova concorrência, realizada em 2017, envolveu a disputa entre os bancos Bradesco e Santander. Com uma oferta de R\$ 160,2 milhões, a título de contrapartida financeira para o Município, o Bradesco manteve a prestação desses serviços por cinco anos.

IMPLANTAÇÃO DO CAIXA ÚNICO

Ainda em 2013, todas as disponibilidades financeiras provenientes de quaisquer fontes de arrecadação foram centralizadas no Caixa Único do Tesouro Municipal, permitindo o controle e a gestão unificados das finanças municipais.

IMPLANTAÇÃO DO CADIN

Em 2013, foi implantado o Cadastro Municipal de Inadimplentes (Cadin) que penaliza o contribuinte devedor em seu relacionamento com a prefeitura e, desta forma, o induz a quitar suas obrigações com o Município. Desde sua criação até setembro de 2020, o Município promoveu a inscrição no Cadin de 4,95 milhões de pendências, ou seja, eventos de configuração de inadimplência pela não quitação regular de débitos, envolvendo 805 mil contribuintes e a consignação de créditos vinculados de potencial recuperação no montante de R\$ 13,2 bilhões, dos quais R\$ 9,5 bilhões registrados na Dívida Ativa do Município.

Essas pendências foram geradas, majoritariamente, na própria Sefaz, na Dívida Ativa do Município e na Transalvador, com menor participação da Semop,

Sedur, SMS, Semob e da Limpurb. A indução do contribuinte à regularização de suas pendências provocada por esta iniciativa contribuiu de maneira significativa para que houvesse, nesse período, a recuperação de R\$ 1,842 bilhão dos valores inscritos, dos quais 85,6% são relativos às pendências com o IPTU, 7% com a Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) e 6,6% com a Taxa de Lixo.

Registra-se, ainda, a implantação, no âmbito da Dívida Ativa, do protesto extrajudicial das dívidas com o Município, como importante instrumento adicional de recuperação de créditos.

IMPLANTAÇÃO DE CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

Ao longo dos últimos seis exercícios, as projeções de receita indicaram a necessidade de contingenciamento orçamentário já na abertura do ano-calendário, de modo que fosse possível readequar contratos e demais expectativas de gastos discricionários à real expectativa de arrecadação. O valor da frustração prevista foi distribuído entre as diversas fontes.

Mesmo diante da perspectiva de frustração, houve o cuidado de propor cortes que não afetassem a realização de todas as despesas de caráter obrigatório, bem assim, aquelas ações entendidas como prioritárias para o desenvolvimento da educação, saúde e investimento urbano. Isso foi possível em função do controle do contingenciamento por fonte, ação orçamentária e até elemento de despesa, quando necessário.

O contingenciamento da execução orçamentária do exercício de 2020, até setembro, chegou ao montante de R\$ 1,27 bilhão, equivalente a 13,99% do orçamento total atualizado.

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

Foi empreendida já em 2013 a atualização da Planta Genérica de Valores do Município (PGV), compatibilizando o valor dos imóveis com os

correspondentes valores de mercado e, com isto, redefinindo a base de cálculo do IPTU.

Uma importante alteração na atualização da PGV foi efetuada pela Lei 9.306/2017, de 28 de dezembro de 2017, que introduziu, para terrenos com área superior a 2.000 m², a limitação do valor do IPTU de 2018 a quatro vezes o valor relativo ao ano de 2013, acrescido da atualização monetária do período, com retroação a 2014, bem como, para os terrenos de área superior a 5.000 m² e inferior a 6.000 m², a redução do valor venal em 5% e mais 1% para cada 1.000 m² adicionais de área até o limite de 50%.

Refinamentos e revisões locais da PGV têm sido operadas regularmente, a exemplo das correções já efetuadas na área de Cassange e do Loteamento Marissol, da readequação espacial dos Setores Fiscais da PGV, que passaram de 87 para 114, gerando um ganho de qualidade nas avaliações imobiliárias, do monitoramento permanente dos valores de mercado dos imóveis por meio da base de dados das transações imobiliárias do ITIV e o desenvolvimento da ferramenta tecnológica “*web scraping*”, para coleta de anúncios de venda de imóveis na internet.

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Em 2013, foi realizado um amplo recadastramento imobiliário do Município, com a participação direta dos contribuintes, o que implicou significativa melhora na situação cadastral.

Um projeto estratégico de Atualização do Cadastro Imobiliário foi implantado, em 2017, para identificar inscrições imobiliárias que necessitem de padronização, correção ou complementações de dados relativos aos imóveis ou aos seus proprietários.

De 2017 até outubro de 2020, foram atualizadas 352.663 inscrições imobiliárias, o que representa cerca de 40% das 873 mil inscrições do Cadastro Imobiliário Municipal. Uma empresa especializada em inteligência fiscal e “*big data*” foi contratada para efetuar as necessárias análises e cruzamentos de bases de dados internas e externas ao Município. Em 2020, até outubro, foram 42.635 inscrições atualizadas, corrigidas ou padronizadas.

NOTA SALVADOR

Com o objetivo de incentivar o tomador de serviços a exigir a nota fiscal eletrônica, foi implantado o Programa Nota Salvador que oferta incentivos financeiros aos contribuintes, estimulando a educação e a consciência tributária e promovendo o aumento da arrecadação tributária municipal.

Pelas regras do Programa, até 30% do valor do ISS recolhido pelo contribuinte são restituídos ao tomador do serviço, seja ele pessoa física, condomínio ou micro e pequena empresa optante do Simples Nacional. Como estímulo adicional a essa restituição do imposto pago, o Nota Salvador prevê também a distribuição, mediante sorteios mensais, de prêmios individuais aos tomadores de serviço, os quais têm valor de até R\$ 50 mil e, no conjunto, somam R\$ 215 mil por sorteio. Os valores ganhos pelo tomador de serviço, tanto em créditos de restituição quanto em prêmios, são disponibilizados para resgate por crédito em conta-corrente ou poupança, para abatimento do IPTU, crédito em celular pré-pago e crédito no SalvadorCARD.

Até 2020, o Portal da Nota Salvador atingiu um total acumulado de 379.246 pessoas físicas cadastradas, que geraram 7,15 milhões de bilhetes para os sorteios públicos, realizados em janeiro e fevereiro.

Desde a efetivação do Programa, em dezembro de 2013, até 2019, foram realizados 72 sorteios com uma quantidade de 905.792 prêmios distribuídos, no valor total de prêmios e créditos pagos de R\$ 63,04 milhões.

No ano 2020, em função da pandemia causada pelo Coronavírus, ocorreu a suspensão temporária dos sorteios e transferências de valores do Programa Nota Salvador, tendo como consequência a significativa redução dos pagamentos de créditos e prêmios, baixando para dois sorteios de premiação, com 34 prêmios distribuídos em um total pago de prêmios e créditos de R\$ 2,6 milhões.

O Programa registra um crescente aumento no número de notas fiscais eletrônicas de serviço emitidas no município, que passaram de 11,2 milhões em 2014, para 34,9 milhões em 2019. Isto configura um incremento de expressivos 212% na quantidade de notas emitidas a partir da implantação do Programa Nota Salvador, o que, por sua vez, atesta a crescente incorporação da cultura da solicitação da Nota Fiscal por parte do tomador do serviço.

A pandemia levou à suspensão de atividades de prestação de serviços, como estacionamento de shopping centers, academias, salões de beleza, barbearias e escolas, e acarretou uma redução significativa na emissão de notas fiscais de prestação de serviços (NFS-e) baixando a média mensal de 2,90 milhões em 2019 para 1,85 milhão até setembro de 2020, configurando uma queda de 36,2% da quantidade de notas fiscais emitidas.

SISTEMA PARA CÁLCULO E EMISSÃO DE GUIA DO ITIV – VIA INTERNET

Foi desenvolvido e disponibilizado na internet aplicativo que possibilita o cálculo do ITIV e a emissão da guia de pagamento exclusivamente pelo sistema, pelo próprio contribuinte, de forma simplificada e amigável, sem necessidade de autenticação ou intermediação de terceiros.

SOLUÇÃO DAS PENDÊNCIAS COM O CAUC

A regularização perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) consiste em uma das principais prioridades estabelecidas pela Administração Municipal, o que tem permitido reunir as condições necessárias à captação de novos recursos para investimentos em projetos sociais e infraestruturas na cidade de Salvador.

Foram integralmente sanadas, em 2013, as pendências do Município com o Cadastro Único de Convênios, que contava com 173 registros, em 2012, pelo que foi reabilitada a capacidade para realizar operações de crédito e receber transferências voluntárias da União.

No período de agosto de 2013 a setembro de 2020, foram registradas 31 situações restritivas no CAUC, todas elas tratando de problemas pontuais, resolvidas em um prazo máximo de até 30 dias. No ano de 2020, até o mês de setembro, o município apresentou apenas quatro registros de pendências, sendo que em duas dessas situações o registro perdurou somente por um dia.

Igualmente, foram atendidos os requisitos não espelhados no Cauc, mas descritos no Art. 38 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, os quais também demandam comprovação de regularidade quando da realização de transferências voluntárias da União para o Município.

PROGRAMAS DE PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI)

Através dos Programas de Parcelamento Incentivado de dívidas, realizados em 2014, 2015, 2018 e 2019, o Município ofereceu, aos contribuintes em débito com a fazenda municipal, condições especiais, que incluíram isenção total ou parcial de juros e multas, para a regularização de suas dívidas.

Estes programas propiciaram a contratação de quitação de débitos no volume global de R\$ 1,145 bilhão, o que resultou na geração de receita efetiva nos montantes de R\$ 96 milhões em 2020 (até outubro) e R\$ 699 milhões entre no período de 2014 até 2020 (até outubro).

ARRECAÇÃO PPI (em R\$ milhão)							
EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Total Anual	99.663.007	106.200.218	105.527.132	47.249.380	131.820.828	112.560.578	96.268.960
Total Acumulado	99.663.007	205.863.225	311.390.356	358.639.736	490.460.565	603.021.142	699.290.102

* Valores nominais até outubro de 2020

ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

Um evento marcante na história dos programas de parcelamento de dívidas em Salvador é o Programa Especial de Parcelamento Incentivado – PPI/ Pandemia, criado pela Lei nº 9.548/2020 e destinado a mitigar os impactos econômicos decorrentes das medidas de enfrentamento do novo Coronavírus.

Este programa contemplou todos os débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, com algumas poucas exceções estabelecidas na Lei, a exemplo do chamado ISS substituto tributário, por envolver questões de apropriação

indébita. O período de vigência foi de 05 de outubro a 27 de novembro.

Em função do forte impacto da pandemia sobre as finanças das famílias e das empresas, benefícios especiais foram incluídos neste Programa. Destacam-se a oferta de descontos sobre o valor principal dos débitos para pagamento à vista, com privilégio ainda mais especial para os débitos contraídos no período da pandemia, os quais receberam 20% de desconto no pagamento à vista e 10% de desconto com parcelamento em até 12 vezes, a possibilidade de parcelamento de débitos constituídos no exercício em curso (até julho) e a utilização da Selic como único índice de reajuste aplicado ao parcelamento em até 48 vezes, em lugar da variação do IPCA/IBGE mais 1% de juros por mês, como era antes.

PPI DESCONTOS OFERECIDOS						
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	À VISTA	EM ATÉ 12 VEZES		EM ATÉ 48 VEZES		
Constituição dos débitos	Até fev/2020	De mar - jul/2020	Até fev/2020	De mar - jul/2020	Até fev/2020	De mar - jul/2020
Desconto sobre o principal	10%	20%	-	10%	-	-
Desconto sobre multas e juros	100%	100%	100%	100%	80%	90%
Desconto sobre honorários advocatícios	75%	75%	65%	65%	50%	50%

O Programa, até o dia 31 de outubro, atingiu 18.401 adesões e contratou R\$ 286 milhões em parcelamentos, a partir do expressivo montante de débitos originais regularizados de R\$ 543 milhões. Até essa data, R\$ 56 milhões ingressaram no Tesouro Municipal resultantes dos pagamentos de parcelas únicas e primeiras parcelas.

PROGRAMA DE PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO (PAD)

Além dos PPIs, o Município também criou, em 2014, o Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas (PAD), uma importante ação de recuperação de créditos de natureza permanente pela qual o contribuinte pode, a qualquer momento, inclusive pela

Internet, formalizar o parcelamento dos seus débitos tributários e não tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, em até 60 meses.

Diferentemente do PPI, o PAD não concede benefícios sobre os débitos parcelados ou pagos à vista. No PAD, o contribuinte encontra sua cesta de débitos e consolida o valor devido, efetivando um único compromisso de parcelamento, sem precisar se deslocar aos diversos órgãos municipais.

Os parcelamentos de débitos realizados no âmbito deste programa resultaram na arrecadação de R\$ 334 milhões no período de 2014 a 2020 (até outubro), dos quais R\$ 59 milhões no exercício de 2020 (até outubro), como exibido no seguinte quadro.

ARRECAÇÃO PAD (em R\$ milhão)							
EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Total	3.644.243	21.249.507	34.368.234	67.940.904	68.682.283	79.885.316	58.672.779
Total Acumulado	3.644.243	24.893.750	59.261.984	127.202.888	195.885.171	275.770.487	334.443.266

(*) Até outubro.

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Foi implantado, em 2014 e ampliado em 2017, o Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, nos termos das Leis nº 8.655/2014 e nº 9.233/2017, respectivamente. Através deste Programa, de 2014 até setembro de 2020, foram alienados 33 imóveis sem interesse de uso pelo município, o que gerou R\$ 218,1 milhões de receitas de capital, aplicados exclusivamente em obras ou ampliação dos ativos permanentes do município.

Desse total, R\$ 217,1 milhões já ingressaram no Caixa do Tesouro Municipal e esses recursos foram utilizados na construção do Hospital Municipal de Salvador, na cobertura integral dos custos da construção do novo Centro de Convenções da Capital, na construção do Parque dos Ventos e em melhoramentos de vias urbanas.

SALDO EM CAIXA

Decorrente de todo o esforço realizado pela prefeitura mediante um conjunto de ações implementadas desde o primeiro ano da gestão, as finanças tiveram seu equilíbrio reestabelecido e o saldo líquido em caixa, que fechara o ano de 2012 negativo em (–) R\$ 77 milhões, passou para o polo positivo em R\$ 459 milhões já no exercício de 2013 e ampliou-se sistemática e progressivamente até alcançar as expressivas cifras de R\$ 1,257 bilhão em 2017, R\$ 1,471 bilhão em 2018 e R\$ 1,853 bilhão em 2019.

Em 2020 (até outubro), verifica-se um saldo líquido de disponibilidade de caixa no montante de R\$ 2,157 bilhões.

Por relevante, cumpre destacar que a participação de recursos vinculados na composição destas disponibilidades de caixa variou entre 6% e 33% entre 2013 e 2019. Em contraste, em 2012 estes percentuais

foram de 86%. A importância deste avanço reside na liberdade implícita na livre escolha de recursos não vinculados, já que, por lei, os recursos vinculados somente podem ser utilizados nas despesas objeto de sua própria vinculação.

AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

As medidas implementadas pela administração municipal na gestão das finanças públicas conduziram à obtenção de avanços e resultados muito expressivos para o alcance do objetivo estratégico previamente traçado de conferir ao município autonomia financeira para a execução dos investimentos sociais e de infraestrutura urbana, demandados pela população e exigidos pela situação de abandono em que se encontrava a cidade.

O exercício de 2020, traz em si duas atipicidades relativamente aos dos anos anteriores. A primeira diz respeito ao fato de que, por se tratar de último ano de mandato, o relatório deste ano foi antecipado para poder ser lançado ainda no mês de dezembro, ou seja, ainda no curso do mandato da atual administração municipal, impondo-se o estabelecimento do final de outubro como a data do cenário dos dados fiscais representativos do exercício inteiro. A segunda atipicidade do ano é a pandemia da COVID-19, que desde março impacta de forma negativa nas finanças públicas em todos os níveis de governo.

PANDEMIA DA COVID-19: CENÁRIO ENCONTRADO

O elevado padrão de saúde fiscal, desenvolvido a partir de 2013, levou Salvador ao posto de melhor capital brasileira no Índice Firjan de Gestão Fiscal, em 2019. Os resultados fiscais obtidos no primeiro trimestre de 2020, revelam a firme manutenção do equilíbrio fiscal conquistado nos últimos sete anos.

QUADRO SINTÉTICO DE DADOS FISCAIS

PERÍODO JANEIRO - MARÇO

2019 - 2020

Valores em R\$ milhão.

Receitas

Tipo	2019	2020	△ (%)
Receita corrente*	1.678	1.784	6%
Receita de capital*	56	188	235%
RECEITA TOTAL	1.734	1.972	14%

(*) Receita Intraorçamentária incluída.

Despesas

Tipo	2019	2020	△ (%)
Despesa corrente*	1.264	1.320	4%
Despesa de capital*	56	109	95%
Despesa total	1.320	1.428	8%

(*) Despesa Intraorçamentária incluída. Despesas Liquidadas.

Superávit Orçamentário

Tipo	2019	2020	△ (%)
Receita total	1.734	1.972	14%
Despesa total	1.320	1.428	8%
Superávit orçamentário	414	544	31%

Despesas Liquidadas.

Poupança Corrente

Tipo	2019	2020	△ (%)
Receita corrente	1.678	1.784	6%
Despesa corrente	1.264	1.320	4%
Poupança corrente	414	465	12%

Despesas Liquidadas.

Disponibilidade de Caixa Líquida

Tipo	2019	2020	△ (%)
Disponibilidade bruta	2.136	2.596	22%
Obrigações financeiras (-)	428	479	12%
Disponibilidade líquida	1.708	2.117	24%

Autonomia Financeira

	2019	2020	△ (%)
Receita própria	1.048	1.237	18,1%
Receita de transferências	686	735	7,1%
Receita total	1.734	1.972	13,8%
Receita própria/receita total	60%	63%	4%

A Receita Total de Salvador, no primeiro trimestre de 2020, somou R\$ 1,972 bilhão, um crescimento de 13,8% sobre o montante de R\$ 1,734 bilhão, arrecadado no mesmo período de 2019. A Receita Corrente compôs 90% desse total, com R\$ 1,784 bilhão, e a Receita de Capital, os restantes 10%, com R\$ 188 milhões.

Ainda no plano das receitas, foi ampliada a autonomia financeira do município, o que significa a redução de sua dependência relativamente aos recursos financeiros transferidos pela União e pelo Estado, com as receitas próprias, ou seja, aquelas arrecadadas diretamente pelo próprio município, passando, em março de 2020, a constituir 63% das Receitas Totais, três pontos percentuais acima da margem alcançada em igual período de 2019.

Do lado das despesas, todas elas consideradas na modalidade de liquidadas em função do estágio parcial do exercício fiscal. Com um montante de Despesa Total de R\$ 1,428 bilhão, as despesas, de janeiro a março, ficaram 28% abaixo das receitas totais e, com 8,2%, o seu crescimento de 2019 para 2020, foi 40% menor do que o crescimento das receitas (13,8%) no mesmo período.

No período em consideração foi registrado um superávit orçamentário de R\$ 544 milhões, que equivale a 28% das Receitas Totais, e uma Poupança Corrente de R\$ 465 milhões, o que representa expressivos 26% das Receitas Correntes.

Entre março de 2019 e março de 2020, as Disponibilidades de Caixa Líquidas cresceram 24% e chegaram a R\$ 2,117 bilhões, compondo uma reserva financeira estratégica para se fazer face a episódios inesperados, a exemplo da própria pandemia.

Foram adotadas medidas de contenção de gastos, no início da crise, ainda no mês de março, tais como redução dos subsídios do prefeito e do vice-prefeito, redução do pagamento de gratificação de incentivo ao desempenho gerencial em montante equivalente a 30%, estabelecimento do regime extraordinário de trabalho (turno único) para diversos órgãos integrantes da administração municipal, renegociação dos valores dos contratos de locação de imóveis pela prefeitura, redução dos contratos de prestação de serviços e suspensão de novas ordens de serviços custeadas com recursos do Tesouro.

Uma outra frente de esforços foi a da busca por receitas excepcionais, capazes de atenuar as perdas fiscais resultantes dos impactos da pandemia na economia nacional. A partir de uma articulação entre o Governo Federal e o Congresso Nacional, surgiu um amplo conjunto de ações de financiamento das ações de combate à pandemia, com ênfase, no campo fiscal, na transferência de recursos federais a estados e municípios, tanto para compensar as quedas nas participações desses entes federativos na receita federal de impostos quanto para a cobertura das novas despesas decorrentes da pandemia.

BALANÇO FINANCEIRO DA COVID-19

As receitas excepcionais, transferidas pelo Governo Federal a Salvador em função da pandemia, somaram R\$ 541,2 milhões até outubro, abrangendo recursos do SUS, de recomposição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de apoio financeiro para o combate à COVID-19. Neste particular, releva salientar que, embora de vinculação não obrigatória aos gastos com o combate à COVID-19, as receitas de R\$ 275 milhões da Fonte 100 têm sido aplicadas no amplo conjunto das ações relacionadas a esse combate.

Receitas Excepcionais Transferidas pela União para Apoio no Combate à COVID-19 (em R\$ milhão)

RECEITA	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
Transferências Federais do SUS (Fonte 14)	54,2	14,2	21,5	73,5	3,7	8,1	13,7	188,9
Apoio Financeiro ao Município – Recomposição FPM (MP nº 938/2020) – Fonte 100	3,7	3,3	17,9	12,5	0,4	7,8	11,4	57,0
Apoio Financeiro ao Município – LC 173/2020 (Fonte 100)			54,6	54,6	54,6	54,6		218,3
Apoio Financeiro ao Município – Para Combate à COVID-19 (Fonte 109)			10,4	10,4	10,4	10,4		41,6
Transferência do FNAS – SUAS – COVID-19 (Fonte 229)				16,6				16,6
Lei Aldir Blanc – Apoio à Cultura						18,7		18,7
TOTAL	57,9	17,5	104,3	167,5	69,1	99,6	25,1	541,2

Foram dispendidos R\$ 520 milhões em despesas empenhadas ou R\$ R\$ 416 milhões em despesas liquidadas em ações específicas de combate à COVID-19 entre abril e outubro de 2020, envolvendo ações na área de saúde, a exemplo da implantação de leitos de UTI e de enfermaria específicos para

tratamento de pacientes com a COVID-19, na área de Assistência Social, tais como o benefício de R\$ 270,00 do Programa Salvador por Todos, voltado aos trabalhadores informais, impactados pelo isolamento social, como também nas áreas de Educação e de Mobilidade Urbana.

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS COM A COVID-19

UNIDADE GESTORA	ACUMULADO (EM R\$ MILHÃO) ABRIL – OUTUBRO	
	EMPENHADA	LIQUIDADA
Fundo Municipal de Saúde (FMS)	228	187
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	75	70
Fundo Municipal de Educação (FME)	81	70
Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMMU)	66	34
Outras Despesas com a COVID-19	71	56
DESPESA TOTAL COM A COVID-19	520	416

A comparação destes valores com o das receitas excepcionais para o combate à COVID-9 revela saldos de receitas de R\$ 58 milhões, na situação de despesas empenhadas, e de R\$ 127 milhões, no das despesas liquidadas. Ocorre que estes saldos não dizem tudo do balanço financeiro da pandemia, uma vez que não levam em conta as perdas de receita derivadas da mesma.

Afinal, apesar de terem subido 6% entre janeiro e março, como mostrado acima, as Receitas Correntes Totais do Município até outubro de 2020 caíram R\$ 271 milhões (7%) relativamente às do mesmo período de 2019, abatidas as receitas excepcionais para combate à COVID-19. E mais do que isto: 91% deste total de perdas, ou seja, R\$ 246 milhões, são perdas

de Receitas Correntes Próprias, lideradas pelas quedas expressivas na arrecadação do ISS (menos R\$ 86 milhões) do IPTU (menos R\$ 47 milhões) e das Receitas Patrimoniais (menos R\$ 54 milhões).

O quadro a seguir, que computa as receitas excepcionais para o combate à COVID-19, bem como as despesas efetivas com esse combate e as perdas de receitas decorrentes das medidas de suspensão das atividades econômicas necessárias para diminuir a disseminação do Coronavírus, mostra que, até outubro, as finanças específicas da pandemia são deficitárias em R\$ 146 milhões no cenário das despesas liquidadas e R\$ 250 milhões no cenário das despesas empenhadas.

BALANÇO FINANCEIRO DA COVID-19 Valores (em R\$ milhão)								
ITEM	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
Total receitas extraordinárias para combate à COVID-19 = I	58	18	104	168	69	100	25	541
Total Despesas Com a COVID-19 (Despesas Liquidadas) = II	50	37	69	62	71	61	65	416
Despesas com a COVID-19 (Despesas Empenhadas) = II a	133	34	62	52	108	49	46	520
Total das Perdas de Receitas Correntes = III (Abril a outubro de 2020 contra igual período de 2019)*	53	112	25	77	21	4	-21	271
Déficit do Balanço Financeiro da COVID-19 (Despesas Liquidadas) = I - II - III	-45	-131	10	28	-22	34	-19	-146
Déficit do Balanço Financeiro da COVID-19 (Despesas Empenhadas) = I - II a - III	-129	-128	17	39	-59	47	-66	-250

(*)Excluídas as Receitas Extraordinárias da COVID-19

Um registro adicional a ser feito é que a cobertura das despesas com o combate à COVID-19 até outubro contou, concretamente, com recursos próprios do município, provenientes das fontes 190 e 191

(operações de crédito) nos montantes de R\$ 114 milhões, na modalidade de despesa empenhada, e R\$ 104 milhões, na modalidade de despesa liquidada.

RECEITA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM: RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS

A Receita Total do município somou, até outubro de 2020, R\$ 6,176 bilhões, um crescimento nominal de 8,8% (4,7% em valores reais pela variação anual do IPCA) sobre o mesmo período de 2019. O crescimento acumulado da Receita Total entre 2013 e 2019 foi de 83,8% (24,4% em valores reais) e o médio anual, nesse mesmo período, de 9,1% (3,2% em termos reais).

Esta evolução positiva se deu a despeito de dois obstáculos enfrentados neste período. O primeiro deles foi a séria crise que se abateu sobre a economia nacional nos últimos anos, marcada pela estagnação em 2014 e pela forte recessão registrada nos anos de 2015 e 2016, período em que o PIB do país registrou

queda real acumulada de 6,68%. O segundo deles foi a crise da pandemia da COVID-19, que produziu efeitos negativos sobre a vida e a economia das pessoas, das famílias, das empresas e das finanças públicas em todas as esferas de governo.

As Receitas Próprias de Salvador, ou seja, aquelas arrecadadas diretamente pelo município, saíram de R\$ 1,784 bilhão, em 2012, e alcançaram R\$ 3,715 bilhões, em 2019, o que representa um crescimento nominal acumulado de 108%, ou 41% em termos reais pela variação anual do IPCA/IBGE, no período de 2013 a 2019.

Até outubro de 2020, as Receitas Próprias somaram R\$ 2,999 bilhões, o que constituiu uma queda de 1,9% relativamente ao montante de R\$ 3,057 bilhões registrado até outubro de 2019. Apesar desta queda, as Receitas Próprias, ainda assim, subiram 68,1% nominais (33,1% em termos reais) desde 2012.

Evolução Anual das Receitas Próprias e de Transferências (em R\$ milhão)														
COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	ATÉ OUTUBRO		CRESCIMENTO NOMINAL			
											2020/19*		2013-2019	
									2019	2020		MÉDIO ANUAL	ACUMULADO	
Receitas Próprias	1.784	2.179	2.660	2.799	2.900	3.018	3.323	3.715	3.057	2.999	-	-1,9%	11,0%	108,2%
Receita Tributária	1.423	1.626	2.007	1.927	2.042	2.087	2.450	2.650	2.209	2.101	-	-4,9%	9,3%	86,2%
Impostos	1.231	1.423	1.785	1.721	1.818	1.834	2.149	2.320	1.917	1.826	-	-4,7%	9,5%	88,4%
Taxas	192	203	222	206	224	253	301	331	292	276	-	-5,7%	8,1%	72,6%
Receita Não Tributária	362	553	652	873	858	931	873	1.065	848	898	-	5,9%	16,7%	194,5%
Receita de Transferências	1.852	2.001	2.178	2.380	2.648	2.622	2.801	3.005	2.367	2.919	-	23,3%	7,2%	62,2%
Governamentais Obrigatórias	1.797	1.969	2.122	2.362	2.592	2.556	2.740	2.932	2.318	2.882	-	24,3%	7,2%	63,2%
Da União	972	1.082	1.189	1.350	1.570	1.514	1.583	1.836	1.314	1.886	-	43,6%	9,5%	88,9%
Do Estado	725	811	827	894	894	917	995	1.034	843	800	-	-5,1%	5,2%	42,6%
Multigovernamentais	338	339	385	429	457	454	504	425	457	475	-	4,0%	3,3%	25,8%
Deduções Multigovernamentais	239	264	280	311	329	329	343	363	295	279	-	-5,7%	6,2%	52,1%
Governamentais Voluntárias	46	6	28	18	55	63	58	69	49	34	-	-30,3%	6,0%	50,8%
Da União	-	-	42	2	26	14	52	59	43	52	36	25	-	-30,3%
Do Estado	-	-	3	4	2	4	4	4	14	17	12	9	-	-30,3%
Outras Receitas de Transferências	10	27	28	1	1	3	3	4	0	3	-	675,5%	-11,5%	-57,6%
RECEITA TOTAL (SEM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.637	4.180	4.837	5.179	5.549	5.640	6.124	6.720	5.424	5.918	-	9,1%	9,2%	84,8%
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330	253	258	-	1,9%	7,5%	66,0%
RECEITA TOTAL (COM INTRAORÇAMENTÁRIA)	3.836	4.374	5.066	5.434	5.832	5.941	6.448	7.051	5.677	6.176	-	8,8%	9,1%	83,8%

As Receitas de Transferências, as arrecadadas pela União e o Estado da Bahia e repassadas ao Município, somaram R\$ 1,852 bilhão em 2012 e R\$ 3,005 bilhões em 2019, crescendo 62% (9,8% em valores reais) no período 2013-2019. Até outubro de 2020, as Receitas de Transferências registraram um montante de R\$ 2,919 bilhões, crescendo 23,3% nominais (18,7% em valores reais) sobre os R\$ 2,367 bilhões consignados em 2019.

Comparando-se as duas taxas de crescimento no período 2013-2019, constata-se que as receitas próprias subiram 73% a mais do que as receitas de transferências em termos nominais e quatro vezes a mais em termos reais, estabelecendo um novo padrão de autonomia financeira de Salvador relativamente ao cenário anterior de dependência do município dos recursos repassados ao Município pela União e o Estado da Bahia.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA – PRÓPRIA VS. TRANSFERÊNCIAS

(Exceto as Receitas Intraorçamentárias)

Item de Receita									Participação na Receita Total								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA ANUAL 2013-2019
Receitas Próprias	1.785	2.179	2.660	2.796	2.900	3.018	3.323	3.715	49%	52%	55%	54%	52%	54%	54%	55%	54%
Receitas de Transferências	1.852	2.001	2.178	2.385	2.648	2.622	2.801	3.005	51%	48%	45%	46%	48%	46%	46%	45%	46%
Receita Total (exceto as receitas intraorçamentárias)	3.637	4.180	4.837	5.181	5.549	5.640	6.124	6.720	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominais - Fonte: SGF/Sigef/Sefaz.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS: CORRENTE E DE CAPITAL

As Receitas Correntes subiram de R\$ 3,606 bilhões, em 2012, para R\$ 6,265 bilhões, em 2019, exibindo um crescimento nominal acumulado de 73,7% (17,6% em termos reais) e médio anual de 8,2% (2,3% em valores reais) no período 2013-2019.



Evolução Anual das Receitas Correntes e de Capital (em R\$ milhão)													
COMPONENTE DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	ATÉ OUTUBRO		CRESCIMENTO NOMINAL		
											2020/19*	2013-2019	
									2019	2020		MÉDIO ANUAL	ACUMULADO
Receitas Correntes	3.606	4.175	4.815	5.110	5.450	5.556	5.832	6.265	5.086	5.458	7,3%	8,2%	73,7%
Receitas Tributárias	1.423	1.626	2.007	1.927	2.042	2.087	2.450	2.650	2.209	2.101	-4,9%	9,3%	86,2%
Impostos	1.231	1.423	1.785	1.721	1.818	1.834	2.149	2.320	1.917	1.826	-4,7%	9,5%	88,4%
Taxas	192	203	222	206	224	253	301	331	292	276	-5,7%	8,1%	72,6%
Transferências Correntes	1.825	1.996	2.162	2.362	2.588	2.556	2.750	2.948	2.331	2.894	24,1%	7,1%	61,6%
Cota-Parte FPM	490	525	581	705	832	817	789	853	669	631	-5,7%	8,2%	73,9%
Recursos do SUS	424	478	524	559	652	617	697	727	589	843	43,0%	8,0%	71,4%
Cota-Parte ICMS	546	621	636	686	677	694	773	793	623	564	-9,5%	5,5%	45,3%
Outras Transferências	603	637	700	723	756	757	834	939	745	1.135	52,4%	6,5%	55,9%
Deduções das Transferências	- 238	- 264	- 280	- 311	- 329	- 329	- 343	- 363	- 295	- 279	-5,7%	6,2%	52,4%
Outras Receitas Correntes	359	553	646	821	820	913	632	667	546	462	-15,3%	9,3%	85,9%
Receitas de Capital	31	5	23	69	98	83	292	455	338		36,4%	46,9%	1373,3%
Transferências de Capital	28	5	16	18	65	66	52	57	36	25	-29,9%	10,7%	103,9%
Operações de Crédito	3	-	-	6	15	9	162	345	251	430	71,2%	-100,0%	11332,8%
Alienação de bens	0	1	7	45	18	8	79	53	51	6	-88,8%	278,5%	1112954,3%
Receita Total (sem Intraorçamentária)	3.637	4.180	4.837	5.179	5.549	5.640	6.124	6.720	5.424	5.918	9,1%	9,2%	84,8%
Receita Intra-orçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330	253	258	1,9%	7,5%	66,0%
Receita Total (com Intraorçamentária)	3.836	4.374	5.066	5.434	5.832	5.941	6.448	7.051	5.677	6.176	8,8%	9,1%	83,8%

(*)Até outubro. Valores Nominais - Fonte: SGF/Sigef/Sefaz.

Em 2020 – até outubro –, as receitas correntes somaram R\$ 5,458 bilhões, o que representou um crescimento de 7,3% em valores nominais (3,3% em termos reais) sobre o montante relativo ao mesmo período de 2019 (R\$ 5,086 bilhões). De 2013 até outubro de 2020, o crescimento nominal acumulado terá sido de 51,3% (21,5% em valores reais) e o médio anual, de 8,1% (2,5% em termos reais).

As Receitas de Capital saíram de R\$ 31 milhões, em 2012, e alcançaram R\$ 455 milhões, em 2019, num crescimento acumulado nominal de mais de 1.373% (897% em termos reais). Até outubro de 2020, essas receitas somaram R\$ 461 milhões, nominalmente o maior valor da história do município, constituindo expressivos 7,5% das receitas totais.

A par do bom desempenho das receitas de arrecadação direta e da consequente diminuição do peso relativo das Transferências até 2019, na forma acima realçada, o outro grande destaque na evolução das receitas municipais é o expressivo salto das Receitas de Capital a partir de 2018 e, particularmente, em 2019, quando chegaram a constituir 6,5% das Receitas Totais do Município, ante apenas 0,8% em 2012.

Entre os principais fatores responsáveis por este crescimento das receitas de capital estão o Programa de Alienação de bens Imóveis e estado das finanças públicas municipais, resultante da prática do equilíbrio das contas públicas, situação que habilitou o município a contratar importantes operações de crédito

internas e externas, para atender às demandas de infraestrutura urbana e de proteção social.

COMPARATIVO DAS RECEITAS COM AS DEMAIS CAPITAIS

De 2013 a 2019, Salvador preservou a 1ª posição na região Nordeste no montante arrecadado de Receita Própria e Receita Tributária, com crescimento médio anual de 15% e 12% no período, respectivamente, e

manteve, em 2019, o posto de 2ª maior arrecadação tanto em Receita Total quanto em Receita Corrente e Transferências Correntes entre as capitais nordestinas.

Em termos de crescimento nesse mesmo período no âmbito do Nordeste, Salvador foi a 1ª capital em aumento das Receitas de Capital, a 2ª que mais avançou em Receita Total e Receita Corrente, a 3ª em Transferências Correntes, a 4ª em Receita Própria e a 8ª em Receita Tributária.

RECEITA ARRECADADA – COMPARATIVO DAS CAPITAIS

MONTANTE ARRECADADO (em R\$ milhão)										
TIPO DA RECEITA	2012	2019	RANKING NORDESTE		RANKING BRASIL		INCREMENTO (Δ) (2013/2019)		RANKING (Δ) NORDESTE	RANKING (Δ) BRASIL
			2012	2019	2012	2019	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO		
Receita Total	3.637	6.720	2º	2º	7º	6º	12%	85%	2º	7º
Receita Corrente	3.606	6.265	2º	2º	7º	7º	11%	74%	2º	9º
Receita Própria	1.784	3.715	1º	1º	6º	6º	15%	108%	4º	9º
Receita Tributária	1.423	2.650	1º	1º	5º	5º	12%	86%	8º	19º
ISS	691	1.153	1º	1º	5º	5º	10%	67%	7º	17º
IPTU	300	734	1º	1º	7º	5º	21%	144%	6º	13º
Transferências Correntes	1.824	2.948	2º	2º	7º	7º	9%	62%	3º	11º
Receita de Capital	31	455	7º	2º	21º	4º	196%	1372%	1º	1º

Fonte: SISTN/Site Compara Brasil. - Exceto Receitas Intraorçamentárias.

Salvador saltou do 7º para o 2º posto, entre as capitais nordestinas, e do 21º para o 4º lugar, entre as capitais brasileiras, no montante arrecadado de Receita de Capital. O município também não registrou nenhuma queda nas posições em relação às outras capitais do Nordeste ou do país, em qualquer dos tipos de receita entre 2012 e 2019.

DESPESA MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Desde 2013, a execução das despesas pelo Município é submetida à regra de ouro da atual gestão, e da melhoria da capacidade de geração de resultados financeiros com o objetivo de conferir, a Salvador,

meios para realizar, com seus próprios recursos, os investimentos demandados por sua população, independentemente de repasses voluntários da União ou do Estado da Bahia. Mesmo assim, os índices mínimos exigidos para as despesas com Educação e Saúde foram superados em cada um dos exercícios desde o início do primeiro mandato da atual Administração Municipal.

A Despesa Total chegou a R\$ 6,974 bilhões, em 2019, tendo crescido nominalmente 9,1% (3,2% de variação real) em média anual no período 2013-2019 e 84,5% (24,9% em valores constantes) acumulados desde 2012, quando somou R\$ 3,780 bilhões. Os valores das despesas relativas aos exercícios anuais integrais referem-se às despesas empenhadas e os de 2020 (até outubro) referem-se à modalidade

de despesa liquidada, já que estas últimas refletem mais proximamente a realidade da execução orçamentária parcial.

Em 2020, até outubro, a Despesa Total (liquidada) alcançou R\$ 5,435 bilhões, registrando um crescimento nominal de 7,0% (3,8% em termos reais) em relação aos R\$ 5,081 bilhões liquidados em igual período de 2019.

As Despesas Correntes (empenhadas) chegaram a R\$ 5,84 bilhões, em 2019, exibindo crescimento médio anual nominal de 8,4% (2,5% em valores constantes) no

período 2013-2019 e 76,1% (19,2% de variações reais) acumulados desde 2012, quando somaram R\$ 3,316 bilhões. No ano de 2020, até outubro, as Despesas Correntes (liquidadas) somaram R\$ 4,67 bilhões, sendo 6,3% nominais maiores do que as de igual período em 2019 (R\$ 4,39 bilhões).

A Despesa Total (liquidada) alcançou R\$ 5,435 bilhões, registrando um crescimento nominal de 7,0% (3,8% em termos reais) em relação aos R\$ 5,081 bilhões liquidados em igual período de 2019

Evolução Anual da Despesa (em R\$ milhão)																				
COMPONENTE DA DESPESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	ATÉ OUTUBRO		INCREMENTO NOMINAL						INCREMENTO NOMINAL			
									2019*	2020*	2013/12	2014/13	2015/14	2016/15	2017/16	2018/17	2019/18	2020/19	MÉDIO ANUAL	ACUMULADO 2013-2019
Despesa Corrente	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841	4.394	4.672	5,3%	21,1%	10,3%	6,6%	0,7%	9,4%	6,7%	6,3%	8,4%	76,1%
Gastos com Pessoal	1.652	2.005	2.314	2.553	2.860	2.952	2.979	3.106	2.061	2.074	21,4%	15,4%	10,3%	12,0%	3,2%	0,9%	4,2%	0,6%	9,4%	88,0%
Juros e Encargos da Dívida	69	69	68	71	11	7	17	32	21	18	-0,3%	-0,6%	3,6%	-84,3%	-36,2%	137,8%	92,1%	-14,7%	-10,2%	-52,9%
Outras Despesas Correntes	1.595	1.417	1.847	2.040	2.102	2.049	2.481	2.703	2.311	2.580	-11,2%	30,3%	10,5%	3,0%	-2,5%	21,1%	9,0%	11,6%	7,8%	69,4%
Despesa de Capital	302	386	512	457	407	381	552	802	434	505	27,8%	32,7%	-10,7%	-11,0%	-6,4%	45,0%	45,3%	16,3%	15,0%	165,8%
Investimentos	157	203	413	334	299	245	437	659	315	437	29,0%	103,5%	-19,2%	-10,5%	-18,0%	78,3%	50,9%	38,7%	22,7%	318,5%
Amortização da Dívida	138	178	98	123	108	136	115	143	115	39	29,0%	-44,7%	25,3%	-12,2%	25,7%	-15,0%	24,2%	-66,2%	0,6%	4,1%
Inversões Financeiras	7	5	-	-	-	-	-	-		27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (Exceto Intra-orçamentária)	3.618	3.876	4.741	5.121	5.379	5.389	6.029	6.643	4.828	5.177	7,1%	22,3%	8,0%	5,0%	0,2%	11,9%	10,2%	7,2%	9,1%	83,6%
Despesa Intra-orçamentária	162	191	229	261	302	285	324	330	253	258	17,7%	20,2%	13,8%	15,6%	-5,5%	13,5%	2,1%	1,9%	10,7%	103,7%
DESPESA TOTAL (COM INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	6.974	5.081	5.435	7,6%	22,2%	8,3%	5,6%	-0,1%	12,0%	9,8%	7,0%	9,1%	84,5%

(*) Até outubro 2019 e 2010: despesas liquidadas. Exercícios integrais de 2012 a 2019: despesas empenhadas. Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

Dos três grandes grupos em que se subdividem as despesas correntes municipais, o de maior magnitude financeira são as chamadas Outras Despesas Correntes, que incluem gastos com contratação de serviços e com aquisição de material de consumo. Em 2019, essas despesas chegaram a R\$ 3,18 bilhões, com participação de 54,5% nas Despesas Correntes. Seu

crescimento nominal, acumulado desde 2012, quando somaram R\$ 1,74 bilhão, foi de 82% até 2019.

Em 2020, até outubro, este grupo somou R\$ 2,58 bilhões em despesas liquidadas, compondo 55,2% das despesas correntes. As despesas correntes voltadas para o combate à pandemia da COVID-19 fazem parte deste grupo.

O segundo grupo mais expressivo das despesas municipais, os Gastos com Pessoal, somaram R\$ 2,62 bilhões, em 2019, constituindo 45% das Despesas Correntes (empenhadas) do Município. Relativamente a 2012, o crescimento nominal acumulado deste grupo de despesas até 2019 foi de 74,8%. Em 2020, até outubro, os gastos com Pessoal chegou a R\$ 2,07 bilhões em despesas liquidadas, constituindo 44,4% das despesas correntes.

O último grupo das Despesas Correntes são os gastos com Juros e Encargos da Dívida, que somaram R\$ 32,4 milhões em 2019, representando 0,5% das Despesas Correntes. Este grupo de despesas experimentou uma queda nominal acumulada de 52,9% (68% em termos reais) entre 2012 e 2019.

Em 2020, até outubro, foram gastos R\$ 18 milhões em juros e encargos da dívida, o que significou 0,4% das despesas correntes. Os gastos com serviços e com pessoal responderam por 99,5% em 2019. Até outubro de 2020, esta mesma soma alcançou 99,6% das despesas correntes.

As Despesas de Capital alcançaram R\$ 802 milhões em 2019, com um crescimento nominal acumulado de 318% (183% em valores reais) desde 2013, com destaque para o crescimento dos investimentos, que

somaram R\$ 659 milhões em 2019. Os gastos com a amortização da dívida municipal no ano passado somaram R\$ 143 milhões. Até outubro de 2020, as Despesas de Capital (liquidadas) somaram R\$ 505 milhões. Os investimentos chegaram a R\$ 437 milhões e os gastos com amortização da dívida a R\$ 39 milhões. A expectativa é de que, até o final do exercício, este último valor será acrescido do montante relativo aos pagamentos dos débitos de precatórios, no montante de R\$ 100 milhões.

Em nenhum exercício, desde 2013, as despesas superaram as receitas. O resultado líquido do controle das despesas foi a sistemática geração de níveis expressivos de Poupança Corrente, os quais somaram, nominalmente, um montante global de R\$ 3,52 bilhões entre 2013 e 2019. Este valor significa que quase 10% (9,01%) das receitas correntes acumuladas nos últimos sete anos foram poupados pelo município.

Estes níveis de poupança corrente foram obtidos nesse período porque as receitas correntes exibiram um crescimento acumulado nominal (73,7%) e real (17,6%) menor do que o das despesas correntes (76% e 17,6%, respectivamente) no mesmo período também por ter sido enfrentada, no período, a mais severa crise econômica da história do país, instaurada a partir de 2014 e nunca dissipada por inteiro até 2019.

Em 2020, apesar da COVID-19 ter sido um obstáculo para se conseguir gerar poupança corrente nos mesmos níveis dos últimos sete anos, ao final de outubro, Salvador registrou um volume de poupança corrente, na modalidade de despesa liquidada, de R\$ 786 milhões.

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

As metas de resultado primário, fixadas nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, foram superadas em todos os anos de 2013 a 2019. Neste último exercício, o Resultado Primário foi de (-) R\$ 33 milhões e a meta definida na LDO foi de (-) R\$ 623 milhões, uma margem de superação de R\$ 590 milhões.

Até outubro de 2020, foram obtidas uma Receita Primária realizada de R\$ 5,44 bilhões e uma Despesa Primária de R\$ 5,36 bilhões, o que implica um Resultado Primário de R\$ 79 milhões, para uma meta fixada em (-) R\$ 461 milhões. Assim, em outubro, a meta de Resultado Primário de 2020 estava superada em R\$ 540 milhões.

O Resultado Nominal apurado até outubro de 2020 foi de R\$ 45 milhões para uma meta de R\$ (-) R\$ 406 milhões, o que resulta numa margem de superação de R\$ 451 milhões.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A evolução dos resultados orçamentários gerados ao longo dos últimos exercícios, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país, teve saldos orçamentários positivos em todos os anos, com ênfase para 2013 e 2017, em que o superávit chegou a R\$ 307 milhões e R\$ 267 milhões, respectivamente. O resultado orçamentário obtido em 2019 foi de R\$ 77 milhões.

Em 2020, até outubro, tomando-se as despesas liquidadas ao invés das empenhadas, por se tratar de situação de execução orçamentária ainda parcial, apurou-se um resultado orçamentário de R\$ 741 milhões, sinalizando a concreta possibilidade de encerramento do exercício com superávit orçamentário.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES (em R\$ milhão)									
EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL3
Receitas Correntes ¹	3.805	4.369	5.044	5.364	5.733	5.858	6.156	6.596	39.119
Despesas Correntes ²	3.479	3.682	4.458	4.925	5.274	5.293	5.794	6.168	35.594
Poupança Corrente	326	687	585	439	459	564	362	428	3.525
POUPANÇA CORRENTE/ RECEITAS CORRENTES	8,57%	15,73%	11,60%	8,18%	8,01%	9,64%	5,88%	6,48%	9,01%
Despesas Correntes/Receitas Correntes	91,43%	84,27%	88,40%	91,82%	91,99%	90,36%	94,12%	93,51%	90,99%

(1) Incluídas as receitas intra-orçamentárias e abatidas as deduções de receitas. (2) Despesas Empenhadas. (3) Período 2013-2019

Resultado Orçamentário (em R\$ milhão)									
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Receita Total	3.836	4.374	5.066	5.435	5.832	5.941	6.448	-	6.176
Receitas Correntes	3.606	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832	-	5.458
Receitas de Capital	31	5	23	68	98	83	292	-	461
Receita Intra-orçamentária	199	194	229	254	283	301	324	-	258
Despesa Total	3.780	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	-	5.435
Despesas Correntes	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	-	4.672
Despesas de Capital	302	386	512	457	407	381	552	-	505
Despesa Intraorçamentária	162	191	229	261	302	285	324	-	258
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	55	307	96	53	151	267	95	-	741

(*) Até outubro, com Despesas Liquidadas. Nos outros anos as Despesas são Empenhadas. Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A situação deficitária das Disponibilidades Líquidas de Caixa em 2012 (– R\$ 77 milhões) foi imediatamente revertida na atual gestão, passando para o polo

positivo em R\$ 459 milhões já no exercício de 2013 e ampliou-se progressivamente até alcançar a cifra de quase R\$ 1,0 bilhão em 2016, de R\$ 1,257 em 2017, de R\$ 1,471 bilhão em 2018 e, por fim, R\$ 1,853 bilhão em 2019.

Disponibilidade de Caixa (em R\$ milhão)										
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	ATÉ OUTUBRO	
									2019	2020
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	972	1.122	1.303	1.546	1.786	2.242	2.287	2.594
Disponibilidades em Recursos Vinculados	194	298	210	280	378	373	549	672	797	1.071
Disponibilidades em Recursos Não Vinculados	31	550	762	842	925	1.173	1.237	1.570	1.491	1.522
Deduções - Obrigações Financeiras	303	389	297	392	326	289	316	389	1.307	1.552
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80	70	57	656	750
(-) Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	160	119	143	219	236	208	246	332	651	802
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	-77	459	675	730	977	1.257	1.471	1.853	981	1.041

Fonte: SGF/SIGEF/Sefaz.

Em 2020 (até outubro), apurou-se um saldo de disponibilidade líquida de caixa de R\$ 2,157 bilhões, o que autoriza a expectativa de que, ao final do exercício e apesar das características particularmente difíceis deste ano de pandemia, seja mantida a tendência dos últimos oito anos, de crescimento relativamente ao exercício anterior.

Um aspecto merecedor de destaque é o fato de que o montante dos recursos vinculados que participam de sua composição tem representado entre 6% e 33% entre 2013 e 2019. Em contraste com esta situação, em 2012 este percentual foi de 86%.

A importância deste predomínio dos recursos não vinculados reside na expressa indicação que isto dá do elevado grau de saúde das disponibilidades de caixa do Município, na medida em que, por lei, os

recursos vinculados somente podem ser utilizados nas despesas objeto de sua vinculação.

GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ao contrário da situação encontrada em 2012, quando o índice legal exigido nos gastos com Educação deixou de ser cumprido e ficou em apenas 22%, quando o mínimo constitucional é de 25% da Receita de Impostos e Transferências, na atual Administração esta exigência foi atendida. Ela foi superada em todos os anos, alcançando índices históricos nestas aplicações em 2017, com 29,3% das Receitas de Impostos e Transferências. Em 2019, o índice ficou em 25,9%.

Gastos com Educação (em R\$ milhão)								
ANO	DESPESA BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL						EXCEDENTE DE APLICAÇÃO
		DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C = A – B)	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ÍNDICE		
						ALCANÇADO (C/D)	LIMITE (C/D)	
2012	751	715	139	576	2.528	22,79%	25,0%	-56
2013	840	811	87	724	2.847	25,44%		13
2014	1.008	960	110	850	3.336	25,48%		16
2015	1.116	1.042	115	927	3.442	26,93%		67
2016	1.211	1.140	130	1.010	3.659	27,61%		95
2017	1.212	1.161	81	1.080	3.685	29,32%		159
2018	1.320	1.234	156	1.079	3.933	27,43%		95
2019	1.417	1.280	192	1.088	4.205	25,87%		36
2020*	1.160	1.036	171	865	3.253	26,59%		52
Total 2013-2019	9.283	8.664	1.041	7.623	28.359	-	-	533

(*)Até outubro. Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

Em 2020, até outubro, com base nos valores dos gastos empenhados, este índice registrou 26,59%, com um excedente de aplicação, para mais do que o mínimo exigido, de R\$ 52 milhões. A superação do índice mínimo constitucional verificada em todos os anos de 2013 a 2020, este último até outubro, implicou que a Educação Pública Municipal de Salvador recebeu um montante adicional, para além do valor constitucionalmente exigido, de R\$ 533 milhões.

Quanto à Saúde, os gastos superaram o limite legal durante todos os anos da atual gestão municipal, atingindo, em 2017, o recorde histórico, até então, de 19,9% da Receita de Impostos e Transferências, ou seja, quase cinco pontos percentuais acima dos

15% constitucionalmente exigidos. Em 2019, o índice alcançou 19,03%.

Até outubro de 2020, diante da grande demanda por serviços de Saúde gerada pela pandemia da COVID-19, o índice elevou-se para 24,95% (com base nos gastos empenhados) o que representa quase extraordinários 9,95 pontos percentuais acima do mínimo constitucional exigido, num excedente de aplicação de R\$ 320 milhões apenas neste último exercício. A superação do índice mínimo constitucional implicou que o Sistema Municipal de Saúde Pública de Salvador recebeu, entre 2013 e 2020 – até outubro –, um montante adicional de aplicação de R\$ 1,198 bilhão além do valor constitucionalmente exigido.

**Gastos com Saúde (em R\$ milhão)**

ANO	DESPESA BRUTA REALIZADA	ÍNDICE CONSTITUCIONAL						EXCEDENTE DE APLICAÇÃO
		Despesa Total Aplicável (A)	Deduções Exigidas (B)	Despesa Líquida Aplicável (C = A - B)	Receitas de Impostos e Transferenciais (D)	Índice		
						Alcançado (C/D)	Limite (C/D)	
2012	932	429	1	428	2.506	17,06%	15,0%	52
2013	958	455	0	455	2.824	16,11%		31
2014	1.092	561	0	561	3.310	16,93%		64
2015	1.212	637	0	637	3.404	18,71%		126
2016	1.377	687	0	687	3.604	19,07%		147
2017	1.411	719	0	719	3.617	19,88%		176
2018	1.560	746	0	746	3.869	19,29%		166
2019	1.633	787	0	787	4.137	19,03%		167
2020*	1.729	803	0	803	3.219	24,95%		320
Total 2013-2019	10.972	5.396	0	5.396	27.984	-	-	1.198

(*)Até outubro. Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

GASTOS COM PESSOAL

Também nos Gastos com Pessoal, os limites legais foram rigorosamente observados pela administração municipal. Em cada um dos anos de 2013 a 2019, os índices relativos a estes gastos ficaram abaixo não

apenas do limite de alerta previsto na LRF, de 48,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) mas também dos 44,50% registrados para os mesmos em 2012. Em 2020 – até outubro –, o índice apurado, com despesas liquidadas, foi de 36,11% da RCL.

Gastos com Pessoal (em R\$ milhão)

EXERCÍCIO	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (A)	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)					
		DESPESA TOTAL COM PESSOAL (B)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	ÍNDICE ALCANÇADO (D = B/C)	LIMITE DE ALERTA (D = B/C)	LIMITE PRUDENCIAL (D = B/C)	LIMITE MÁXIMO (D = B/C)
2012	1.924	1.563	3.513	44,50%	48,6%	51,3%	54%
2013	2.197	1.794	4.060	44,19%			
2014	2.312	1.938	4.684	41,36%			
2015	2.599	2.180	4.966	43,90%			
2016	2.655	2.225	5.292	42,05%			
2017	2.685	2.225	5.403	41,19%			
2018	2.694	2.209	5.672	38,94%			
2019	2.808	2.304	6.098	37,79%			
2020*	2.822	2.325	6.440	36,11%			

Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

GASTOS COM INVESTIMENTO

Em 2019, os investimentos públicos municipais em Salvador tiveram um recorde histórico nos montantes

aplicados em obras e ativos permanentes da nossa capital, os quais alcançaram R\$ 659 milhões neste ano, ou seja, 9,3% da Receita Total do Município no ano.

Gastos Anuais com Investimentos (em R\$ milhão)

ANO	INVESTIMENTO ANUAL (IA)	RECEITA TOTAL (RT)	IA/RT (%)
2012	157	3.836	4,1%
2013	203	4.374	4,6%
2014	413	5.066	8,2%
2015	334	5.435	6,2%
2016	299	5.832	5,1%
2017	245	5.943	4,1%
2018	437	6.448	6,8%
2019	659	7.051	9,3%
2020*	437	6.176	7,1%
2013-2019	370	5.735	6,4%

(*)Até outubro, despesas liquidadas. Outros anos, despesas empenhadas. Valores Nominais - Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

Os investimentos (em despesas liquidadas) somaram R\$ 437 milhões até outubro de 2020, o que corresponde a 7,1% da Receita total do mesmo período. A ampliação da capacidade de investimento do Município evoluiu ano a ano, passando de R\$ 157 milhões, em 2012, para 4,2 vezes mais, com R\$ 659 milhões, em 2019. Além disso, mais do que dobrou na média anual entre 2013 e 2019, chegando a R\$ 370 milhões.

Também a capacidade própria de investimento do Município na atual gestão foi ampliada. Foram realizados R\$ 950 milhões de investimentos entre 2013 e 2015, quase que exclusivamente com recursos próprios. De 2013 a 2017, a participação anual dos recursos próprios no financiamento dos investimentos municipais atingiu 88%, contra 60%, em média anual, no triênio 2010-2012. Durante este período Salvador ocupou a posição de capital brasileira que mais investiu com recursos próprios. Em 2020 (até outubro), os recursos próprios somaram R\$ 233 milhões, ou seja, 53% dos investimentos liquidados.

A partir de 2018 as operações de crédito passaram a assumir posição de maior destaque na composição dos recursos aplicados em investimentos, situação resultante da política de equilíbrio fiscal implementada desde 2013, que conferiu ao município a capacidade de tomar importantes empréstimos de entidades nacionais e multilaterais.

DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

A dívida pública municipal sofreu redução a partir de 2013. A Dívida Consolidada (bruta) fechou o mês de outubro de 2020 no montante de R\$ 1,790 bilhão ante R\$ 2,105 bilhões em 2012. Já a Dívida Consolidada Líquida caiu do patamar de R\$ 1,83 bilhão em 2012 (52,1% da Receita Corrente Líquida) para menos (–) R\$ 407 milhões, ou seja, (–) 6,32% da RCL, em 2020 (até outubro), montante este que representa a sobra dos haveres financeiros de que dispõe a Prefeitura de Salvador em relação ao montante de sua dívida consolidada bruta.

Índice de Endividamento (em R\$ milhão)						
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA	HAVERES FINANCEIROS	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (B)	ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (% RCL)	
					ALCANÇADO (A/B)	LIMITE(*)
2012	2.105	275	1.829	3.513	52,08%	120%
2013	2.287	596	1.691	4.060	41,66%	
2014	2.196	773	1.424	4.684	30,39%	
2015	2.133	815	1.318	4.966	26,55%	
2016	1.342	1.044	298	5.292	5,63%	
2017	1.012	1.380	–368	5.403	–6,81%	
2018	1.215	1.635	–419	5.672	–7,39%	
2019	1.515	1.947	–432	6.098	–7,09%	
2020**	1.883	2.290	–407	6.440	–6,32%	

(*) Portaria nº 40/2001 do Senado Federal. (**) Até outubro. Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

O avanço neste indicador se deveu à disciplina do município no pagamento do principal e dos encargos da dívida no período, bem como, e principalmente, à quitação, em 2016, da dívida contratada com a União e à renegociação de débitos previdenciários em 2017,

com base na MP nº 778/2017. O resultado disto é que, dado o limite legal de endividamento de +120% da RCL, a capacidade de endividamento do município de Salvador é hoje de R\$ 8,48 bilhões.

Amortização, Juros e Encargos da Dívida (em R\$ milhão)						
ANO	DESEMBOLSOS COM A DÍVIDA			RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (D)	ÍNDICE DE DESEMBOLSO (% RCL)	
	JUROS E ENCARGOS (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	TOTAL (C = A + B)		ALCANÇADO (C/D)	LIMITE(**)
2012	69	138	207	3.513	5,9%	11,5%
2013	70	178	248	4.060	6,1%	
2014	68	98	166	4.684	3,6%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	133	5.672	2,3%	
2019	32	143	176	6.097	2,9%	
2020*	18	139	157	6.440	2,4%	

(*)Até outubro. (**)Portaria nº 43/2001 do Senado Federal. Valores em R\$ milhão. Fonte: Sistemas SGF/Sigef/Sefaz.

O índice relativo aos desembolsos com o pagamento de amortização, juros e encargos incidentes sobre a dívida caiu de 5,9% da RCL em 2012 para 2,9% em 2019. Em 2020, até outubro, este índice caiu para

2,4% da RCL, em função da permissão, pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, da suspensão dos pagamentos dos juros e encargos da dívida devidos no corrente exercício, mediante aditivos contratuais

com as instituições credoras. Estes pagamentos serão retomados nos prazos fixados nos aditivos contratuais.

Dado que o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o Município está capacitado a se comprometer adicionalmente com o pagamento de novas dívidas (principal e encargos) até 9,1% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 586 milhões por ano no cenário de 2020, até outubro.

Como resultado desta situação, Salvador contratou, entre 2016 e 2019, nove operações de crédito internas e externas (vide Casa Civil) incluindo os recursos para as obras do BRT e do Hospital Municipal de Salvador, com a Caixa Econômica Federal, o Prodetur, com o BID, o Programa Salvador Social, com o Banco Mundial, o Projeto de Infraestrutura Básica, Saneamento e Urbanização da Bacia do Mané Dendê, com o BID, o Proquali, de Requalificação Urbanística, com a Corporação Andina de Fomento (CAF) o PNAFM III, de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal do Município, com a Caixa Econômica Federal, e o Finisa II, de financiamento à Infraestrutura e Saneamento, também com a Caixa Econômica Federal.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

As regras da Capag, indicador criado em 2017 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do atual Ministério da Economia para medir a capacidade dos estados e municípios de honrarem suas dívidas e compromissos financeiros, tratam das situações do endividamento, da poupança corrente e da liquidez do município. No caso do endividamento e da liquidez, os resultados obtidos em um exercício-base são a referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios. As notas variam de A a D, sendo A e B de aprovação e C e D de reprovação, para fins de obtenção de garantia da União às operações de crédito pretendidas pelo ente federado.

A aplicação dessas regras às finanças de Salvador revela que, em todo o período de 2014 (ano-base de 2013) a 2020 (ano-base de 2019) o Município obteve sempre notas de aprovação em sua Capacidade

de Pagamento. No que diz respeito ao exercício de 2019, ano-base para a Capag de 2020, a situação não foi diferente.

Quanto à Capag de 2021 (ano-base de 2020) os indicadores de desempenho apurados em 2020, até outubro, asseguram a obtenção do conceito A nos índices de Endividamento e de Liquidez. O conceito a ser obtido no indicador de Poupança Corrente somente estará definido ao final do exercício, já que o mesmo é calculado com base nas despesas empenhadas realizadas no exercício.

AVALIAÇÃO EXTERNA DA GESTÃO FISCAL

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) classifica a performance fiscal anual de todos os municípios brasileiros desde 2006, na forma do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). A avaliação se baseia em indicadores de autonomia financeira, rigidez orçamentária – expressa nos gastos com pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida –, saldo das disponibilidades líquidas de caixa frente aos restos a pagar inscritos no ano anterior e capacidade de investimentos do Município, medida pelo percentual de sua receita total gasto em investimentos.

As notas para cada indicador variam de zero a 1 e cada um deles tem peso de 25% para se chegar ao valor do IFGF. Com base nos resultados obtidos, os municípios são classificados por terem uma Gestão Fiscal de Excelência (IFGF superior a 0,8) uma Boa Gestão Fiscal (IFGF maior que 0,6 e menor que 0,8) uma Gestão Fiscal em Dificuldade (IFGF entre 0,4 e 0,6) e Gestão Fiscal Crítica (IFGF menor que 0,4).

Em 2019, Salvador aparece como a primeira capital do país em desempenho fiscal, com um IFGF de 0,8621, sendo a única capital a obter a nota máxima de 1 em três dos quatro indicadores componentes do IFGF, ficando, com 0,4485, na 9ª posição no indicador de Investimentos. Neste contexto, Salvador pertence ao grupo de apenas 4% dos municípios brasileiros com Gestão Fiscal de Excelência.

Salvador, que ocupou a 23ª posição entre as 26 capitais brasileiras em 2012, começou uma trajetória

virtuosa já a partir de 2013, quando obteve o 13º posto, e, a partir de então, só fez subir, passando pela 5ª posição em 2014, a 3ª em 2015, a 4ª em 2016, a 2ª em 2017 e, finalmente, galgando o topo do ranking nacional das capitais em 2018.

IFGF 2019 Ano-base 2018 Ranking das Capitais						
RANKING CAPITAIS	MUNICÍPIO	IFGF	AUTONOMIA	GASTOS COM PESSOAL	LIQUIDEZ	INVESTIMENTOS
1º	Salvador	0,8621	1,0000	1,0000	1,0000	0,4485
2º	Rio Branco	0,8450	0,8956	0,9188	1,0000	0,5655
3º	Manaus	0,8022	1,0000	0,9166	0,6281	0,6642
4º	Fortaleza	0,7889	1,0000	0,8523	0,8716	0,4319
5º	Vitória	0,7825	1,0000	1,0000	0,7889	0,3411
6º	Curitiba	0,7692	1,0000	1,0000	0,9449	0,1321
7º	Boa Vista	0,7544	0,5234	0,8147	1,0000	0,6794
8º	São Paulo	0,7371	1,0000	1,0000	0,6596	0,2888
9º	Belo Horizonte	0,7313	1,0000	1,0000	0,6114	0,3137
10º	Palmas	0,6951	0,8863	0,6822	0,6400	0,5718
11º	Recife	0,6886	1,0000	0,7226	0,5605	0,4715
12º	João Pessoa	0,6715	1,0000	0,5449	0,9023	0,2389
13º	Teresina	0,6375	1,0000	0,5958	0,4799	0,4742
14º	Goiânia	0,6359	1,0000	0,9520	0,4676	0,1238
15º	Aracaju	0,6338	1,0000	0,3065	1,0000	0,2288
16º	Macapá	0,6275	0,5288	0,5596	1,0000	0,4214
17º	Porto Alegre	0,6034	1,0000	0,6002	0,4933	0,3201
18º	Florianópolis	0,5943	1,0000	0,4056	0,4556	0,5161
19º	Maceió	0,5501	0,6608	0,8438	0,6018	0,0941
20º	Porto Velho	0,5491	0,6220	0,5609	0,7444	0,2693
21º	Belém	0,5409	1,0000	0,5970	0,0000	0,5667
22º	Campo Grande	0,5408	1,0000	0,3535	0,4228	0,3869
23º	Natal	0,5277	1,0000	0,5846	0,4656	0,0604
24º	Cuiabá	0,4931	1,0000	0,4023	0,0000	0,5702
25º	Rio de Janeiro	0,4227	1,0000	0,4559	0,0000	0,2349
26º	São Luís	0,3582	1,0000	0,2558	0,0000	0,1770

FONTE: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL – EDIÇÃO 2019 – ANO-BASE 2018.

INCENTIVOS FISCAIS

O equilíbrio fiscal, alcançado permitiu que o Município pudesse implementar um programa de incentivos fiscais, voltados ao estímulo ao desenvolvimento econômico e urbanístico da cidade, bem como à desoneração tributária das famílias de menor nível de renda.

Entre os benefícios e incentivos implementados pela atual gestão estão o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Inovação (PIDI) Programa de Certificação Sustentável – IPTU VERDE, Isenção de IPTU/TRSD para imóveis residenciais de valor venal modesto, Desoneração Fiscal para Povos e Comunidades de Terreiro, Redução de tributos para clubes sociais, recreativos e desportivos, inclusive de futebol, Desoneração tributária para programas habitacionais de interesse social, Redução tributária para terrenos em Áreas de Proteção Ambiental (APA) Redução tributária para terrenos com construção em andamento, Programa Revitalizar, Programa Salvador 360, Viva Cultura, IPTU Amarelo, Doação por Pessoa Física ou Jurídica para o Fundo Municipal de Recursos para o Meio Ambiente (FMMA) Transporte Coletivo de Passageiros, Templos Religiosos e Atividade Turística – Proturismo, entre outras.

INCENTIVOS ESPECIAIS DECORRENTES DA PANDEMIA DA COVID-19

Em 2020, um conjunto especial de medidas tributárias e fiscais foi adotado para atender aos contribuintes prejudicados pela paralisação de suas atividades por conta da pandemia do novo Coronavírus. A iniciativa, instituída pela Lei nº 9.548/2020, além de permitir que recuperassem a situação de adimplência com o Município, concedeu incentivos para a atração e ampliação de investimentos e para o retorno aos níveis de consumo, emprego e renda anteriores à urgência sanitária.

PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO ESPECIAL DA PANDEMIA (PPI/PANDEMIA)

O objetivo do programa foi oferecer condições especiais para que empresas ou pessoas físicas

pudessem quitar suas dívidas contraídas antes ou durante a pandemia da COVID-19.

PROGRAMA DE REDUÇÃO TRIBUTÁRIA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

A inciativa concedeu desconto de 20% sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do ISS Autônomo, vencidos e a vencer no exercício de 2021.

PROGRAMA ESPECIAL DE INCENTIVOS FISCAIS À ATIVIDADE TURÍSTICA (PROTURISMO)

O Programa Especial de Incentivos Fiscais à Atividade Turística (Proturismo) manteve o desconto de 40%, para o exercício de 2021, do IPTU devido pelos estabelecimentos de hotelaria e hospedagem contemplados no programa, independente da comprovação das condições previstas nos Artigos 3º e 4º da Lei nº 9.504, de 19 de dezembro de 2019.

BENEFÍCIO DE ITIV PARA AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Foram ofertados 20% de desconto do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV) sobre a compra de imóveis para entrega futura. O benefício será concedido para pagamento antecipado do imposto, no limite de 20%. Quem pagar um mês antecipado, por exemplo, terá 1% de desconto. Quem quitar 21 meses antecipados, terá o limite de 20% de desconto.

PROGRAMA DE REDUÇÃO TRIBUTÁRIA PARA TERRENOS QUE POSSUAM COBERTURA VEGETAL DE MATA ATLÂNTICA

O programa ampliou de 50% para 80% a redução do valor venal dos terrenos com cobertura de Mata Atlântica, para fins de tributação do IPTU, equiparando-os aos imóveis localizados em Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Preservação Permanente (APP).

INCENTIVOS A CENTROS DE LOGÍSTICA E INDÚSTRIAS

A medida prevê desconto de 40% no IPTU e TRSD para os centros de distribuição instalados no município, o mesmo valendo para aqueles centros que já estão instalados, desde que invistam em modernização e ampliação. Já as indústrias integrantes de projetos de cunho social, implantados em áreas públicas terão desconto de 50% no IPTU e TRSD.

REDUÇÃO DO ISS

O ISS foi reduzido de 5% para 2% sobre os serviços de fintechs, bancos digitais, administradoras ou credenciadoras de cartão de crédito ou débito e demais prestadores de serviços financeiros, bancários e afins, exclusivamente digitais ou eletrônicos, baseados ou estabelecidos em Salvador. Todos terão redução da alíquota, com diferimento, por um prazo de seis meses, do pagamento do tributo devido, tendo este benefício duração de dois anos. O mesmo benefício será garantido para operadores de marketplace em plataformas digitais e de aplicativos de transportes urbano e de *delivery*.

OUTRAS AÇÕES

PROGRAMA PMAT

A Sefaz, em parceria com a Casa Civil, realizou, a partir de 2014, a consolidação de projetos internos à Sefaz e outras unidades executoras (Semge, PGMS e Sedur) em um documento único, que, submetido ao BNDES, em 2015, propiciou ao Município, após doze anos sem firmar operações de crédito, assinar contrato de financiamento com aquela instituição no valor de R\$ 50,8 milhões, destinados à Modernização da Administração Tributária Municipal.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Município firmou com a Caixa Econômica Federal um Contrato de Empréstimo, no valor de R\$ 35 milhões, para a execução, a cargo da Sefaz, de um Projeto para Modernização da Gestão Fiscal no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros –

PNAFM III, objeto de um contrato de financiamento entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a União.

O PNAFM financia ações de estímulo e potencialização do equilíbrio fiscal autossustentável dos municípios, seja pela via da ampliação do seu potencial de arrecadação, seja pela redução e controle dos custos gerados pela máquina administrativa.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização realizadas, até setembro de 2020, tiveram como alvo 860 estabelecimentos prestadores de serviços. Foram concluídas as ações em 493 desses estabelecimentos, dos quais 225 se encontravam em situação de regularidade, 96 com ressalvas apontadas e 145 sendo objeto de notificação/autuação. A fiscalização de 332 estabelecimentos continua em andamento. Outros 32 estabelecimentos não foram encontrados. As Notificações Fiscais de Lançamento/Autos de Infração resultantes deste trabalho somaram R\$ 108,6 milhões.

Uma nova iniciativa, implantada em 2019, são as ações de fiscalização baseadas em diferenças de receita declarada como base de cálculo do ISS, apuradas pelo cruzamento das informações de vendas com cartões de crédito e débito, fornecidas ao município, mediante convênio, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Dentre estas ações, a fiscalização, no segmento do Simples Nacional, registrou 51 irregularidades entre 53 contribuintes e apenas dois em regularidade fiscal. Em Autos de Infração e regularização por Aviso Fiscal, este trabalho resultou na geração de R\$ 1.022.188,43 de ISS.

Uma outra frente de ação fiscalizatória é o monitoramento da chamada cota-parte do ICMS. As transferências constitucionais relativas ao produto da arrecadação do ICMS pelos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios por disposição constitucional, são indispensáveis para o equilíbrio das contas das prefeituras. Portanto, o monitoramento do cálculo do valor adicionado (VA) de que se origina o valor da cota-parte do ICMS transferido pelo Estado da Bahia

ao município do Salvador é um impositivo à saúde fiscal do município.

O valor adicionado apurado pelo Estado da Bahia para o município do Salvador no exercício de 2020, relativo ao ano-base de 2019, teve um acréscimo de 6,36% em relação ao apurado em 2019 (ano-base 2018) passando de R\$ 22,3 bilhões para R\$ 24,1 bilhões, enquanto o índice de participação do município no ICMS subiu 2,38%, passando de 13,1706992 para 13,4835498. Estes valores têm natureza provisória e são, portanto, passíveis de alterações, principalmente em razão dos dados da produção agrícola, ainda não publicados, mas com potencial impacto negativo para Salvador em função da ocorrência de nova safra recorde nos municípios do Oeste da Bahia.

O acompanhamento efetuado pela Sefaz Salvador resultou na recuperação, até outubro, de R\$ 737.781.946,14 na apuração do valor adicionado do ano-base de 2019. Por esta razão, Salvador impugnou administrativamente os dados preliminares publicados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia para 2020.

BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O gerenciamento do uso dos imóveis municipais tem representado uma importante fonte de receita para o Município. De 2013 a setembro de 2020 o uso desses bens, em suas diversas formas, foi responsável pela arrecadação de R\$ 48,269 milhões.

RECADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS MUNICIPAIS

O programa de cadastramento dos bens imóveis do município inclui levantamento topográfico, produção de plantas, mapas, registro fotográfico e documental, regularização cartorária e atualização do valor de cada um dos imóveis. Integra as ações do PMAT.

A edição da Lei nº 13.465/2018 regulamentou a competência municipal para o registro de imóveis públicos e passou a permitir o registro de parcelamentos irregulares de imóveis públicos, quando acompanhados da planta do imóvel e de

uma declaração de implantação emitida pela Sedur. Já se encontram com cadastros validados pela Coordenadoria de Administração do Patrimônio Imobiliário (CAP/Sefaz) 1.251 imóveis.

DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS

Com a absorção das atribuições da Comissão Especial para Avaliação de Bens Imóveis (Cecabi), extinta no final do ano de 2014, a Sefaz passou a realizar as desapropriações no âmbito municipal. Desde então, processa as solicitações dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para expropriações de áreas consideradas de utilidade pública.

De 2015 até agosto de 2020, foram realizadas 5.465 vistorias em áreas de interesse da prefeitura, delas resultando 175 processos de pagamento de indenização efetivados e 634 processos que se encontram em andamento. As áreas desapropriadas pelo Município são destinadas à implementação de projetos de melhoria do sistema viário, de proteção social e ambiental. Exemplo disso é a construção de 256 unidades habitacionais na Comunidade Guerreira Zeferina, a construção do Hospital Municipal, a implementação de Empreendimento Residencial no bairro de Barro Branco, a requalificação dos mercados São Miguel e São Cristóvão, entre outras.

IMPUGNAÇÕES AOS LANÇAMENTOS DE IPTU/TRSD

Foi registrada uma redução de 91% no número das impugnações anuais aos lançamentos de IPTU/TRSD desde a implantação da nova Planta Genérica de Valores em 2014, as quais somaram 15.284 processos naquele ano e 1.623 em 2019. O total acumulado desses processos ao longo deste período foi de 41.925. Destes, 37.343 tiveram sua análise concluída, 1.648 foram cancelados e 2.934 encontram-se em processo de análise.

DATA MART DO TESOIRO

Por permitir que as informações orçamentárias e financeiras armazenadas na base de dados do Sigef sejam modeladas para utilização por ferramenta de Business Intelligence (BI), o projeto de Data Mart do Tesouro, implantado em 2016, possibilita o acompanhamento e a tomada de decisões gerenciais pelos gestores das finanças municipais.

A partir de 2017, a ferramenta de BI começou a ser utilizada também como provedora de demonstrativos fiscais e foi expandida, a partir de 2018, para a elaboração de painéis que facilitam e ampliam a abrangência do escopo do trabalho de acompanhamento da gestão fiscal do Município, cobrindo todas as áreas da administração fiscal e tributária. Em 2020, novos painéis desenvolvidos como o painel de monitoramento das despesas com ações emergenciais de combate à COVID-19, que permite o acompanhamento detalhado das despesas atinentes ao combate à pandemia. Essas despesas somaram R\$ 483 milhões em montante empenhado e R\$ 414 milhões liquidados, até outubro de 2020. Também foi criado o Painel de Monitoramento das Receitas para acompanhamento das receitas vinculadas ao combate à pandemia que, até outubro de 2020, atingiram R\$ 541 milhões.

O monitoramento dos contratos referentes às ações emergenciais foi outro painel implantado e possibilitou monitorar todos os contratos assinados para o combate à pandemia da COVID-19. Ainda foram criados os painéis de análise horizontal das receitas, para acompanhamento por categoria e origem e o de receitas diárias para as realizadas dia a dia.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

O objetivo do Conselho Municipal de Tributos é garantir, à Fazenda Municipal e aos contribuintes, julgamentos de processos administrativos fiscais em segunda instância. As Câmaras Julgadoras do CMT efetuaram no período de 2014 a 2020 o julgamento de 3.274 processos. O índice do desempenho durante esse período, medido pela relação entre os números

dos processos julgados e os pautados, foi de 85%. No mesmo período, 2.798 processos foram julgados procedentes, 146 improcedentes, 210 nulos, 261 foram convertidos em diligência, 120 foram submetidos a reabertura de instância e 297 foram retirados de pauta ou adiados.

CADCON

O sistema Cadastro de Condomínios permite identificar as inscrições imobiliárias pertencentes a um mesmo condomínio edilício e adotar para um mesmo padrão construtivo, um mesmo valor venal, além de permitir o mapeamento dos condomínios do município.

SISTEMA DE DADOS DE CONTATO – SDC

Este sistema tem o objetivo de concentrar, por pessoa física e jurídica, todos os dados de contato do contribuinte (endereço, telefones, e-mail) constantes das bases da Sefaz e de outras, permitindo a otimização dos meios de contato com os contribuintes.

MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL

O projeto Mapeamento Cartográfico Digital tem o objetivo de prover o município de Salvador de um conjunto de dados cartográficos atualizados, em escala urbana (1:1000) para a geração de informações georreferenciadas. Este projeto possibilita a qualificação da administração tributária, no planejamento urbano e ambiental, na implantação de projetos, nas bases de turismo e de mobilidade, no suporte às ações de educação e saúde do Município e, no aprimoramento da gestão da cidade e na prestação de melhores serviços públicos ao cidadão.

O projeto baseia-se em base cartográfica digital de alta qualidade e no sistema corporativo de informações geográficas para processamento de dados espaciais, geração e disponibilização de bases para uso dos gestores e do cidadão.

BASE CARTOGRÁFICA

Uma primeira fase de produção da base cartográfica, já concluída, consiste em dados levantados através de 4.771 fotografias aéreas obtidas com câmera digital de alta resolução e com superposição longitudinal e lateral. Os produtos já disponíveis incluem ortoimagens digitais e modelo digital de superfície.

A nova base de dados vetoriais, na escala urbana 1:1.000, possibilitará a extração, diretamente desse banco de dados geográficos, de medidas precisas de área de terreno, área e altura das edificações e ainda confrontar essas medidas com as informações literais do Cadastro Imobiliário do Município, impactando diretamente na própria revisão desse Cadastro.

Os produtos – imagens aéreas digitais em alta definição – foram tornados públicos no site (www.cartografia.salvador.ba.gov.br) no final de 2018.

PROJETO CONTROLE FISCAL ELETRÔNICO

Este projeto inclui a incorporação de tecnologia de cruzamento de bases de dados próprias e externas ao Município, com efeitos concretos na apuração de eventuais débitos não declarados e na higienização dos Cadastros de Contribuintes e da Dívida Ativa. Em 2019, foi implantada uma iniciativa de apuração, mediante cruzamentos de bases de dados, de diferenças entre os valores da receita declarada como base de cálculo do ISS e as informações das vendas com cartões de crédito e débito, fornecidas ao Município, por convênio, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

O contrato de uso da ferramenta de Inteligência Fiscal que realiza os citados cruzamentos de bases de dados está em seu segundo Termo Aditivo, com vigência até setembro de 2021. Até setembro de 2020, foram realizadas 17 ações com o uso desta plataforma, atendendo a cinco áreas demandantes, entre as quais a Procuradoria Fiscal e a Coordenadoria da Dívida Ativa.

CADASTRO IMOBILIÁRIO ATUALIZADO

Com o objetivo de modernizar, padronizar e eliminar dados inconsistentes do Cadastro Imobiliário da Sefaz, foi efetivada a contratação de Solução Tecnológica de Inteligência Fiscal e Gestão da Informação, baseada em técnicas de cruzamento de bases de dados interna e externas ao Município, objetivando a higienização dos Cadastros de Contribuintes e da Dívida Ativa.

De 2017 a outubro de 2020, foram atualizadas 352.663 mil inscrições imobiliárias, com atualização e inclusão de dados, incluindo CPF e logradouros ausentes. Foi criado um Grupo de Trabalho com objetivo de proceder à revisão sistemática dos Cadastros Imobiliário e Mobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda, para identificar e regularizar inconsistências cadastrais, tornando possível a incidência e a cobrança de tributos.

As ações de saneamento cadastral incluem o cancelamento de créditos, de execuções judiciais e das próprias inscrições, quando constatadas situações de lançamento por duplicidade, de falta de ação ao longo do tempo ou de insanáveis insuficiências de dados, nos termos do Decreto nº 31.232/2019 que regulamenta os procedimentos. As inscrições suspensas, por apresentarem dados básicos incompletos ou por falta de atualização, são constantemente regularizadas e reativadas, ampliando a tributação e as possibilidades de cobrança e de execução fiscal.

NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (SAT)

O SAT é desenvolvido no âmbito do Programa PNAFM III e tem por objetivo modernizar e tornar mais eficientes os sistemas de controle de lançamento e arrecadação de tributos e rendas municipais, de administração e fiscalização dos ativos imobiliários municipais, de acompanhamento e gestão de processos administrativos tributários, e de gestão e controle da dívida ativa tributária.

GESTÃO CONTÁBIL PARA GOVERNANÇA

A iniciativa busca atender integralmente as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) além de garantir uma melhor qualidade na prestação de contas e suporte documental das informações contábeis do Município, aprimorando, também, o controle no planejamento orçamentário e financeiro.

Dentre essas ações estão a integração dos Sistemas Nota Fiscal de Salvador e Nota Tomador com o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Salvador (Sigef), a integração do Sigef com o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a integração do Sigef com o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGP), a integração do Sigef com o sistema de multas da Transalvador, permitindo a contabilização automática dos créditos relativos às multas emitidas e a implantação de rotina de reconhecimento e pagamento automático das restituições de receita homologadas.

PROCESSOS ELETRÔNICOS SEFAZ

O projeto torna os processos administrativos-fiscais da Sefaz eletrônicos e proporciona ao contribuinte a comodidade de poder demandar serviços da Sefaz via internet. Uma solução para o gerenciamento e automação de processos de negócios (BPMS) foi contratada em 2018, mas este contrato foi rescindido e um novo Termo de Referência encontra-se em elaboração.

CADASTRO MULTIFINALITÁRIO

A iniciativa visa a implantação do Cadastro Multifinalitário em toda a Administração Municipal, permitindo a inserção, edição e disponibilização de dados e informações georreferenciadas de forma imediata, além de análises multitemáticas com o mapa do Município como plano de fundo. Após a realização da cobertura aerofotogramétrica e perfilamento a laser, aerotriangulação, restituição

estereofotogramétrica digital e geração de ortofotos digitais, que se constituem em matérias-primas para o modelo digital, boa parte dos produtos gerados já se encontra disponibilizada para utilização pelos diversos setores da Sefaz e demais órgãos da Administração Pública Municipal.

Os sites da Cartografia (www.cartografia.salvador.ba.gov.br) e do Sistema Corporativo de Informações Geográficas (<http://geo.salvador.ba.gov.br/portal/home>) estão em constante atualização. O Sistema de Informações Geográficas – SIG já está com 57% do cronograma físico implantado, correspondendo a 51% do cronograma financeiro.

PAGUE FÁCIL

O projeto permite a visualização e o pagamento de todo e qualquer débito com o Município, mediante a emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para qualquer conjunto de tributos e competências selecionado pelo contribuinte, além de permitir o gerenciamento da adesão ao sistema de Débito Automático, pelo próprio contribuinte. A formatação contempla funcionalidades básicas como consulta de débitos quitados, vencidos ou vincendos, por CPF/CNPJ, a seleção desses débitos para pagamento *on-line* e da emissão de boleto e a possibilidade de pagamento de vários débitos por meio de um único DAM. O sistema se encontra em fase de teste.

BASE DE ENDEREÇAMENTO DE SALVADOR

O projeto define uma base de endereçamento única e padrão para toda a cidade, incluindo o emplacamento de ruas e de imóveis. Este projeto foi incluído no Programa PNAFM III, objeto de contrato de financiamento firmado entre a prefeitura e a Caixa Econômica Federal em 2019.

O projeto prevê a integração com o Cadastro Imobiliário Municipal e a base de dados resultante será abrigada no SIG, para a sua manutenção rotineira e disponibilização ao público. As certidões de endereço serão emitidas pelo SIG.

SEFAZ WEB

A meta do Sefaz Web é aumentar em 50%, no período de 2017 a 2020, a quantidade dos serviços ofertados ao contribuinte por meio eletrônico, o que representa um acréscimo de 16 novos serviços. Até outubro de 2020, já foram disponibilizados 15 serviços aos contribuintes via web. Entre os produtos desenvolvidos estão o Portal Web da Sefaz para dispositivos móveis, lançado em 2019.

PROJETO SEFAZ COMUNICA

Com o objetivo de implementar, no Sistema de Protocolo (SIP), a funcionalidade de comunicação ativa

com os contribuintes, o Sefaz Comunica realiza o envio automático ao contribuinte de SMS sempre que houver alteração cadastral, e de e-mail, sempre que for necessário convidá-lo a comparecer à Sefaz.

PROJETO E-PAG

O projeto visa aprimorar a qualidade da prestação de contas do município aos diversos órgãos de controle. Este projeto foi implementado no Sistema e-Salvador, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Gestão (Semge) e utilizado nos órgãos e unidades do serviço público municipal para tornar todos os processos de pagamento eletrônicos.

DOING BUSINESS

O programa do Banco Mundial, *Doing Business*, é um importante incentivador à melhoria do clima de negócios e dos procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio do estabelecimento de parâmetros comuns a todos os países envolvidos no programa, para melhorar sua facilidade de empreender. No caso do Brasil, o programa era antes aplicado apenas no RJ e SP, mas este ano foi ampliado para todas as capitais e o Distrito Federal.



Prefeitura Municipal do Salvador

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto

Prefeito

Bruno Soares Reis

Vice-prefeito

Kaio Vinícius Moraes Leal

Chefe de Gabinete do Prefeito

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Chefe da Casa Civil

Paulo Ganem Souto

Secretário Municipal da Fazenda – Sefaz

Leonardo Silva Prates

Secretário Municipal da Saúde – SMS

Bruno Oitaven Barral

Secretário Municipal da Educação – Smed

Thiago Martins Dantas

Secretário Municipal de Gestão – Semge

Marcus Vinicius Passos Raimundo

Felipe Lucas e Lima e Silva

Secretário Municipal de Ordem Pública – Semop

Fábio Rios Mota

Secretário Municipal de Mobilidade – Semob

José Sérgio de Sousa Guanabara

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo – Sedur

Luciano Ricardo Gomes de Sandes

Bruno Soares Reis

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – Seinfra

Juliana Guimarães Portela

Ana Paula Andrade Matos Pereira (interina)

Secretária Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza – Sempis

Pablo Rodrigo Barrozo dos Anjos Vale

Cláudio Tinoco Melo de Oliveira

Secretário Municipal de Cultura e Turismo – Secult

Ivete Alves do Sacramento

Secretária Municipal da Reparação – Semur

João Resch Leal

André Moreira Fraga

Secretário Municipal da Cidade Sustentável e Inovação – Secis

Sidelvan de Almeida Nóbrega

Alberto Magalhães Pimentel Júnior

Secretário Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer – Semtel

Virgílio Teixeira Daltro

Secretário Municipal de Manutenção da Cidade – Seman

Rogéria de Almeida Pereira dos Santos

Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ

José Pacheco Maia Filho

Secretário Municipal de Comunicação – Secom

Luiz Antônio Galvão da Silva Gordo

Secretário Municipal de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro – SACPB

Luciana Rodrigues Vieira Lopes

Procuradora-geral do Município – PGMS

Humberto Rodrigues Viana Júnior

Ouvidor-geral do Município – OGM

Maria Rita Góes Garrido

Controladora-geral do Município – CGM

Marcílio de Souza Bastos

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador – Desal

Claudio Henrique Neri Maltez

Alberto Vianna Braga Neto

Presidente da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador – Cogel

Leonardo Santos de Oliveira

Marcus Vinicius Passos Raimundo

Presidente da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – Limpurb

Isaac Chaves Edington

Presidente da Empresa Salvador Turismo – Saltur

Tânia Maria Scofield de Souza Almeida

Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

Gabriela Macêdo da Silva

Presidente da Fundação Cidade Mãe – FCM

Fernando Ferreira de Carvalho

Presidente da Fundação Gregório de Matos – FGM

Marise Prado de Oliveira Chastinet

Antônio Almir Santana Melo Júnior

Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador – Arsal

Fabrizio Müller Martinez

Superintendente de Trânsito do Salvador – Transalvador

Jessé Motta Carvalho Filho

Superintendente de Obras Públicas do Salvador – Sucop

Maurício Rosa Lima

Diretor-geral da Guarda Civil Municipal de Salvador – GCMS

Sóstenes Tavares de Almeida Macedo

Diretor-geral da Defesa Civil – Codesal

Coordenação do Relatório de Atividades 2020

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Chefe da Casa Civil

Moisés de Oliveira Andrade Júnior

Subchefe da Casa Civil

Renata Guimarães Camelyer

Coordenação Técnica

Cássia Geraldi Montenegro (MTB 1052)

Jornalista responsável



SALVADOR
PREFEITURA

PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL